



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2005

BRASÍLIA – DF, MARÇO DE 2006

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2005

SUMÁRIO

1 - DADOS GERAIS

– APRESENTAÇÃO;

1– DAS COMPETÊNCIAS DA SECEX;

1.3 - DA POLÍTICA AMBIENTAL;

1.4 - DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECEX;

2 – RELATÓRIO DE GESTÃO DAS FUNÇÕES, DOS PROGRAMAS, DOS ÓRGÃOS ESTRUTURAIS E AGREGADOS DA SECRETARIA – EXECUTIVA

- – EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS;
- – PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL;
- x – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL;

2.4 – PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE;

2.5 – GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS: AÇÕES: CONTRIBUIÇÃO À UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP E CONTRIBUIÇÃO À CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB.

2.6 – SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

2.6.1 - COORDENAÇÃO – GERAL DE RECURSOS HUMANOS

2.6.2- COORDENAÇÃO – GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

2.6.3- COORDENAÇÃO - GERAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA

2.6.4- COORDENAÇÃO – GERAL DE FINANÇAS

2.6.5 - COORDENAÇÃO – GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

2.7 – SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

3 - ENCAMINHAMENTO

1. DADOS GERAIS

SECEX / MMA

1. DADOS GERAIS – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

NOME: Secretaria-Executiva

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 6º Andar

ENDEREÇO DO SITE NA INTERNET: www.mma.gov.br

NATUREZA JURÍDICA: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

GESTÃO: Tesouro (0001)

UNIDADES GESTORAS: 440001 – 440002 – 440043 – 440044 – 440045 – 440055 – 440056 – 440057 e 440060.

. APRESENTAÇÃO

A Decisão Normativa TCU nº 71 de 7 de dezembro de 2005, a qual dispõe sobre a definição das Unidades Jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar contas, especificando as atividades de forma consolidada e agregada, definiu que cabe a Secretaria Executiva – SECEX, do Ministério do Meio Ambiente, apresentar o seu Relatório de Gestão, agregando:

- x A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, que consolida as contas da Coordenação Geral de Recursos Humanos, Coordenação Geral de Serviços Gerais, Coordenação Geral de tecnologia da Informação e Informática, Coordenação Geral de Finanças e Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento;
- x Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF.

Dessa forma, em cumprimento ao referido dispositivo normativo, vem esta Secretaria – Executiva apresentar seu Relatório de Gestão, agregando as contas dos órgãos supramencionados, bem como dos demais integrantes de sua estrutura organizacional, para os fins precípuos de julgamento pelo Tribunal de Contas da União do exercício de 2005, na forma definida pela DN nº 71, em referência.

1.2 DAS COMPETÊNCIAS DA SECEX

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.755, de 20 de junho de 2003, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e aprovou a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, cujo Anexo I, Art. 2º, refere – se à criação, dentre outras unidades, da Secretaria - Executiva – SECEX, que tem como órgãos da sua estrutura a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA e o Departamento de Articulação Institucional - DAI .

Nos termos desses normativos legais, a esta Secretaria - Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete (Art. 4º do referido Anexo):

I - assistir ao Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e na supervisão das entidades a ele vinculadas;

III - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração de recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

IV - coordenar o processo de captação dos recursos de fontes internacionais e estrangeiras;

V - supervisionar e coordenar os programas com financiamentos de organismos internacionais e estrangeiros, a implementação dos acordos internacionais e a execução dos convênios e os projetos de cooperação técnica nacional e internacional;

VI - supervisionar e coordenar as atividades do Fundo Nacional do Meio Ambiente;

VII - apoiar e supervisionar a implementação de atividades de educação ambiental nas ações desenvolvidas pelo Ministério; e

VIII - exercer as atividades de secretaria-executiva do CONAMA, prestando-lhe apoio técnico-operacional.

Por sua vez, a SPOA e o DAI têm suas competências definidas pelos Arts. 5º e 6º do mesmo anexo, do Decreto nº 4.755 citado, a seguir:

Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I, e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, e submetê-los à consideração superior; e

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades.

Art. 6º Ao Departamento de Articulação Institucional compete:

I - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e entidades que compõem o sistema nacional do meio ambiente;

II - promover a articulação institucional para a implementação do processo de descentralização e repartição de competências entre os três níveis de governo;

III - coordenar os programas com financiamentos de organismos internacionais e estrangeiros.

O Art.12 da Portaria GM nº 284, de 8 de novembro de 2004, o qual estabeleceu normas para gestão do Plano Plurianual 2004/2007, definiu ainda novas competências para a SECEX, quais sejam:

Art.12- À Secretaria – Executiva do Ministério do Meio Ambiente exercerá as funções de Unidade de Monitoramento e Avaliação, com a finalidade de:

I- Apoiar a elaboração dos planos gerenciais dos programas;

II- Monitoramento e a Avaliação dos programas; e

III- Oferecer subsídios técnicos que auxiliem na definição de conceitos e procedimentos específicos aos programas sob responsabilidade deste Ministério.

Esta Secretaria - Executiva agrega também programas de governo que são pertinentes a sua atuação exclusiva nos termos das competências que lhe são próprias:

- Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;

- Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental;
- Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal;
- Gestão da Política de Meio Ambiente;
- Programa: Gestão da Participação em Organismos Internacionais – Ações: Contribuição a United Nations Environment Programme- UNEP e Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

Finalmente, cabe ressaltar que, em 2005, coube à SECEX o papel de Unidade Gestora da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF. Dessa forma, o relatório de gestão desta Secretaria encontra-se na Seção 2.7 deste documento.

1.3 DA POLÍTICA AMBIENTAL

A política ambiental implementada pelo governo integra a estratégia de construção de um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, com equidade social e capaz de reverter o quadro das desigualdades regionais de nosso país.

O desafio de um novo modelo com sustentabilidade socioambiental implica superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento pautado somente em indicadores econômicos. A política ambiental do país, até então, era feita de modo setorial e marginal às outras políticas.

Visando mudar este modelo ultrapassado, o governo federal vem implementando uma política ambiental integrada que se expressa na construção de espaços institucionais de articulação e planejamento, onde participam os três níveis de governo e a sociedade que passa a integrar as ações governamentais desde o seu planejamento.

A política ambiental é, por princípio constitucional, de responsabilidade compartilhada e complementar da União, dos Estados e dos Municípios e o Governo Federal vem promovendo a descentralização dos processos decisórios e dos recursos financeiros de gestão ambiental para os entes federados.

Essa política está apoiada em quatro pilares principais: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas (transversalidade); a participação e controle social; e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

1.4 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECEX

Em cumprimento as suas atribuições e, ao mesmo tempo, visando contribuir para a implementação desta Política Ambiental, a SECEX, em 2005, desenvolveu um conjunto de atividades que podem ser classificadas em duas categorias:

as relacionadas à coordenação e ao apoio a implementação desta política;

as relacionadas ao gerenciamento/coordenação e a implementação de um conjunto de Programas e Ações do MMA integrantes do PPA 2004-07.

Na primeira categoria merecem destaque as seguintes:

- a) as atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e

Administração – SPOA e suas Coordenações Gerais, mormente aquelas relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, que têm contribuído para o fortalecimento institucional do MMA. Um relato detalhado destas atividades é apresentado na Seção 2.6;

b) as atividades desenvolvidas pela Unidade de Monitoramento e Avaliação – UMA, em estreita articulação com a SPOA, o que têm permitido o aprimoramento e a consolidação dos Programas a cargo do MMA. Neste sentido, foram realizadas, dentre outras, as seguintes atividades:

Elaboração de Decreto e Portarias de institucionalização do Comitê Gestor e Comitê Técnico e da Unidade de Coordenação do projeto/UCP do TAL Ambiental/Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental, com vistas aos compromissos assumidos entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD – dentro da Reforma Programática/SAL.

Elaboração do Documento do Projeto-PRODOC do projeto TAL Ambiental, firmado entre o Governo Brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para operação do Projeto.

Elaboração dos Relatórios de 24 e de 30 meses do Governo Lula, referente ao MMA.

Elaboração dos documentos do MMA intitulados “Balanço 2005 e Perspectivas 2006”. Estes documentos foram encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão /MPOG e a Casa Civil para subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial enviada ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2006.

Elaboração de proposta de ajuste, de caráter emergencial, da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do MMA. Esta proposta contempla uma revisão das competências das diversas unidades do Ministério bem como a criação das seguintes unidades: Departamento de Gestão Estratégica, vinculado à Secretaria-Executiva; e as Assessorias de Assuntos Internacionais e Especial de Comunicação Social, órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado. Ressalta-se que esta proposta foi elaborada em articulação com o corpo dirigente do MMA e que a mesma foi encaminhada, pela Ministra Marina Silva, ao MPOG.

Análise técnica da proposta de ajuste, de caráter emergencial, da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do IBAMA. Esta proposta também foi encaminhada, pela Ministra Marina Silva, ao MPOG.

Coordenação da implementação do Sistema de Gestão PPA 2004-2007 no Ministério e Entidades Vinculadas e o exercício contínuo de monitoramento e avaliação dos programas do PPA.

Coordenação do Processo de Avaliação Programática do Plano Plurianual –ano base 2004, dos 27 programas com 255 ações sob a gerência do MMA e das 33 ações do MMA em programas gerenciados por outros órgãos.

Elaboração da Avaliação Setorial do conjunto dos programas do MMA executados em 2004.

Coordenação do processo de Revisão Anual do Plano Plurianual - 2005, com vistas à elaboração da Proposta Orçamentária/2006 e Revisão do Plano Plurianual 2004/2007 - fase qualitativa - compreendendo todos os atributos de qualidade técnica e de implementação; e a fase quantitativa, com revisão das metas físicas e financeiras das ações. Como resultado desse processo, foram extintos 6 programas e 80 ações para o ano base de 2006.

Desenvolvimento de estudos com vista a elaboração de Planos Gerenciais dos Programas do MMA.

Realização de duas Oficinas, em parceria com o MPOG, para orientar a elaboração dos Planos Gerenciais dos Programas do Plano Plurianual – PPA 200-2007 sob a responsabilidade do MMA.

Monitoramento, coleta e análise sistemática de informações sobre os Programas do PPA, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan.

■ Participação em eventos promovidos pelo MPOG e ENAP voltados para a efetivação da Unidade de Monitoramento e Avaliação/UMA e para implantação de sistemas internos de informação – INFRASIG's.

Implantação das Unidades de Monitoramento e Avaliação –UMA's nas Entidades Vinculadas: IBAMA, ANA e JBRJ.

Monitoramento, controle e atualização de dados cadastrais e de senhas de acesso ao SIGPlan para os Gerentes e Coordenadores de Ação dos Programas do PPA do MMA e Entidades Vinculadas.

Participação na Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação – CTMA, unidade de assessoramento da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), colegiado deliberativo do Sistema de Monitoramento e Avaliação do modelo de gestão do Plano Plurianual do governo federal.

Atualização e formatação de processos eletrônicos, na INTRANET do MMA, referente a: (i) Gestão Organizacional (estrutura regimental/Organograma), Quem é Quem, Programação do Plano Plurianual 2004/2007, Orientações Básicas para Correspondências Oficiais, Correspondências Oficiais-Modelos, e Normas de utilização de gastos com Passagens e Diárias; (ii) Atualização da memória documental e do sistema de arquivo da área de Gestão Organizacional; (iii) desenvolvimento e elaboração de base de dados de “controle Documental da Unidade de Monitoramento e Avaliação do PPA; (iv) Formatação e atualização de formulários referentes a: requisição e devolução de bens patrimoniais, saída, transferência e doação de material permanente.

c) as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Articulação Institucional – DAI, especialmente aquelas voltadas para o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e o processo de descentralização e repartição de competências entre os três níveis de governo. Neste sentido, ressaltam-se as

atividades relacionadas com a formação e capacitação de gestores e conselheiros ambientais nos Estados e Municípios, a implementação em todos os estados e no Distrito Federal de Comissões Técnicas Tripartites como um espaço formal de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União e o desenvolvimento de sistemas de informações, seja de informações ambientais (Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA) ou para subsidiar o processo decisório no âmbito do MMA (Sistema Unificado de Informação Estratégica – SUIA). Além dessas atividades, o DAI coordenou a revisão dos projetos de cooperação técnica e financeira, bilaterais e multilaterais, bem como a elaboração de relatórios sintéticos e analíticos desses projetos. Os resultados dessas atividades, que foram implementadas por meio de ações constantes do Programa 0511- Gestão da Política de Meio Ambiente, são apresentados na Seção 2.4.

d) as atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA que tem como finalidade assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (redação dada pela Lei nº 8.028/90). Para cumprir com sua finalidade o CONAMA, em 2005, realizou: quatro reuniões plenárias ordinárias, três reuniões plenárias extraordinárias, trinta e seis reuniões de Câmaras Técnicas. Isso possibilitou maior controle e participação social, descentralizando e ampliando os debates, facilitando acordos entre seus integrantes sobre temas essenciais e controversos, melhorando o potencial de aplicabilidade das normas estabelecidas e proporcionando aos conselheiros oportunidades para o debate mais amplo sobre a política ambiental integrada do país. Dessa forma, neste exercício foram aprovadas dez Resoluções, as quais estão citadas no Programa 0511- Gestão da Política de Meio Ambiente na Seção 2.4.

e) as atividades desenvolvidas pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA: à Secretaria – Executiva cabe supervisionar e coordenar as atividades do Fundo, entretanto essas atividades e os resultados alcançados no ano de 2005 foram relatados no relatório de gestão próprio, uma vez que o FNMA é uma Unidade Gestora.

Quanto à segunda categoria, estão compreendidos os seguintes programas e ações, os quais estarão listados na Seção 2 deste relatório:

- a) Programa: Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;
- b) Programa: Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental;
- c) Programa: Desenvolvimento Sustentável do Pantanal;
- d) Programa: Gestão da Política de Meio Ambiente;
- e) Programa: Gestão da Participação em Organismos Internacionais – Ações: Contribuição a United Nations Environment Programme- UNEP e Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

**2. RELATÓRIO DE
GESTÃO DAS
FUNÇÕES, DOS
PROGRAMAS, DOS
ÓRGÃOS
ESTRUTURAIS E
AGREGADOS
SECEX / MMA**

**2.1 - EDUCAÇÃO
AMBIENTAL PARA
SOCIEDADES
SUSTENTÁVEIS
SECEX / MMA**

2.1 –Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Identificação

O Programa 0052 – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis teve como justificativa para sua criação a insustentabilidade do modelo econômico dominante. A resolução das Nações Unidas, 1989, sustenta que “ a causa maior da deterioração contínua do meio ambiente global é o insustentável modelo de produção e consumo, particularmente nos países industrializados”, e afirma ainda que “ nos países em desenvolvimento a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estritamente relacionados”.

O “ Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade ambiental”, produzido participativamente no fórum de ONG´s e movimentos sociais, na Rio 92, insere-se nessa mesma perspectiva propondo uma educação ambiental participativa, política e emancipatória. A Lei nº 9.795/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02, por sua vez, induz a promoção da democratização do acesso à educação ambiental como parte do processo educativo mais amplo, incubindo ao poder público nos termos dos artigos 205 e 255 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorpore a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo geral: Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Objetivos específicos: Constituir uma rede nacional de formação de educadores ambientais; Captar, sistematizar e divulgar informações sobre educação Ambiental e práticas sustentáveis; Implantar políticas públicas para Sociedades Sustentáveis; e melhorar a qualidade de vida da população, considerando todos os seus aspectos e potencialidades.

Beneficiários: Sociedade Brasileira.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

- Número de Coletivos Educadores Constituídos.

Metas físicas e financeiras previstas

•Ação 09HO – Apoio à Gestão Compartilhada da Educação Ambiental – Meta Física: 27 estados apoiados; Meta Financeira: R\$ 1.372.672,00;

•Ação 4932 – Formação de Educadores Ambientais – Meta Física: 800 pessoas formadas; Meta Financeira: R\$ 1.014.057,00;

•Ação 1997 – Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental – Meta Física: 20 sistemas implantados; Meta Financeira: R\$ 355.554,00;

•Ação 6857 – Produção e Veiculação de Programas de Educação Ambiental – Meta Física: 192

programa veiculados; Meta Financeira: R\$ 339.040,00;

• Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$339.038,00.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Não foram desenvolvidos parâmetros para avaliação do desempenho das ações.

Descrição e tipo de indicador do Programa:

- Número de Coletivos Educadores Constituídos – Cada coletivo educador é formado, a partir da adesão voluntária, de representantes de instituições formalmente constituídos em diversos segmentos. Os coletivos atuam na gestão e implementação de programas territoriais / setoriais de Educação Ambiental, materializados sob a forma de um projeto pedagógico.

Fórmula de cálculo e método de medição:

O cálculo se dá pelo somatório do número de coletivos educadores constituídos, com periodicidade anual, tendo como base geográfica o território nacional.

Responsável pelo cálculo/medição:

Diretoria de Educação Ambiental / MMA.

Análise dos Resultados

Metas físicas e financeiras realizadas:

- Ação 09HO – Apoio à Gestão Compartilhada da Educação Ambiental – Meta Física: 27 estados apoiados; Meta Financeira: R\$ 1.365.822,00;
- Ação 4932 – Formação de Educadores Ambientais – Meta Física: 1.100 pessoas formadas; Meta Financeira: R\$ 1.010.421,00;
- Ação 1997 – Implantação do sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental – Meta Física: 20 sistemas implantados; Meta Financeira: R\$ 355.554,00;
- Ação 6857 – Produção e Veiculação de Programas de Educação Ambiental – Meta Física: 192 programa veiculados; Meta Financeira: R\$ 252.916,00;
- Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 84.843,00.

Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

- x A estratégia de implementação do programa procurou priorizar a consolidação dos projetos e programas desenvolvidos, potencializar o desenvolvimento das ações integradas em parceria com outras unidades e programas do MMA, tais como o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA e o Programa de Revitalização de Bacias em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Além disso, a articulação com outros Ministérios vêm se consolidando de forma gradual e satisfatória, entretanto a

compatibilização das agendas de trabalho e das respectivas políticas públicas fomentadas foram dificuldades enfrentadas para que as ações sejam mais integradas;

- x Apesar da participação da sociedade brasileira ser satisfatória, os mecanismos de controle social ainda estão se estruturando;
- x Elaboração de Planos de Ação Estratégica para as principais ações estruturantes;

Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

- Dificuldade de articulação entre alguns órgãos envolvidos, principalmente na área de saneamento e pesca;
- Limitação quantitativa do atual quadro técnico continua sendo um fator de entrave à execução do programa;
- Dificuldades na celebração de convênios em função das restrições administrativas para sua consolidação;
- Contingenciamento de recursos durante a maior parte do ano de 2005.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Será formalizado o Comitê Gestor do PPA composto pelos coordenadores de todas as ações, visando uma melhor interlocução entre os diferentes órgãos envolvidos. A inter-relação efetiva entre todos os envolvidos no programa é fator imprescindível para a boa execução das ações, consolidando os princípios da integração interinstitucional, articulação intergovernamental, participação e controle social.

Responsáveis pela implementação das medidas:

Diretoria de Educação Ambiental / MMA.

Transferências de Recursos (Convênios e outros meios): Não firmou convênios.

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos: Não há recursos externos em nenhuma das ações.

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetivos e metas previstos vs. realizados:

Avalia-se a execução do programa como satisfatório, uma vez que a maioria das metas físicas previstas foram alcançadas. Além disso, medidas serão implementadas para que no exercício de 2006 as ações sejam aprimoradas.

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve o recebimento de denúncias.

Informações Adicionais

O programa Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis possui, além das ações relatadas neste documento, outras que estão sob a coordenação de diferentes Unidades Gestoras e , portanto, constarão dos relatórios destas. As ações são:

Ação 4232: Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e Controle Ambiental nas Áreas Marítimas e Portuárias – coordenada pela SECIRM;

Ação 6270: Educação Ambiental para Recursos Hídricos – coordenada pela Agência Nacional de Águas;

Ação 2972: Educação para Conservação da Biodiversidade – coordenada pelo Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

Ação 2965: Fomento a Projetos Integrados de Educação Ambiental – coordenada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

**2.2 - PROGRAMA DE
REVITALIZAÇÃO DE
BACIAS
HIDROGRÁFICAS EM
SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE E
DEGRADAÇÃO
AMBIENTAL
SECEX / MMA**

2.2 – PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Identificação:

Inicialmente, o Decreto de 5 de junho de 2001 instituiu o projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e o Distrito Federal. Posteriormente, foi incorporado ao Plano Plurianual 2004/2007 como Programa por meio da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004.

O Programa possui, no total, 12 ações, sendo que seu prazo de execução é de 20 ano. Além disso, ele integra a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Recursos Hídricos, estando previsto também no Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo Geral: Promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos e da crescente ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

Os seus objetivos específicos são:

- a) Implantar uma política de desenvolvimento sustentável;
- b) Implantar um processo de planejamento e gestão ambiental integrado e participativo;
- c) Implantar políticas públicas socioambientais articuladas com as respectivas colegiadas da bacia;
- d) Melhorar a qualidade de vida da população considerando todos os seus aspectos e potencialidades.

Beneficiários: Os usuários dos recursos hídricos das Bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas)
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará)

- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará)
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica “Ponte Raul Soares” na Bacia do Rio São Francisco
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará)
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio das Velhas)
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco
- Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água

Metas físicas e financeiras previstas

As metas físicas e financeiras, previstas na Lei Orçamentária, deste Programa são:

- Ação 09GF: Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental – Meta Física: 70 unidades; Meta Financeira: R\$ 5.588.123,00;
- Ação 101T: Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água - Meta Física: 01 unidade; Meta Financeira: R\$ 500.000,00;
- Ação 8683: Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do Rio São Francisco (Parceria GEF) - Meta Física: não há produto/unidade de medida; Meta Financeira: R\$ 200.000,00;
- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa - Meta Física: não há produto/unidade de medida; Meta Financeira: R\$ 2.659.237,00;
- Ação 101U: Implantação de Banco de Dados Ambientais da Bacia do Rio São Francisco - Meta Física: 19% dos sistemas implantados; Meta Financeira: R\$ 360.000,00
- Ação 4538: Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio São Francisco - Meta Física: 500.000 m3; Meta Financeira: R\$ 1.120.000,00;
- Ação 3429: Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco - Meta Física: 5% de execução das obras ; Meta Financeira: R\$ 82.072.001,00;
- Ação 5472: Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do Rio São Francisco - Meta Física: 220 km; Meta Financeira: R\$ 9.574.601,00;

- Ação 101R: Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Meta Física: 733 hectares; Meta Financeira: R\$ 280.000,00;
- Ação 101P: Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco - Meta Física: 31.839 hectares; Meta Financeira: R\$ 12.735.600,00;
- Ação 101Q: Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins - Meta Física: 1.214 hectares; Meta Financeira: R\$ 500.000,00;
- Ação 4540: Reflorestamento de Nascentes , Margens e Áreas Degradadas do São Francisco - Meta Física: 220 hectares; Meta Financeira: R\$ 7.972.161,00.

Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:

Os indicadores e parâmetros de gestão encontram-se em revisão e reestruturação.

Descrição e tipo de indicador do Programa:

- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco - A estação está localizada no município de Lagoa Santa/MG. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul - A estação está localizada na foz do Rio Paraibuna na Bacia do Rio Paraíba do Sul, no Estado de Minas Gerais. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) - A estação está localizada na foz do Rio das Velhas, no Estado de Minas Gerais. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação do rio São Francisco (foz do Rio Pará) - A estação está localizada na foz do Rio das Velhas, no Estado de Minas Gerais. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) - A estação está localizada a jusante da foz do Rio Pará, no Estado de Minas Gerais. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul - A estação está localizada a jusante da foz do Rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.

- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco - A estação está localizada no município de Mantena/MG. A concentração de sólidos em suspensão é apurada trimestralmente, sendo a concentração anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica “Ponte Raul Soares” na Bacia do Rio São Francisco - A estação está localizada na Bacia do Rio São Francisco, no município de Lagoa Santa/MG. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul - A estação está localizada na foz do Rio Paraíba do Sul, no Estado de Minas Gerais. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco - A estação está localizada a montante da foz do Rio Pará, na Bacia do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio Pará) - A estação está localizada a jusante da foz do Rio Pará, na Bacia do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio das Velhas)- A estação está localizada a montante da foz do Rio das Velhas, na Bacia do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul - A estação está localizada na Bacia do Rio Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco - A estação está localizada na Bacia do Rio São Francisco, no município de Mantena/MG. A DBO é apurada trimestralmente, sendo a DBO anual a média das quatro medidas apuradas no ano.
- Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água - A unidade de medida é percentagem, sendo a fórmula de cálculo a relação percentual entre as condições de qualidade de água no ano e as condições de qualidade da água no ano anterior.

Fórmula de cálculo e método de medição:

Para o cálculo e medição dos seguintes indicadores: Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco; Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul; Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação do rio São Francisco (foz do Rio Pará); Concentração de Sólidos em Suspensão na

Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco – utiliza - se a unidade de medida em mg/l e a fórmula de cálculo é a média anual de concentração de sólidos em suspensão na referida estação hidrológica.

Em relação aos indicadores de : Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica “Ponte Raul Soares” na Bacia do Rio São Francisco; Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul; Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco; Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará); Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio das Velhas); Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco – se utiliza a unidade de medida em mg/l e a fórmula de cálculo é a média anual da Demanda Bioquímica de Oxigênio na referida estação hidrológica.

Quanto à Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água, a unidade de medida é em percentagem e a forma de cálculo se dá pela relação percentual entre as condições de qualidade de água no ano e as condições de qualidade da água no ano anterior.

Responsável pelo cálculo/medição:

As informações referentes ao cálculo e medição deverão ser efetivadas em parceria com a ANA (Agência Nacional de Águas) que é a entidade federal responsável pela rede hidrometeorológica do São Francisco.

Análise dos Resultados

Metas físicas e financeiras realizadas (valor alcançado):

- Ação 09GF: Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental - Meta Física: 0; Meta Financeira: R\$ 5.297.892,00.
- Ação 101T: Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água - Meta Física: 01 unidade ; Meta Financeira: R\$ 372.557,00
- Ação 8683: Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do Rio São Francisco (Parceria GEF) - Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 0,00
- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 2.555.606,00
- Ação 101U: Implantação de Banco de Dados Ambientais da Bacia do Rio São Francisco – Meta Física: 0 Meta Financeira: R\$ 360.000,00. Obs: O SisFRAN - Sistema de Informação do Rio São Francisco, interface de acesso às informações do banco de dados Ambientais da Bacia do Rio São Francisco, já se encontra em fase de implantação. Seu protótipo, aguarda validação pelo usuário e definição de facilidades mais avançadas (principalmente estatísticas), podendo ser visto a URL <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/sisfran>.

- Ação 4538: Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio São Francisco – Meta Física:0; Meta Financeira: R\$ 1.093.908,00 . Obs: Em razão de fluxo administrativo/técnico, a ação não foi concluída dentro do respectivo exercício de curso, sendo que em 2005 foram realizadas as seguintes atividades para o futuro alcance das metas: a) convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA), firmado em dezembro/2005, no valor R\$ 800.000,00, o qual será responsável pela instalação da rede de monitoramento no rio São Francisco. b) Recuperação de um barco gaiola típico de navegação fluvial do São Francisco em uma unidade de Escola Ambiental ambulante. c) Catadouro de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco.
- Ação 3429: Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco – Meta Física:0; Meta Financeira: R\$ 58.043.140,00. Obs: A execução física da ação está em 0% por ter sido deliberada no final de 2005 (dezembro/2005). A atualização das informações deverá ser feita com os dados de campo, ora em campanha de coleta na fonte, atualizados.
- Ação 5472: Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do Rio São Francisco – Meta Física: 0; Meta Financeira: R\$ 9.555.768,00. Obs: A execução física da ação está em 0% por ter sido deliberada no final de 2005 (dezembro/2005). A atualização das informações deverá ser feita com os dados de campo, ora em campanha de coleta na fonte, atualizados.
- Ação 101R: Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Meta Física: 0; Meta Financeira: R\$ 240.000,00. Obs: Os valores estiveram boa parte deles contingenciados em 2005, tendo sido liberados apenas em dezembro. Além disso, vale destacar que as atividades relativas à revitalização desta Bacia Hidrográfica estão dependentes da conclusão da fase 1 (planejamento e mobilização) desse Programa que deverá ter seu desenvolvimento concluído em 2006, em parceria com o CEIVAP – Comitê Executivo da Bacia Hidrográfica do Paraíba e por meio da integração com a Agência desta Bacia criada através do apoio técnico da ANA – Agência Nacional de Águas. Com esses parceiros será concluída a implementação do processo preparatório e de planejamento socioambiental para a revitalização desta Bacia e a devida validação social das suas prioridades e definição dos componentes desse programa para posterior efetivação de possíveis convênios, razão pela qual a meta física ainda não está em uma fase de mensuração como área estabilizada.
- Ação 101P: Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco. Meta Física: 28.550 hectares; Meta Financeira: R\$ 10.453.773,00
- Ação 101Q: Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins - Meta Física:0; Meta Financeira: R\$ 288.631,00. Obs: Os valores estiveram boa parte deles contingenciados em 2005, sendo que as atividades relativas à revitalização desta Bacia Hidrográfica estão dependentes da conclusão da fase 1 (planejamento e mobilização) desse Programa que vem sendo desenvolvida em parceria com a SEMARH/GO por meio da efetivação do convênio efetuado e está em andamento com o Governo de Goiás, o qual visa a implementação do processo preparatório e de planejamento socioambiental para a revitalização desta Bacia, razão pela qual a meta física ainda não está em uma fase de mensuração como área estabilizada.
- Ação 4540: Reflorestamento de Nascentes , Margens e Áreas Degradadas do São Francisco – Meta Física: 5 hectares ; Meta Financeira: R\$ 7.792.146,00

Avaliação do resultado (causas de sucesso ou insucesso):

A estratégia de implementação do Programa procurou priorizar a consolidação das unidades de articulação e integração do Programa em cada um dos Estados que compõem a Bacia do Rio São Francisco, além de potencializar o desenvolvimento das ações integradas em parceria com as outras unidades deste Ministério, como a ANA e IBAMA e o Ministério da Integração Nacional. A articulação e integração com os outros Ministérios vem se consolidando gradualmente e caminham satisfatoriamente, sendo a maior dificuldade a integração das agendas de trabalho e das respectivas políticas públicas setoriais que incidem na bacia para que as ações sejam mais integradas.

A forma de repasse de recursos é lenta, em relação às necessidades reais, e o modo de coordenação e acompanhamento dos executores funciona relativamente bem. O público alvo participa de maneira satisfatória, no entanto, os mecanismos de controle sociais ainda estão se estruturando. Além disso, boa parte dos recursos estiveram contingenciados a maior parte do ano.

O mecanismo de monitoramento da execução física está em processo de implantação no Ministério do Meio Ambiente. No MI/CODEVASF, este começou a ser efetivado, mas necessita ainda ser aprimorado. As metas físicas estão de acordo com o previsto na Lei Orçamentária.

Para efetivação do programa destaca-se como positivo a elaboração de Planos de Ação Estratégica para as principais ações estruturantes.

Quantitativamente consideram-se inadequados os recursos humanos nas equipes executoras, bem como a qualificação para execução de tarefas prioritárias.

Em relação à efetivação dos projetos prioritários, foram encontradas algumas dificuldades na celebração de convênios em função das restrições administrativas para sua consolidação.

O programa permitiu a efetiva participação social nas suas proposições e atividades, além de ter sido possível dar início a projetos e intervenções em todos os componentes do programa e estados da bacia.

Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

Uma das dificuldades encontradas para o alcance das metas do programa foi a dificuldade de articulação entre alguns dos órgãos envolvidos, principalmente na área de saneamento e pesca. A limitação quantitativa do atual quadro técnico continua sendo um fator de entrave da execução do programa.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Será formalizado o Comitê Gestor do PPA com os coordenadores de todas as ações, visando uma melhor interlocução entre os diferentes órgãos envolvidos. A inter-relação efetiva entre todos os envolvidos no Programa é fator imprescindível para a execução de todas as ações do Programa, consolidando os princípios da integração interinstitucional, da articulação intergovernamental e participação e controle social.

Outra medida a ser implementada é a formalização de Termos de Cooperação entre os órgãos federais e os estados que atuam em ações voltadas à revitalização da Bacia para potencializar a sustentabilidade política e administrativa do programa. Além disso, encontra-se em negociação, junto à direção do MMA, a ampliação do quadro técnico do programa.

Responsáveis pela implementação das medidas:

O programa visa estabelecer um núcleo de administração no âmbito do MMA para efetivação das atividades planejadas e o seu gerenciamento. A efetivação dessas medidas deverá ser feita em conjunto com a CONJUR/MMA.

Transferências de Recursos (Convênios e outros meios): Tabela na folha seguinte

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
Convênio	546313	Processo 02000.00557 5/2005-67 Assinatura 31/12/2005 Início vigência 23/12/2005 Fim vigência 31/12/2006	Elaboração da Agenda 21 do Pólo da Represa de Três Marias/MG	10/01/06	R\$ 188.065,00	R\$ 154.725,00	R\$ 33.340,00	Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias – COMLAGO CNPJ: 04.639.543/0001-04	

Além do convênio firmado, foram repassados recursos para autarquias e unidades ligadas ao Ministério do Meio Ambiente, bem como ao MCT e ao MinC, com a finalidade de atender projetos de demandas técnicas e induzidas referentes às ações desenvolvidas pelo Programa. Os projetos e atividades atendidos são os listados abaixo:

- x Plano de estudos para a criação do Parque Nacional do Canyon do São Francisco e da APA de Xingó (área prevista para o parque 16.000 ha).
- x Projeto de Monitoramento da Avifauna do Lago de Sobradinho. Produto: Elaboração e publicação de um catálogo de espécies da avifauna do Lago de Sobradinho que ocupa uma área de 4.214 km².
- x Projeto de cadastramento de usuários dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Produto: Efetivação do cadastro de usuários de recursos hídricos nos estados de Sergipe (400 usuários), Pernambuco (15.000 usuários), Alagoas (1.500 usuários) e Bahia (40.000 usuários), todos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Além desse recurso foram disponibilizados pela CODEVASF e pela ANA valores oriundos de outras ações dessas instituições para subsidiar e complementar o cadastramento.

- x Projeto de mobilização e integração das Comissões Locais de Meio Ambiente (COLMEIA) nos principais pólos da Bacia, como: Paulo Afonso (BA), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Barreiras (BA). Produto: Instalação de 8 COLMEIAS e mobilização de cerca de 900 lideranças comunitárias para o processo de revitalização.
- x Projeto de elaboração do Plano de Ação Estratégica (PAE) para criação e implementação de Unidades de Conservação na região do Rio São Francisco. Produto: Realização de oficinas para criação de Unidades de Conservação municipais em 13 municípios.
- x Projeto de implantação do primeiro pólo de Gestão Ambiental Rural do São Francisco – GESTAR-SF1 (Xingó/ Itaparica). Produto: Levantamento dos principais problemas socioambientais do território, englobando 7 municípios.
- x Projeto de elaboração, edição e distribuição dos Planos de Turismo Sustentável do baixo, sub-médio, médio e alto São Francisco. Produto: Elaboração, edição e distribuição dos Planos de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável das 4 regiões do São Francisco, sendo editados 3.000 exemplares por região, bem como 2 oficinas preparatórias.
- x Projeto de Realização de Oficinas para Capacitação de Municípios para elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das regiões do Baixo, Médio e Sub-médio São Francisco. Produto: Realização de 5 oficinas de capacitação nas regiões do Baixo, Médio e

Sub-Médio São Francisco e elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

- x Projeto de Monitoramento e Fiscalização Integrada do Baixo São Francisco no estado de Alagoas. Produto: Implantação do monitoramento e fiscalização integrada do Baixo São Francisco Alagoano, beneficiando 11 municípios e 254.414 habitantes.
- x Projeto de Educação Socioambiental no Baixo São Francisco. Produto: Efetivação da educação socioambiental no Baixo São Francisco (19.692 km²).
- x Projeto de Elaboração do Plano de Gestão Compartilhada de Acesso e uso dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Rio São Francisco. Produto: Elaboração e edição de um Plano de Gestão Compartilhada de Acesso e Uso dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Rio São Francisco com a edição de 1.000 exemplares.
- x Projeto de Implantação do Corredor Ecológico da Caatinga. Primeira fase da implantação. Produto: Implementação do Conselho Gestor do Corredor Ecológico da Caatinga
- x Projeto de Estudos e Diagnósticos Mastofaunístico e Avaliação das Populações de Carnívoros na Bacia do São Francisco. Produto: Elaboração e publicação do 1º diagnóstico mastofaunístico do São Francisco, com a edição de 1.000 exemplares.
- x Projeto de Execução do Primeiro Festival EcoCultural da Revitalização do São Francisco, com a mobilização de 35.000 pessoas e capacitação de 1.200 lideranças sociais. Produto: Realização do I Festival Ecocultural da Revitalização do Rio São Francisco com a mobilização de 35.000 pessoas e capacitação de 1.200 lideranças sociais.
- x Projeto de Desenvolvimento do Agroextrativismo na Região Nordeste do São Francisco. Produto: Execução de 5 projetos pilotos de agroextrativismo.
- x Projeto de Integração das Comunidades Tradicionais do São Francisco. Produto: Realização de 3 seminários com as comunidades tradicionais do Rio São Francisco, sendo 1 em cada região da Bacia (baixo, sub-médio e médio).
- x Projeto de Apoio e Implantação das Unidades de Conservação Municipais e elaboração das Campanhas de RPPN's. Produto: Realização de oficina interinstitucional para elaboração do Plano de Ações Estratégicas para criação de Unidades de Conservação e de Reservas Privadas do Patrimônio Natural (RPPN's)
- Projeto de Desenvolvimento do Agroextrativismo no São Francisco. Produto: Execução de 5 projetos pilotos de agroextrativismo no estado de Minas Gerais.

- Projeto de Integração das Comunidades Tradicionais do São Francisco. Produto: Realização de 2 seminários com as comunidades tradicionais do Rio São Francisco na região mineira da Bacia e um seminário nacional.
- Projeto de Apoio e Implantação das Unidades de Conservação Municipais e elaboração das Campanhas de RPPN's. Produto: Realização de oficinas para criação de Unidades de Conservação Municipais em 13 municípios com apoio técnico para a sua criação e apoio às respectivas audiências públicas para a sua formalização.
- Projeto de estudos, diagnósticos e elaboração do Plano de Ação Estratégico da Fauna Silvestre na Bacia do São Francisco. Produto: Realização de duas oficinas envolvendo pesquisadores de fauna da região para levantamento dos principais problemas e elaboração do Plano de Ação para o Manejo e Conservação da fauna silvestre na Bacia do Rio São Francisco.
- Projeto de Fiscalização Ambiental para o Defeso da Piracema na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Produto: Realização de diligências para o Defeso da Piracema na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (639.219 km²).
- Projeto de Elaboração e Realização do Seminário Nacional de Reforma Agrária e Agricultura Sustentável na Bacia do São Francisco. Produto: Realização de um seminário nacional de integração das principais instituições e organizações sociais que atuam na área de agricultura e reforma agrária sustentável e a realização de uma oficina por bioma para definição do Plano de Ação Estratégica para a sustentabilidade da Agricultura e Reforma Agrária no São Francisco.
- Projeto de Revitalização de Lagoas Marginais do Alto e Médio São Francisco consideradas APPs – Áreas de Proteção Permanente, a jusante da Barragem de Três Marias (MG). Produto: Revitalização de Lagoas Marginais, a jusante da Barragem de Três Marias/MG que correspondem aproximadamente a 10.500 hectares.
- Projeto de Cadastramento de Usuários de Recursos hídricos localizados nas sub-bacias dos Rios Jequitai e Pacuí e demais afluentes do rio São Francisco em Minas Gerais. Produto: Cadastramento de 35.000 usuários da Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais.
- Projeto de Desenvolvimento de Modelos para Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (matas ciliares) da Bacia do Rio das Velhas. Produto: Elaboração de modelos de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente no Rio das Velhas/MG trabalhando em conjunto com a população local (50 hectares).
- Projeto de Conservação de Água e Solo da sub-bacia dos rios Bambuí e Samburá. Produto:

Efetivação do projeto de conservação da água e do solo dos rios Bambuí e Samburá/MG, beneficiando uma população de 23.000 habitantes da cidade de Bambuí e que corresponde a ações de terraçamento e construção de 1.000 barraginhas em áreas de bacia de contenção beneficiando 2.000 hectares.

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado: Não há recursos externos em nenhuma das ações.

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos:

Os projetos e o convênio foram iniciados somente ao final do ano de 2005 e terão a sua execução mensurada a partir de 2006.

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve o recebimento de denúncias.

Informações Adicionais: De forma objetiva o conjunto de ações que podem repercutir e colaborar para a revitalização do São Francisco são mais amplas que as previstas atualmente no PPA.

**2.3 - PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
DO PANTANAL
SECEX / MMA**

2.3 – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal

Identificação

O programa está vinculado à Secex, caracterizando-se como um programa do tipo finalístico, com execução multissetorial, portanto possui ações sendo executadas no Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades.

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai – BAP, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema, uma vez que as atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatória e turismo) e o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização (água, esgotos, resíduos sólidos e estradas) levaram a condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável desta Bacia.

Beneficiários: População residente na região.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

Os indicadores do Programa são:

- Taxa de Área Preservada da Bacia do Alto Rio Paraguai;
- Taxa de Qualidade da Água

Metas físicas e financeiras previstas:

- 0892- Apoio a ações socioambientais em terras indígenas na Bacia do Alto Paraguai – Meta física: 11 aldeias a serem atendidas; Meta financeira: R\$ 300.000,00
- 0768 – Apoio a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis na Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 9 Projetos Apoiados; Meta Financeira: R\$ 1.219.000,00
- 0898 – Apoio a estruturação da Polícia Ambiental e do Corpo de Bombeiros da Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 7 Projetos Apoiados; Meta Financeira: R\$ 1.051.620,00
- 002P – Apoio a Getão Estadual de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 2 Projetos Apoiados; Meta Financeira: R\$ 1.280.000,00
- 0891 - Apoio à Implantação de Estradas-Parque e Cênicas na Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 100 Km de Estrada Parque implantada; Meta Financeira: R\$ 1.500.00,00
- 0890 – Apoio a Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 6 Unidades de conservação Implantadas; Meta Financeira: R\$ 964.270,00
- 0766 - Apoio à Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário na Região do Pantanal – Meta Física: 50 Famílias Beneficiadas; Meta Financeira: R\$ 90.865,00
- 0764 – Apoio a Projetos de Ordenamento de uso de solos, agrotóxicos e recursos minerais na Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 7 Projetos apoiados; Meta Financeira: R\$ 1.280.017,00
- 2272 - Gestão e Administração do Programa – Não possui Meta Física; Meta Financeira:

R\$ 2.405.093,00

- 3015 - Implementação de Práticas de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Paraguai – Meta Física: 25% de Projetos Executados. Meta Financeira: R\$ 200.000,00

Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Não foram desenvolvidos parâmetros para avaliação do desempenho das ações.

Descrição e tipo de indicador do Programa:

- Taxa de Área Preservada da Bacia do Alto Rio Paraguai – Percentual entre a área preservada e o total da área representativa da Bacia do Alto Rio Paraguai, sendo este um indicador de referência.
- Taxa de Qualidade da Água – Percentual entre volume de esgoto tratado lançado nos rios tributários do Pantanal e a quantidade total de esgoto lançado nestes rios, sendo este um indicador de referência.

Fórmula de cálculo e método de medição:

- Taxa de Área Preservada da Bacia do Alto Rio Paraguai: Relação percentual entre a área preservada e o total da área representativa da Bacia do Alto Rio Paraguai. Para efeito de cálculo da área representativa da Bacia, com prioridade para conservação, considera-se a área da planície pantaneira (14.000 Km²). A Periodicidade da medição será anual tendo como base geográfica o Estado.
- Taxa de Qualidade da Água: Relação percentual entre o volume de esgoto tratado lançado nos rios tributários do Pantanal e a quantidade total de esgoto lançado nestes rios. A alteração da qualidade da água ocorrerá a partir do ano de 2006 quando estarão concluídas as primeiras obras das redes de coleta e tratamento de esgoto.

Responsável pelo cálculo/medição:

Ministério do Meio Ambiente e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso.

Análise dos Resultados

Metas físicas e financeiras realizadas:

Em função da descontinuidade do contrato de empréstimo junto ao BID não houve disponibilidade orçamentária e financeira para execução das Metas Físicas e Financeiras.

Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

Não houve condições para avaliações dos resultados em função da ausência de execução orçamentária e financeira.

Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

A disfunção estrutural ou situacional se deu em razão da não prorrogação do prazo e o conseqüente encerramento do contrato de empréstimo BR-12900C com o BID vigente de 05 de junho de 2001 a 05 de junho de 2005. Deste modo, a programação orçamentária que era baseada na Fonte 148 e de contrapartidas 2XXX tornou-se então inviável de ser executada sem a devida autorização do Congresso Nacional, inviabilizando a execução das Metas Físicas.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

A seguir estão listadas algumas medidas adotadas para que as causas de insucesso sejam sanadas e tornem a execução do Programa viável para o exercício de 2006:

- x Encerramento do contrato com o BID;
- x A Programação Orçamentária de 2006 será alocada em fontes livres do Tesouro Nacional;
- x Revisão programática das ações para 2006 a fim de adequá – las à nova realidade orçamentária.
- x Articulação, sob a coordenação da Casa Civil, para implementação do Pacto para a Gestão Territorial Integrada com os demais Ministérios e Governos Estaduais e Municipais.

Responsáveis pela implementação das medidas:

O Ministério do Meio Ambiente representado pela Secretaria Executiva – SECEX vem implementando medidas que tornem a execução viável.

Transferências de Recursos (Convênios e outros meios) – Tabela na folha seguinte

Obs: Os dados da tabela referem-se a Restos a Pagar (RAP).

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
Convênio	524259	Processo 02000.00378 1-2004-51 Data de Assinatura 30/12/2004 a 31/12/2006	Apoio operacional ao M.P. / MS	31/12/2004	R\$ 332.100,00	R\$ 247.950,00	R\$ 28.150,00	Ministério Público/ MS CNPJ: 03.983.541/001-75	N
Convênio	524260	Processo 02000.00362 9/2004-79 Data de assinatura 30/12/2004 a 30/12/2006	Apoio a implantação de corredores ecoturísticos e ambientais no Pantanal	31/12/2004	R\$ 1.309.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 180.000,00	Instituto do Meio Ambiente Pantanal da SEMA/MS CNPJ: 02.386.443/001-98	N

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado –

Obs: Os dados da tabela referem-se a Restos a Pagar (RAP).

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida Internacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou da etapa	
				Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Contrato Empréstimo 1290/OC-BR BID Vigência: 05/06/2001 a 05/06/2005	U\$ 48.173.400,00	U\$ 24.086.700,00	U\$ 24.086.700,00	Juros	U\$ 103.960,98	U\$ 674.158,28	Restrições Orçamentárias e custos financeiros	Não prorrogação do contrato de empréstimo
				C.Perm.	U\$ 135.833,45	U\$ 1.191.572,59		
				Insp.Vig	U\$ 0	U\$ 130.163,94		
				Amortização	U\$ 66.135,61	U\$ 66.135,61		

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos

As medidas implementadas possibilitarão a mensuração da execução a partir de 2006.

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve o recebimento de denúncias.

**2.4 - PROGRAMA DE
GESTÃO DA
POLÍTICA DO
MEIO AMBIENTE
SECEX / MMA**

2.4 – Programa de Gestão da Política do Meio Ambiente

Identificação

O Programa tem papel especial nas atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais, uma vez que estas irão auxiliar a formulação, avaliação, reordenamento e o controle dos programas finalísticos.

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente.

Objetivo setorial: Promover, no Ministério do Meio Ambiente e nas respectivas Entidades Vinculadas e supervisionadas, a capacitação institucional necessária à formulação, implementação, acompanhamento e avaliação eficazes da política de meio ambiente do Governo Federal.

Beneficiários: Diretamente, o Governo, e o beneficiário indireto é a sociedade como um todo.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

Não há indicadores em tal Programa, uma vez que faz parte da gestão de políticas públicas.

Metas físicas e financeiras previstas

- Ação 0912 : Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Meta Física: 42 Projeto Apoiados; Meta Financeira: R\$ 7.000.000,00.
- Ação 09HP: Apoio à Realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente - Meta Física: 40 Projetos Apoiados; Meta Financeira: R\$ 2.798.400.
- Ação 869P: Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental - Meta Física: 7 Setores Assistidos; Meta Financeira: R\$ 12.367.000;00.
- Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Meta Física: 569 servidores capacitados; Meta Financeira: R\$ 500.000,00.
- Ação 6687: Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios – Meta Física: 2.000 servidores capacitados; Meta financeira: R\$ 1.932.800,00
- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 9.358.800,00.
- Ação 2A20: Publicidade de Utilidade Pública (Crédito Extraordinário) – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 1.500.000,00.
- Ação 4641: Publicidade de Utilidade Pública – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 2.000.000,00.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Os indicadores e parâmetros de gestão encontram-se em revisão e reestruturação.

Descrição e tipo de indicador do Programa:

Não há indicadores em tal Programa, uma vez que faz parte da gestão de políticas públicas.

Fórmula de cálculo e método de medição:

O Programa não possui indicadores, no entanto existe um monitoramento das ações. Por exemplo, a Ação 0912 - PNMAII, por meio de métodos que envolvem matrizes lógicas, realiza um monitoramento participativo de impacto e de processos. Os instrumentos utilizados para este monitoramento são: Sistema de Informações Ambientais – SIGMA, com periodicidade sistêmica, ou seja, constante; Relatório de Gerenciamento de Projetos – PMR, com periodicidade trimestral; Plano Operativo Anual – POA, com periodicidade anual; Relatório consolidado do PNMA II em nível de cada Unidade da Federação, com periodicidade anual; Relatório síntese de acompanhamento e avaliação, com periodicidade, no mínimo, anual; além disso, missões de supervisão *in loco* são realizadas quando necessário.

Responsável pelo cálculo/medição:

Não há indicadores. No caso do Monitoramento da Ação acima citada, os responsáveis pelo fornecimento destas informações são as Unidades de Coordenação Estadual que executam os convênios, com a supervisão da Coordenação Geral do PNMA II.

Análise dos Resultados

Metas físicas e financeira realizadas:

- Ação 0912 : Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Meta Física: 27 projetos conveniados / aditivados; Meta Financeira: R\$ 6.514.198,00.
- Ação 09HP: Apoio à Realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente - Meta Física: 33 Projetos Apoiados; Meta Financeira: R\$ 2.450.881,00.
- Ação 869P: Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental - Meta Física: 0 – O Acordo de Empréstimo 7331 – BR foi assinado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial dia 28/12/2005, o que inviabilizou a execução no ano de 2005. Meta Financeira: 0.
- Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Meta Física: 736 servidores capacitados; Meta Financeira: R\$ 139.328,00.
- Ação 6687: Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios – Meta Física: 0; Meta financeira: R\$ 1.932.800,00. Obs: A não execução da meta física se deve ao fato de que os convênios só foram assinados no final do ano, por apenas 2 Estados, os quais não conseguiram executar a ação, por entre outros motivos, a vedação de transferência de recursos pela IN 01/2005.
- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 9.356.508,00.
- Ação 2A20: Publicidade de Utilidade Pública (Crédito Extraordinário) – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 203.729,00.
- Ação 4641: Publicidade de Utilidade Pública – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 192.000,00

Avaliação dos resultados, indicando causas de sucesso ou insucesso:

- Realização, no período de 10 a 13 de dezembro de 2005 em Brasília, da II Conferência Nacional do Meio Ambiente. Esse evento resultou de um amplo processo de mobilização nacional. A II CNMA teve como tema central Política Nacional Integrada e uso Sustentável dos Recursos Naturais. O sucesso deste evento se deve à regulamentação da conferência através da Portaria Nº 241 de 31 de agosto de 2005 do MMA; elaboração de Regimento Interno e Documento Base para discussão estadual; ocorrência de eventos preliminares materializado em reuniões de sensibilização e mobilização nos estados ; reuniões e Conferências Municipais preparatórias para as Conferências Estaduais. Envolvimento de cerca de 77.814 mil pessoas em todo o país nas 27 Unidades da Federação, que elegeu cerca de 1.300 delegados estaduais dos setores governamental, empresarial e da sociedade civil organizada, para atuação na II CNMA. Cita-se ainda, a participação destes delegados na aprovação de, aproximadamente 800 Deliberações, as quais auxiliaram a elaboração do *Caderno de Deliberações da II CNMA*, constituído por diretrizes para a política de Meio Ambiente.
- O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros (PNC) foi lançado em 2005. Os primeiros convênios foram assinados com estados do Espírito Santo e Acre. Foram executadas algumas atividades destinadas à formação dos gestores, tais como a elaboração de material didático, contratação de consultores para apoiar e implementar o programa nos estados, apoio técnico aos executores, apoio à organização das Comissões Tripartites do Pará, Amapá e Distrito Federal e a definição de parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF), Petrobrás e Banco Mundial. A parceria com o Banco Mundial proporcionou a realização de uma vídeo – conferência em 10 estados, ademais a CEF patrocinará a publicação dos cadernos nacionais do PNC e será o agente financeiro para a gestão de recursos da Petrobrás.
- Modernização dos Sistemas de Licenciamento Ambiental pelo PNMA, priorizando a articulação da atividade de licenciamento com as de monitoramento e fiscalização, além do apoio ao Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais. Deve - se considerar, ainda, que os projetos/convênios executados pelo PNMA II ainda estão em andamento, tendo alcançado apenas resultados parciais. A finalização de todos os convênios em execução está prevista para junho de 2006, quando se encerra a Fase I do PNMA II e serão avaliados os resultados finais alcançados.
- Desenvolvimento do Sistema Unificado de Informação Estratégica – SUIA, o qual tem como principal objetivo promover o aprimoramento dos métodos e processos de gerenciamento de informação para auxiliar as instituições na gestão do meio ambiente. No ano de 2005, foram realizados diagnósticos das necessidades atuais, planejamento e desenvolvimento da segunda versão do Sistema de Órgãos Colegiados. Além disso, criou-se um mecanismo de acompanhamento das Comissões Técnicas Tripartites Nacional e Estaduais, no sentido de manter um banco de dados atualizado com informações sobre as composições, contatos, sistemática de reuniões etc, o qual possa ser acessado pelos gabinetes do MMA sempre que houver necessidade de articulação entre os entes federados.
- Implementação do Comitê Gestor do Sistema nacional de Informação de Meio Ambiente (SINIMA), capacitando as instituições estaduais e municipais para o desenvolvimento de instrumentos de interoperacionalidade, bem como o desenvolvimento de *webservices* para a integração dos sistemas ambientais, nacionais e regionais, governamentais e não-governamentais, federais, estaduais e municipais.
- Concluída a instalação de 26 Comissões Tripartites estaduais e a Bipartite do Distrito Federal (DF) com o objetivo de criar um espaço de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos Municípios, Estados, DF e União a fim de fortalecer o SISNAMA, tendo

sido fundamental para o início do processo de regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal que prevê a gestão ambiental compartilhada e descentralizada entre União, DF, Estados e Municípios.

- Discussão com os representantes das Comissões Tripartites estaduais, entidades estaduais públicas, representantes da sociedade civil organizada, associações de municípios, instituições de ensino e pesquisa e organizações não – governamentais ligadas às questões ambientais em 17 estados, a fim de auxiliar o planejamento da ação de formação e capacitação de gestores e conselheiros ambientais.
- Assinatura do Acordo de Empréstimo 7331 - BR entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, sendo que os recursos serão aplicados no projeto de Assistência Técnica para Agenda da Sustentabilidade Ambiental (TAL).
- Produção periódica de informativos referentes às atividades desenvolvidas por este Ministério em meios eletrônico (site oficial do MMA) e impresso (INFORMA – MMA).
- Capacitação de 736 servidores no MMA em diversas temáticas de gestão e área finalística, correspondendo a 147% da meta física prevista, sendo que tais resultados estarão detalhados no relatório de atividades da Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH.
- Implementação de sistemas de monitoramento da qualidade da água em 10 estados, com mecanismos de disseminação de informação para os tomadores de decisão e para o público em geral e que, de forma inovadora, estimularam a integração da área de meio ambiente com a de recursos hídricos. Além disto, foi apoiada a organização de bancos de dados e sistemas de informação estaduais sobre a qualidade da água;
- Desenvolvimento de atividades para o funcionamento do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, os quais foram pautados, principalmente, na aprovação de projetos nas modalidades “Demanda Espontânea” e “Demanda Induzida” - (Editais e Termos de Referência).
- Aprovação das seguintes Resoluções:
 - x Resolução CONAMA Nº 366/2005 - "Institui o calendário de reuniões ordinárias do CONAMA para o ano de 2006" - Data da legislação: 27/12/2005 - Publicação DOU: 28/12/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 365/2005 - "Alterar para os dias 29 e 30 de novembro de 2005 a data da 80a Reunião Ordinária" - Data da legislação: 22/11/2005 - Publicação DOU: 24/11/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 364/2005 - "Alterar para os dias 8 e 9 de novembro de 2005 a data da 79a Reunião Ordinária" - Data da legislação: 18/10/2005 - Publicação DOU: 19/10/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 363/2005 - "Altera para os dias 18 e 19 de outubro de 2005 a data da 79a Reunião Ordinária" - Data da legislação: 13/09/2005 - Publicação DOU: 14/09/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 362/2005 - "Dispõe sobre o Rerrefino de Óleo Lubrificante" - Data da legislação: 23/06/2005 - Publicação DOU: 27/06/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 361/2005 - "Alterar para os dias 27 e 28 de julho de 2005 a data da 78a Reunião Ordinária" - Data da legislação: 23/06/2005 - Publicação DOU: 27/06/2005.

- x Resolução CONAMA Nº 360/2005 - "Dispõe sobre a nova composição das Câmaras Técnicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA para o biênio 2005/2007, e dá outras providências" - Data da legislação: 17/05/2005 - Publicação DOU: 18/05/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 359/2005 - "Dispõe sobre a regulamentação do teor de fósforo em detergentes em pó para uso em todo o território nacional e dá outras providências" - Data da legislação: 29/04/2005 - Publicação DOU: 03/05/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 358/2005 - "Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências." - Data da legislação: 29/04/2005 - Publicação DOU: 04/05/2005.
 - x Resolução CONAMA Nº 357/2005 - "Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências." - Data da legislação: 17/03/2005 - Publicação DOU: 18/03/2005.
- Divulgação do trabalho do CONAMA, por meio de debates e reuniões sobre temas de interesse nacional, em plenárias extraordinárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho - GTs e audiências públicas, fazendo com que se ampliasse a participação da sociedade civil, setor empresarial e dos órgãos ambientais, estabelecendo um diálogo permanente entre os diversos segmentos por intermédio também do Comitê de Políticas ambientais do Conselho.
 - Construção do processo GEO Brasil, em parceria com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, PNUMA e IBAMA, como forma de apresentar o estado ambiental nacional, evidenciando os fatores de pressão, seus impactos sobre o meio ambiente e sobre a sociedade, as respostas de políticas públicas adotadas, além da previsão de cenários futuros para o meio ambiente no Brasil.

Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

Uma das considerações a ser registrada em relação à II Conferência Nacional do Meio Ambiente é que o prazo de 3 meses e 20 dias para sua realização foi menor do que o necessário, além disso é fundamental garantir uma equipe permanente para a CNMA com o propósito de dar consecução ao monitoramento da implementação das diretrizes da Conferência e, também, ao planejamento e realização de um trabalho nacional estratégico junto aos estados.

O programa também sofreu com a alternância de pessoal técnico para o desenvolvimento das ações, bem como as mudanças na direção das atividades de desenvolvimento dos Sistemas de Informação Ambiental.

Impossibilidade de assinatura de convênios em razão da inadimplência dos Estados.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

Foi planejado e implementado em dezembro de 2005 a integração das equipes técnicas responsáveis pela estruturação institucional dos Sistemas de Informação sobre o Meio Ambiente, resultando em uma só equipe responsável pelo suporte e pela articulação institucional para a estruturação de Sistemas de Informação.

Realização de reuniões, seminários e grupos de trabalho responsáveis pela formulação de padrões, os quais foram documentados, servindo como orientação tanto para os executores

quanto para os concedentes avaliarem a adequação das propostas ao PNC.

Apesar das dificuldades relatadas, não se pode considerar que houve insucesso no Programa. A maioria das metas foram alcançadas e, em outras ações, convênios e acordos vêm sendo firmados a fim de que se possa atingir as metas físicas de forma satisfatória.

Responsáveis pela implementação das medidas:

Não houve implementação de medidas, pois não houve insucessos.

Transferências de Recursos (Convênios e outros meios): Tabela na folha seguinte

TIPO	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no D.O.U.	Valor Total Pactuado R\$	Valor Total recebido/ transferido no exercício R\$	Contra-partida R\$	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE-S/N?)
CONVÊNIO	422741	5º Termo Aditivo 2001CV000020 PROC. 02000.006624/2000-74 PE Vigência 26/06/2001 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	18/07/05	80746,00	0,00	8074,00	SECTMA Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente CNPF:41.230.103/0001-25	
CONVÊNIO	429806	5º Termo Aditivo 2001CV000100 PROC.	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o	06/10/05	75000,00	75000,00	7500,00	SUDEMA Superintendência de Administração do Meio Ambiente	Projeto em andamento. Objetivos e

		02000.008479/2001-47 PB Vigência 27/12/2001 30/06/2006	Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2005.					CNPJ:08329849000115	Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	429799	5º Termo Aditivo 2001CV000105 PROC. 02000.009135/2001-55 BA Vigência 27/12/2001 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II,	18/07/05	35000,00	35000,00	13000,00	CRA Centro de Recursos Ambientais CNPJ:13.220.686/0001-78	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais

			devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	430496	5º Termo Aditivo 2001CV000109 PROC. 02000.009081/2001-28 PR Vigência 28/12/2001 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de	01/07/05	60460,00	0,00	12120,00	SEMA Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos CNPJ:686216710001 03	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não

			2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						
CONVÊNIO	430501	4º Termo Aditivo 2001CV000129 PROC. 02000.008933/2001-60 PE Vigência 28/12/2001 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	18/07/05	30000,00	0,00	8221,00	SECTMA Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente CNPJ:41.230.103/001-25	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	436145	6º e 7º Termo Aditivo	Termo Aditivo	06/10/2005	210000,00	0,00	06/10/200	SECTMA	Projeto em

		<p>2001CV000145</p> <p>PROC. 02000.009680/2001-41 PE Vigência 04/01/2001 30/06/2006</p>	<p>para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005</p>	<p>130.000,00 23/01/2006 80.000,00</p>			<p>5 13.000,00 23/01/2006 6 8.000,00</p>	<p>Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente CNPJ:41.230.103/001-25</p>	<p>andamento.</p> <p>Objetivos e Metas realizados parcialmente.</p> <p>Prestação de contas parciais atualizadas e em dia.</p> <p>Não ocorrência de sindicância.</p> <p>TCE – Não</p>
CONVÊNIO	432842	<p>4º Termo Aditivo 2001CV000141</p> <p>PROC. 02000.009507/2001-43 PR Vigência 04/01/2001 30/06/2006</p>	<p>Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista</p>	<p>09/06/05 500000,00</p>	<p>300000,00</p>	<p>690000,00</p>	<p>FUNPAR Fundação Universidade Federal do Paraná Para o Desenvolviemnto da Ciência, Tecnologia e da Cultura CNPJ78350188000195</p>	<p>Projeto em andamento.</p> <p>Objetivos e Metas realizados parcialmente.</p>	

			a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	432845	5º Termo Aditivo 2001CV000146 PROC. 02000.009509/2001-32 AC Vigência 31/12/2001 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos	18/07/05	5000,00	5000,00	0	GOV. DO ESTADO DO ACRE CNPJ:63.606.479/0001-24	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindi-

			recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						cância. TCE – Não
CONVÊNIO	455014	5º Termo Aditivo 2002CV000024 PROC. 02000.001834/2002-38 GO Vigência 04/07/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25	19/12/05	95000,00	0,00	9500,00	AGEMAR Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais CNPJ:03.540.581/0001-42	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não

			de janeiro de 2005						
CONVÊNIO	454875	5º Termo Aditivo 2002CV000030 PROC. 02000.001721/2002-32 MT Vigência 05/07/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	24/01/06	115004,00	0,00	12260,00	SEMA Secretaria de Estado do Meio Ambiente CNPJ:07.472.738/00 01-09	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	454767	4º Termo Aditivo 2002CV000023 PROC. 02000.001771/2002-10 RS	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo	01/07/05	38000,00	0,00	34895,00	FEPAM Fundação Estadual de Proteção Ambiental CNPJ:93.859.817/00 01-09	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realiza-

			Anual- POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						dos parcial- mente. Prestação de contas parci- ais atualizadas e em dia. Não ocorrên- cia de sindi- cância. TCE – Não
CONVÊNIO	454769	3º Termo Aditivo 2002CV000028 PROC. 02000.001731/2002-78 SE Vigência 04/07/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual- POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo	18/07/05	40000,00	0,00	4000,00	ADEMA Administração Estadual do Meio Ambiente CNPJ:13.168.992/00 01-02	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realiza- dos parcial- mente. Prestação de contas parci- ais atualizadas e em dia.

			BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	454881	3º Termo Aditivo 2002CV000033 PROC. 02000.001727/2002-18 SP Vigência 05/07/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo	18/07/05	85000,00	0,00	17000,00	SMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente CNPJ:560897900001 88	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não

			Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						
CONVÊNIO	454878	3º e 4º Termo Aditivo 2002CV000032 PROC. 02000.001928/2002-15 SP Vigência 05/07/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	27/07/2005 600.000,00 24/01/2006 180.000,00	780000,00	600000,00	27/07/2005 120.000,00 24/01/2006 40.000,00	SMA Secretaria de Estado de Meio Ambiente CNPJ:560897900001 88	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	454766	4º Termo Aditivo 2002CV000022	Termo Aditivo para alocar recursos para	07/10/05	100000,00	0,00	20000,00	SEMA Secretaria Estadual do Meio Ambiente	Projeto em andamento.

		<p>PROC. 02000.001833/2002-93 RS Vigência 04/07/2002 30/06/2006</p>	<p>atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005</p>					<p>CNPJ:03330683000133</p>	<p>Objetivos e Metas realizados parcialmente.</p> <p>Prestação de contas parciais atualizadas e em dia.</p> <p>Não ocorrência de sindicância.</p> <p>TCE – Não</p>
CONVÊNIO	454873	<p>5º Termo Aditivo 2002CV000025</p> <p>PROC. 02000.001722/2002-87 MG Vigência 04/07/2002 30/06/2006</p>	<p>Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do</p>	25/07/05	53290,00	0,00	10658,00	<p>SEMAD Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CNPJ:00.957.404/0001-78</p>	<p>Projeto em andamento.</p> <p>Objetivos e Metas realizados parcialmente.</p> <p>Prestação de contas parciais</p>

			PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						ais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	454872	4º Termo Aditivo 2002CV000020 PROC. 02000.001958/2002-13 MG Vigência 05/07/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários	07/10/05	200000,00	0,00	40000,00	SEMAD Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável CNPJ:00.957.404/0001-78	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância.

			do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						TCE – Não
CONVÊNIO	472935	3º Termo Aditivo 2002CV000060 PROC. 02000.003197/2002-34 BA Vigência 24/12/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	27/07/05	200000,00	200000,00	20000,00	CRA Centro de Recursos Ambientais CNPJ:13.220.686/00 01-78	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não

CONVÊNIO	472932	3º Termo Aditivo 2002CV000062 PROC.02000.003265/2002 -65 MT Vigência 24/12/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	24/01/06	187500,00	0,00	29500,00	SEMA Secretaria de Estado do Meio Ambiente CNPJ:07.472.738/0001-09	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	472944	3º Termo Aditivo 2002CV000055 PROC. 02000.003196/2002-90 BA Vigência 24/12/2002	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005,	18/07/05	60000,00	0,00	6737,76	CRA Centro de Recursos Ambientais CN PJ:13.220.686/0001-78	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente.

		30/06/2006	tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						<p>Prestação de contas parciais atualizadas e em dia.</p> <p>Não ocorrência de sindicância.</p> <p>TCE – Não</p>
CONVÊNIO	469535	<p>5º Termo Aditivo 2002CV000057</p> <p>PROC. 02000.001926/2002-18 MT Vigência 17/12/2002 30/06/2006</p>	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da	24/01/06	50000,00	0,00	7000,00	SEMA Secretaria de Estado do Meio Ambiente CNPJ:07.472.738/00 01-09	<p>Projeto em andamento.</p> <p>Objetivos e Metas realizados parcialmente.</p> <p>Prestação de contas parciais atualizadas e em dia.</p> <p>Não ocorrência</p>

			liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						cia de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	472934	4º Termo Aditivo 2002CV000063 PROC. 02000.001963/2002-26 AP Vigência 24/12/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº	18/07/05	74060,00	0,00	7500,00	IEPA Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá CNPJ:34.927.285/00 01-22	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não

			11.100, de 25 de janeiro de 2005						
CONVÊNIO	472938	3º Termo Aditivo 2002CV000056 PROC. 02000.003161/2002-51 SC Vigência 19/12/2002 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005	02/02/06	15000,00	0,00	3000,00	FATMA Fundação do Meio Ambiente CNPJ:83.256.545/00 01-90	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	469538	4º Termo Aditivo 2002CV000058 PROC. 02000.003077/2002-37	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano	02/02/06	274000,00	0,00	68000,00	FATMA Fundação do Meio Ambiente CNPJ:83.256.545/00 01-90	Projeto em andamento. Objetivos e Metas

		SC Vigência 17/12/2002 30/06/2006	Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005						realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não
CONVÊNIO	487935	4º Termo Aditivo 2003CV000011 PROC. 02000.001725/2002-11 MS Vigência 12/12/2003 30/06/2006	Termo Aditivo para alocar recursos para atender o Plano Operativo Anual-POA/2005, tendo em vista a Programação Anual do PNMA II, devidamente	02/02/06	80000,00	0,00	8000,00	IMAP Instituto de Meio Ambiente Pantanal CNPJ:02.386.443/00 01-98	Projeto em andamento. Objetivos e Metas realizados parcialmente. Prestação de contas parciais atualizadas

			<p>aprovada pelo BIRD e em virtude da liberação dos recursos orçamentários do ano de 2005, efetuada pelo Governo Federal através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005</p>						<p>e em dia. Não ocorrência de sindicância. TCE – Não</p>
CONVÊNIO	Não cadastrado.	<p>Convênio 2005CV000001 PROC. 02000.005735/2005-78 SC Vigência 30/12/2005 30/06/2006</p>	<p>O presente Convênio tem por objeto a implementação das atividades inerentes ao PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – PNMA II, nos exercícios de 2005 à 2006, Componente Ativos Ambientais, por intermédio do projeto “Proj. Cont. Degrad. Amb.</p>	02/02/06	80000,00	0,00	16000,00	<p>FATMA Fundação do Meio Ambiente CNPJ:83.256.545/00 01-90</p>	<p>Início do projeto. Nenhum recurso repassado ainda. Objetivos e metas em fase de implantação.</p>

			Decorrente da Suinocultura nas Bacias Hidrográficas do Lajeado”, no Estado de Santa Catarina.						
Acordo De Cooperação Internacional		914BRA204830/05/2001-31/05/2006	Promover o aprimoramento dos métodos e processos de gerenciamento de informação, para auxiliar as instituições brasileiras na gestão do meio ambiente e especificamente subsidiar o processo decisório no âmbito do MMA.	24/07/2001	7.093.097,72	1.161.069,54	Não tem	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ UNESCO 037.366.17/0001-68	O projeto não está em situação de sindicância
Convênio	440001200500003	Processo: 02000.003534/2005-36 Data de assinatura: VIGÊNCIA: até 30/09/2005, a partir da data de publicação. DATA DA	Não Há	04/10/2005	VALOR TOTAL DO CONVÊNIO: R\$ 307.518,00. VALOR	Ainda não foi efetuado repasse (valor do MMA encontra-se empenhado e entrou em Restos a	R\$ 61.503,60	STADO DO ESPÍRITO SANTO juntamente com o INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS,	

		ASSINATURA: 22/09/2005.			DO MMA: R\$ 246.014,4 0	Pagar).		CNPJ n°- 05.200.358/0001-81	
Convênio	44000120 0500004	Processo: 02000.004484/2005 Data de assinatura: VIGÊNCIA: até 07/12/2005, a partir da data de publicação. DATA DA ASSINATURA: 06/12/2005	Não Há	08/12/2005	VALOR TOTAL DO CONVÊN IO: R\$ 222.082,0 0. Valor do MMA: R\$199.87 3,80	R\$ 73.000,00	R\$ 22.208,20	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais CNPJ 63.601.769/00001/- 85	

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado: **Tabela na folha seguinte**

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total U\$	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida Internacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou da etapa	
				Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
<ul style="list-style-type: none"> •18.541.0511.0912.0001 •Apoio à Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente. •Estimular a adoção de práticas sustentáveis entre os diversos setores cujas atividades impactam o meio ambiente. •Órgão Financiador: BIRD 	18,279,665	9,000,000	-	-	-	-	-	

* Apresentar individualmente por motivo.

** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos:

Os projetos/convênios listados nas Tabelas acima ainda estão em andamento, tendo alcançado, até o momento, apenas resultados parciais. A finalização dos mesmos está prevista para junho de 2006, quando se encerra a Fase I do PNMA II e serão avaliados os resultados finais alcançados.

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve o recebimento de denúncias.

Informações Adicionais

- Parte substancial dos recursos deste Programa, mormente das ações 2272 - Gestão e Administração do Programa e 4641 - Publicidade de Utilidade Pública, foram destinadas ao pagamento de pessoal temporário que atua nos programas e ações da Secretaria – Executiva, bem como suas despesas (diárias, passagens), de acordo com a legislação vigente.
- O programa 0511 possui ações que não estão aqui relatadas por estarem sob a coordenação de outras Unidades Gestoras, as quais apresentarão seus próprios relatórios de gestão. Estas são:

Ação 6917: Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável-coordenada pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;

Ação 6456: Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Resíduos – coordenada pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos;

Ação 8661: Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Seleccionadas - coordenada pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável;

Ação 11TN: Reforma do Bloco L da Agência Nacional de Águas – coordenada pela Agência Nacional de Águas;

Ação 6037: Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental – coordenada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;

Ação 6050: Formulação de Política para o Carbono Sustentável – coordenada pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

**2.5 - GESTÃO DA
PARTICIPAÇÃO EM
ORGANISMOS
INTERNACIONAIS -
AÇÕES: CONTRIBUIÇÃO À
UNITED NATIONS
ENVIRONMENT
PROGRAMME – UNEP E
CONTRIBUIÇÃO À
CONVENÇÃO SOBRE A
DIVERSIDADE BIOLÓGICA –
CDB**

2.5 – Programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Identificação

O Ministério do Meio Ambiente, por meio da SECEX, coordena duas ações deste programa, o qual é gerenciado pelo Ministério das Relações Exteriores: 0292 – Contribuição à United Nations Environment Programme – UNEP e 0483 – Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB.

Descrição das ações :

Por meio do pagamento de cotas contributivas à UNEP e à CDB, é garantida a participação brasileira em reuniões e seminários relacionados a assuntos da área ambiental.

Público alvo: Governo e Sociedade Brasileira.

Metas físicas e financeiras previstas:

- 0292- Contribuição à United Nations Environment Programme – UNEP – Não possui Meta Física; Meta financeira: R\$ 484.105,00
- 0483 – Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB. – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 1.610.000,00.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Não foram desenvolvidos parâmetros para avaliação do desempenho das ações.

Análise dos Resultados

Metas físicas e financeiras realizadas:

- 0292- Contribuição à United Nations Environment Programme – UNEP – Não possui Meta Física; Meta financeira: R\$ 484.105,00
- 0483 – Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB. – Não possui Meta Física; Meta Financeira: R\$ 1.610.000,00.

2.6

SPOA/SECEX

2.6 Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Identificação:

ÓRGÃO: 44.801 – MMA

UNIDADE GESTORA: 440001

UNIDADE GESTORA: 440002

A Lei ordinária nº 10.683, de 28 de maio de 2003, norma legal que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, conferindo eficácia à Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, regulamentou, no seu art. 28, § 3º, da Seção III (Dos Órgãos Comuns aos Ministérios Cíveis), a criação na estrutura deste Ministério, dentre outras, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA. Em 13 de maio de 2004, a Lei nº 10.869, que também conferiu eficácia à Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, alterou outros aspectos da Lei nº 10.683, mas manteve a SPOA no organograma do MMA. Estes diplomas legais, em especial o primeiro supracitado, regeram a execução do orçamento deste Ministério, ainda que em 5 de dezembro de 2005 fosse publicada outra Lei, de nº 11.204, sem qualquer alteração ou consequência para este MMA.

As ações desenvolvidas no âmbito desta SPOA, cuja Unidade Gestora - UG 440002 representa a interface setorial dos Sistemas de Planejamento, de Orçamento e de Administração Financeira, tiveram, inicialmente, sua execução regulada pelo Decreto nº 5.356, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira dos Órgãos, dos Fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação do ato de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, nos termos do art. 16 da Lei nº 10.934 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005), de 11 de agosto de 2004.

O Decreto nº 2.972, de 26 de fevereiro de 1999, estipulou 90 dias após a sua publicação para que fosse organizado novo Regimento para o Ministério. Assim, as unidades administrativas e orçamentárias vinculadas a ele permaneceram atreladas às competências constantes das Portarias nºs 251 a 258, editadas em julho de 1999, e que dispuseram sobre a estrutura regimental, as competências das diversas unidades componentes e as atribuições dos dirigentes, em especial o Gabinete do Ministro (251) e a Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (252).

A partir da criação da Unidade Gestora (UG) 44801 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA – pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, face à sua Decisão Normativa nº 49, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre procedimentos a serem observados na organização e na apresentação de tomadas de contas de forma consolidada, o presente relatório abrange as UG's 440001 e 440002.

Esta Subsecretaria está subordinada à Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, e tem suas competências definidas pelo art. 9º, Capítulo III, Anexo, da segunda Portaria supracitada, e ainda corroboradas pelo Decreto nº 4.755, de 20 de junho de 2003 (que revogou aquele anterior, de nº 2.972/99, e conseqüentemente as Portarias de 1999, editadas a partir das exigências do mesmo Decreto), quais sejam:

À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA - compete:

- planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, organização e modernização administrativa, recursos da informação e informática, recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I, e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, e submetê-los à consideração superior; e

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades.

O detalhamento da estrutura funcional da SPOA permanece, como esclarecido acima, em um *vacatio legis*. As Portarias citadas anteriormente estabeleciam que a SPOA compunha-se basicamente das seguintes Coordenações: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento - CGPO; Coordenação-Geral de Finanças - CGF; Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH; Coordenação-Geral de Serviços Gerais - CGSG; e Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação e Informática - CGTI.

De acordo com o art. 10, Capítulo III, Anexo, da Portaria nº 252/99, estabelecia-se que:

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos, órgão setorial do Sistema de Administração de Pessoal Civil – SIPEC, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades de administração e desenvolvimento de recursos humanos no âmbito do Ministério e, especificamente:

I - promover a elaboração de projetos relacionados com o desenvolvimento dos recursos humanos nos níveis estratégico, tático, operacional, e, se necessário, em articulação com instituições especializadas, bem como a estruturação e implementação dos planos de carreiras;

II - desenvolver ações que visem à promoção e ao bem-estar físico, psíquico e social do servidor e de sua família, objetivando a melhor qualidade e produtividade nos serviços prestados pelo Ministério aos usuários;

III - promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério;

IV - coordenar, na condição de órgão setorial do SIPEC, quando for o caso, as ações dos órgãos seccionais na área de recursos humanos; e

V - criar e estimular o desenvolvimento de ações que propiciem a valorização pessoal e profissional dos servidores no âmbito do Ministério.

O art. 17, Capítulo III, Anexo, da Portaria nº 252/99, dizia que:

À Coordenação-Geral de Serviços Gerais compete coordenar, dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades relativas à administração de material, patrimônio e serviços gerais.

No art. 30, Capítulo III, Anexo, da Portaria nº 252/99, sabia-se que:

À Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação e Informática compete propor diretrizes e implementar as políticas de modernização e reforma administrativa, de informação e

informática dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, em consonância com as orientações, normas e diretrizes emanadas do órgão central dos Sistemas de Organização e Modernização Administrativa e de Administração de Recursos de Informação e Informática e, especificamente:

I - participar da formulação das políticas e diretrizes de modernização administrativa e de informação e informática do Ministério;

II - normatizar e compatibilizar as ações de modernização, informação e informática do Ministério e entidades vinculadas;

III - apoiar e prestar consultoria técnica e normativa aos órgãos e às entidades vinculadas ao Ministério na definição e implementação de programas, projetos e atividades de racionalização administrativa, qualidade e produtividade, comunicação e segurança de dados, desregulamentação, adequação e desenvolvimento institucional e de informação e informática;

IV - coordenar, estimular e promover a realização de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento e à absorção de novas tecnologias e de instrumentos de modernização administrativa;

V - coordenar o desenvolvimento de programas e projetos de racionalização de sistemas de informações e de organização institucional, métodos e processos de trabalho;

VI - orientar o processo de estruturação do macrossistema de informações do Ministério e entidades vinculadas;

VII - promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos nos projetos de modernização e de informação e informática, em articulação com a área de recursos humanos; e

VIII - estabelecer as diretrizes para as aquisições de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, bem como aprovar tecnicamente os processos pertinentes, no âmbito do Ministério.

Conforme o art. 36, Capítulo III, Anexo, da Portaria nº 252/99, tinha-se que:

À Coordenação-Geral de Finanças, unidade operacional do órgão setorial do Sistema de Controle Interno, compete,

I - coordenar, orientar e supervisionar o processo de programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

II - coordenar e supervisionar a execução e o acompanhamento das liberações dos recursos financeiros de origem interna e externa dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

III - coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira relativa aos créditos e recursos consignados aos órgãos do Ministério;

IV - exercer a supervisão e orientação no tocante aos procedimentos relacionados à contabilidade analítica fundamentada nos registros efetuados pelos órgãos do Ministério;

V - exercer a supervisão da execução financeira dos convênios e ajustes de que seja parte o Ministério;

VI - fornecer, no âmbito de atuação da Coordenação-Geral e em conformidade com as diretrizes definidas pela Secretaria Executiva, apoio técnico nas operações de crédito externas e internas efetuadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério; e

VII - manter contatos com os órgãos sistêmicos de Controle Interno com vistas ao encaminhamento e recebimento de demandas relacionadas à área de atuação da Coordenação-Geral.

Segundo o art. 42, Capítulo III, Anexo, da Portaria nº 252/99, afirmava-se que:

À Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, unidade operacional do órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, compete:

I - coordenar e acompanhar, no âmbito das competências da Subsecretaria, a elaboração e implementação dos planos e programas do Ministério, bem como acompanhar a execução dos projetos e atividades, promovendo a avaliação dos mesmos;

II - participar da definição das diretrizes e prioridades para o planejamento setorial do Ministério, como forma de adequá-los aos planos e programas anuais e plurianuais definidos pelo Órgão central do Sistema de Planejamento Federal (Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI);

III - participar das articulações, junto aos órgãos específicos do Ministério e demais órgãos de Planejamento da Administração Direta Federal, com vistas à definição de diretrizes e políticas para o Ministério;

IV - definir normas e critérios orçamentários a serem seguidos pelas unidades orçamentárias do Ministério, em consonância com aqueles emitidos pelos órgãos normativos do Sistema de Orçamento Federal;

V - fomentar o desenvolvimento de instrumentos operacionais que possibilitem melhor execução da programação orçamentária;

VI - coordenar a produção, a nível dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, de informações orçamentárias para o planejamento e a tomada de decisões;

VII - promover a manutenção e divulgação de informações sobre os processos orçamentários; e

VIII - coordenar, de acordo com as orientações emanadas do órgão central do Sistema de Orçamento Federal (Secretaria de Orçamento Federal - SOF), o desenvolvimento das atividades de acompanhamento, programação, avaliação e execução orçamentária, promovendo, em articulação com as unidades orçamentárias ou equivalentes do Ministério, as alterações que se fizerem necessárias no decurso do exercício.

2.6.1

CGRH/SPOA/SECEX

2.6.1 Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Dentre as atividades desenvolvidas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos, durante o exercício de 2005, ressaltamos o ingresso dos Analistas Ambientais aprovados no Concurso Público autorizado pela Portaria nº 144, de 21 de junho de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo esse processo se estendido por todo o ano de 2005 e resultando, até o presente momento, na contratação de 159 Analistas, dos quais 147 encontram-se no efetivo exercício de suas atividades.

Ressaltamos, também, o ingresso dos últimos aprovados no Processo Seletivo para Contratação Temporária, encerrando, assim, o certame realizado em 2003.

Esta Coordenação tomou parte, também, das reuniões de Comissão instituída objetivando articular as negociações quanto a implantação da Gratificação por Produção Suplementar, concedida aos servidores da Imprensa Nacional através de decisão administrativa e judicial.

Ainda no exercício de 2005, esta Coordenação participou da Comissão Paritária do Governo e Servidores Públicos, instituída pela Portaria Interministerial nº 27, de 03 de fevereiro de 2005, do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, objetivando a reestruturação da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, criada pela Lei 10410/02, e da qual tomaram parte, também, representantes do IBAMA e do MPOG. O relatório final dos trabalhos realizados por esta Comissão foi encaminhado à Exma. Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente no dia 26 de dezembro de 2005.

Abaixo estão discriminadas as atividades desenvolvidas pelas respectivas Divisões que compõem esta Coordenação.

Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal – DICAL:

Segue-se o detalhamento operacional das ações/atividades desenvolvidas nesta Divisão:

Controle da Demanda de Pessoal - Procedimentos:

- I - Emissão mensal de folha de ponto;
- II - Controle da frequência dos servidores do MMA, cedidos a outros Órgãos;
- III - Arquivamento e/ou comunicação ao setor de lotação do respectivo servidor de alguma ocorrência, relativamente ao registro de frequência;
- IV - Informação de frequência mensal, através de preparo de FAX ou de Ofício, de todo pessoal requisitado em exercício no MMA.
- V - Lançamento/alteração de dados funcionais no SIAPECAD, dos servidores que se encontram em exercício no MMA.

Controle de Férias - Procedimentos:

- I - Preparo da Escala Individual de Férias, em relação a cada exercício;
- II - Recebimento e controle do Formulário específico sobre férias, com a leitura de cada campo para efeito de lançamento no SIAPE, através do computador;
- III - Alterações a serem feitas, no decorrer do exercício, nos casos de pedidos de

alteração ou interrupção de férias;

IV - Controle dessas alterações, juntamente com a DIPAG, com o objetivo de evitar que o servidor goze férias além do período (tempo) assegurado por lei;

V - Registro e arquivamento, em pastas próprias, de todos os formulários individuais de férias, para efeito de acompanhamento;

Controle de Licença por Assiduidade (Prêmio) ou por Interesse Particular - Procedimentos:

I - Exame e controle, através de processos individuais, desses tipos de licenças, para efeito de lançamento no SIAPE.

II - Registro dessas situações para efeito de informação quando for o caso.

Preparo de Expedientes - Procedimentos:

I - Preparo de minutas de Avisos de cessão de servidores ou de requisição de outros órgãos, oportunidade em que se tem que observar - com bastante atenção - a legislação pertinente a cada caso, por exemplo: se trata de cessão (normalmente de pessoal do IBAMA) para órgãos do Poder Executivo, de Legislativo ou do Judiciário, e do MPU (notadamente da Justiça Eleitoral); Pedidos de prorrogação de cessão;

II - Da mesma forma, relativamente às requisições para Governo do Estado (ou municípios). Verificação de cada caso, à vista da legislação que disciplina este tipo de cessão (se é possível, considerando o nível do DAS a ser exercido);

III - Preparo de portarias de nomeação, exoneração ou designação para exercícios de cargos do Grupo DAS, FCT ou FG;

IV - Preparo de minutas de Aviso e Portaria sobre exoneração/nomeação de servidores;

V - Conferência de todas estas minutas antes de sua expedição para o GM ou SECEX.

Leitura do Diário Oficial – Procedimentos:

I - Leitura diária das partes (Seções 1 e 2) do D.O.U com retirada de cópia de matéria que diga respeito à vida funcional do servidor do MMA (seja com vínculo ou não) isto é, em se tratando de servidor que tenha registro funcional (pasta) aqui na Divisão;

II - Retirada de cópia de leis, decretos, decisões do TCU, AGU, Orientações Gerais publicadas pela SRH/MOG, para efeito de arquivamento em pastas específicas existentes na Divisão.

Análise ou Instrução de Processos - Procedimentos:

Os processos que tramitam nesta Divisão, não são só de natureza específica, isto é, que digam respeito a um determinado assunto. Alguns desses são:

I - De afastamento de servidores (caso de viagens). A Divisão deverá informar a

situação funcional do servidor, naquele momento: se o mesmo se encontra em férias ou em algum tipo de licença, etc.

II - De algum pedido (Requerimento) de pagamento de alguma vantagem ou reconhecimento de direito. Estes processos (principalmente os originários do IBAMA ou mesmo do JB/RJ) são analisados aqui nesta Divisão, com proposta – quando é o caso – de encaminhamento à SRH/MOG ou mesmo à CONJUR/MMA.

III - Acumulação de cargos. Esses processos também são analisados, com envio ao servidor interessado, para ciência do assunto levantado pela Auditoria da SRH/MOG, e, posteriormente, uma vez devidamente instruídos, são encaminhados de volta à SRH/MOG, para conhecimento.

Ações Judiciais – Procedimentos:

I - Embora sejam raros, têm vindo sistematicamente para instrução por parte desta Divisão casos de Mandados de Segurança ou mesmo Ações Ordinárias.

II - Nestes casos, enviam-se os dados necessários à CONJUR (minuta de informações) para verificação e concordância ou não com esses subsídios.

Aposentadorias/Pensões – Procedimentos:

I – Análise de Processos de Concessão de Aposentadoria ou Pensão mediante a elaboração de mapa de tempo de serviço, elaboração de Portaria de Aposentadoria, com envio posterior ao D.O.U.

II – Efetua-se, em seguida, o lançamento no SISAC, via SERPRO.

Progressão Funcional - Procedimentos:

I – Preparação das Portarias de progressão, de acordo com a legislação em vigor, ou seja, através da verificação prévia se os servidores a serem abrangidos pela progressão estão afastados por licença sem vencimento, faltas, etc.

Emissão de Certidões e Declarações Funcionais - Procedimentos:

I - Levantamento de informações (registros) existentes nos assentamentos (pastas) funcionais dos servidores ativos ou inativos.

II - Emissão de Certidão ou da Declaração, com arquivamento de cópia em pasta.

Atualização e Arquivamento de Documentos em Pastas Específicas - Procedimentos:

I - Tarefa diária que exige abertura de arquivos e verificação de pastas individuais ou de caixas de arquivos de onde constam documentos sobre a vida funcional de servidores ou ex-servidores deste Ministério.

Quadro Demonstrativo/Aspectos Qualitativo e Quantitativo:

Expedientes:

AVISOS	OFÍCIOS	MEMOS/DECLARAÇÕES	NOTAS	PORTARIAS
180	830	1330	142	640

Processos (analisados para decisão superior ou informados quanto à situação funcional do servidor):

TOTAL: 3.122 (três mil cento e vinte e dois)

Divisão de Pagamento – DIPAG:

Segue-se um resumo das principais atividades desenvolvidas por esta Divisão:

- Alimentação de dados financeiros no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, objetivando o processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Ministério;

- Instrução e análise dos processos referentes a ressarcimento de salários e encargos sociais, referente aos servidores requisitados de empresas e governos estaduais, mediante reembolso previsto no Decreto 4.050/2001 (alterados pelos Decretos 4.493/2002 e 4.587/2003), bem como elaboração de planilhas para o controle e acompanhamento mensal dos pagamentos;

- Instrução e análise dos processos referentes a ações judiciais relativas a servidores deste Ministério, bem como o cadastramento no Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais - SICAJ, para pagamento e acompanhamento;

- Fornecer às entidades governamentais da área social, através da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, um relatório com as informações solicitadas referentes aos servidores com os quais o MMA manteve relação de emprego durante qualquer período do ano-base, objetivando suprir as necessidades de controle, estatística e informações;

- Informar mensalmente os dados cadastrais, fatos geradores e outros dados de interesse do INSS, relativos aos servidores nomeados para cargo em comissão (sem vínculo), requisitados de empresas públicas e contratados temporariamente (Lei 8.745/93) através do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP;

- Prestar informações referentes aos valores pagos, deduções de imposto retido dos vencimentos dos servidores durante o ano-base, através da Declaração de imposto de renda retido na fonte - DIRF, entregue pelo MMA à Receita Federal;

- Apuração dos valores referentes às contribuições devidas ao INSS, incidentes sobre os rendimentos dos servidores ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo com o Serviço

Público Federal e Requisitados de Empresas Públicas, bem como daquelas devidas ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público – PSS, para fins de envio à CGFI para recolhimento:

- Acompanhamento de todos os processos referentes ao passivo administrativo relativo aos 3,17%, cujo pagamento está sendo efetuado em duas parcelas anuais – Agosto e Dezembro;
- Cálculo e pagamento das parcelas indenizatórias devidas aos servidores exonerados do MMA;
- Cadastramento no SIAPE dos processos referentes a exercícios anteriores, bem como o cálculo e a atualização monetária dos valores devidos;
- Extração de diversos relatórios gerenciais, através do Extrator de Dados, módulo disponível no SIAPE, objetivando a elaboração de planilhas, gráficos, etc;
- Alimentação no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR, de todas as informações referentes aos dispêndios com pessoal, classificados por Elemento de Despesa, pois é através desse Sistema que a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, acompanha os totais das despesas executadas e os quantitativos de servidores de cada Órgão;
- Preparação de planilhas diversas com informações sobre Despesas com Pessoal, para envio mensal à Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO, objetivando o acompanhamento dos dispêndios e inclusive a elaboração da Proposta Orçamentária Anual;
- Preparação de declarações diversas, de interesse dos servidores;
- Revisar os valores referentes aos passivos administrativos (3,17%) de todos os servidores que ingressaram no MMA mediante redistribuição;
- Atuar, em conjunto com a Divisão de Cadastro e Lotação, na inclusão dos dados cadastrais dos servidores contratados temporariamente (Lei 8.745/93);
- Calcular o acerto de contas, manualmente, dos servidores contratados temporariamente (Lei 8.745/93) e efetuar o lançamento no SIAPE, pois o sistema não gera automaticamente quando da solicitação de rescisão contratual;
- Manter um controle mensal do total das despesas com os servidores contratados temporariamente (Lei 8.745/93), por unidade de exercício, para fins de envio à CGFI, para que efetue a cobrança dos valores às respectivas unidades deste MMA;
- Manter o controle dos servidores com saldo negativo, decorrente de exoneração, vacância ou rescisão contratual, bem como cobrar estes servidores, através da Guia de Recolhimento da União – GRU, para devolução dos valores aos cofres da União;
- Atualização mensal do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, na ação: pagamento de aposentados e pensões – dados físicos.

Divisão de Assistência e Benefícios – DIBEN:

As atribuições da Divisão de Assistência e Benefícios – DIBEN, Unidade Administrativa diretamente subordinada à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, são as

seguintes:

Concessão e Controle do Auxílio Alimentação:

GASTO ANUAL	
BENEFICIÁRIOS/MÊS	VALOR GASTO/ANO R\$
846	1.633.024,67

Concessão e Controle do Auxílio Pré-Escolar:

BENEFICIÁRIOS/MÊS	*VALOR GASTO/ANO R\$
126	130.650,79

* Do valor descrito já está excluída a participação do servidor

Concessão e Controle do Auxílio-Transporte:

BENEFICIÁRIOS/MÊS	*VALOR GASTO/ANO R\$
192	237.451,02

* Do valor descrito já está excluída a participação do servidor

Plano de Assistência Médico/Hospitalar:

BENEFICIÁRIOS/MÊS	*VALOR GASTO/ANO R\$
711	777.954,98

* Do valor descrito já está excluída a participação do servidor

Auxílio Natalidade/Identities Funcionais e Bottons:

Foram pagas 02 (duas) cotas de auxilio natalidade, emitidas 190 (cento e noventa) Identities funcionais e distribuídos 30 (trinta) bottons.

Encaminhamento de Servidores à Junta Médica da FUNASA:

Foram encaminhados 11 servidores à Junta Médica Oficial da FUNASA, desses, 01 (um) servidor foi aposentado por invalidez.

Encaminhamento de Funcionários de Licença Médica ao INSS:

Suspendemos o pagamento de 05 (cinco) servidores com licença superior a 15 (quinze) dias e encaminhamos os mesmos ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme legislação.

Acordo de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a FIPECQ/VIDA:

Com a intenção de disponibilizar aos servidores do MMA, Programas Assistenciais e demais atendimentos, celebramos termo de adesão com a FIPECQ/VIDA, entidade civil sem fins lucrativos.

Inicialmente foram contemplados somente os servidores do Quadro Permanente do MMA, com a concessão, através daquela Instituição, de plano odontológico com a DENTALCORP, empresa que oferece planos dessa categoria com valores bem abaixo dos praticados no Distrito Federal.

Com a contratação dos Técnicos Temporários (Lei 8.745/93) em 12 de janeiro de 2004, devido à impossibilidade orçamentária de oferecer a eles os benefícios do Plano de Saúde Médico/Hospitalar e Odontologia, estendemos os serviços da FIPECQ/VIDA a esses profissionais.

Agora, além do plano odontológico aos servidores do Quadro Permanente, disponibilizamos, também, aos contratados pela Lei 8.745/93, o plano de saúde AMIL. Este plano de saúde, por força da legislação vigente, só pode ser concedido ao pessoal temporário.

Abaixo, número de beneficiários atendidos pelos benefícios oriundos do Acordo de Cooperação entre o MMA e FIPECQ/VIDA.

TIPO DE BENEFÍCIO	Nº BENEFICIARIOS
FIPECQ/VIDA/DENTALCORP - ODONTOLÓGICO	195
FIPECQ/VIDA/AMIL – MEDICO / HOSPITALAR	289

Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento – DICAD:

A Divisão de Capacitação desenvolveu, durante o exercício de 2005, as seguintes atividades:

Servidores Treinados:

Neste exercício de 2005, cerca de 677 (seiscentos e setenta e sete) servidores participaram de cursos e eventos por intermédio desta Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento, sendo 11 (onze) servidores participantes na área fim e 666 (seiscentos e sessenta e seis) servidores participantes na área meio.

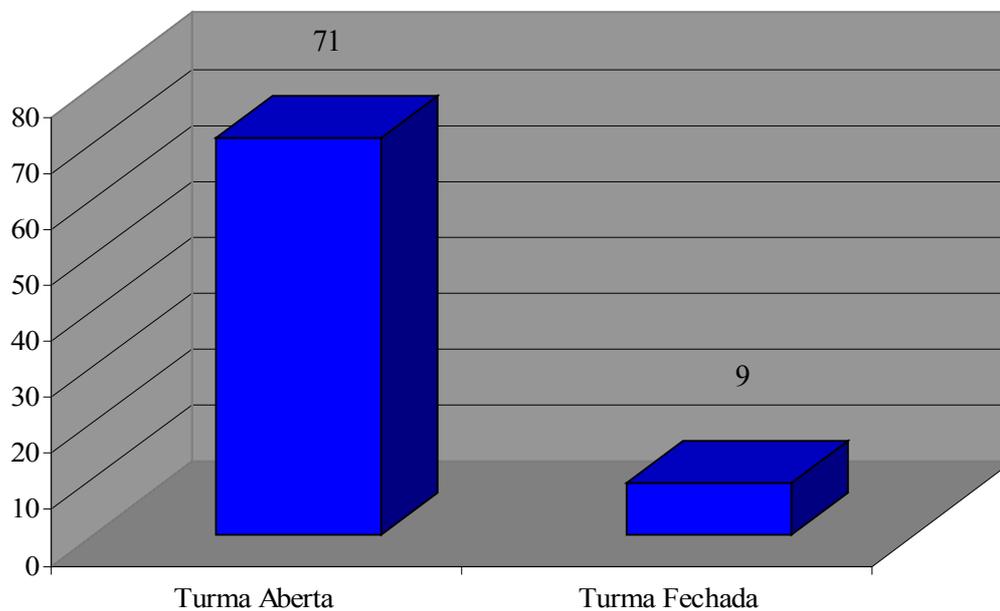
Cursos Realizados:

Foram realizados 88 (oitenta e oito) cursos, 8 (oito) Área Fim e 80 (oitenta) na Área Meio. Promovemos, na área meio 71 (setenta e um) cursos de turma aberta, com 106 (cento e seis) servidores participantes, e 9 (nove) cursos de turma fechada, dentre eles o de Open Office, com 560 (quinhentos e sessenta) servidores participantes.

Destes 88 cursos realizados no decorrer do ano, 32 (trinta e dois) foram sem ônus para este Ministério.

A seguir são apresentados os gráficos demonstrativos do crescimento na área de capacitação dos servidores deste Ministério.

Cursos/Eventos 2005 - Área Meio Turma Aberta e Turma Fechada

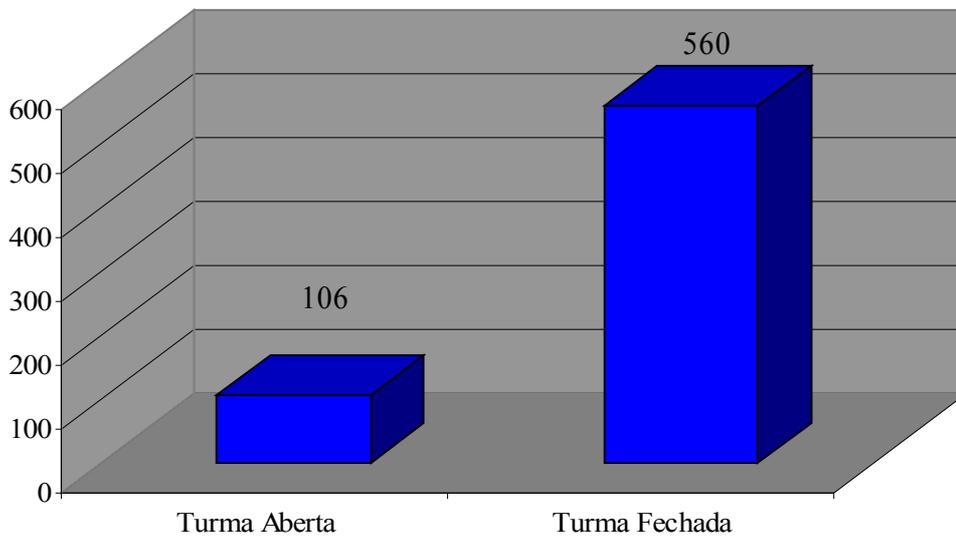


Total de Cursos/Eventos Realizados na Área Meio em 2005 – 80

Sendo: Turma Aberta – 71

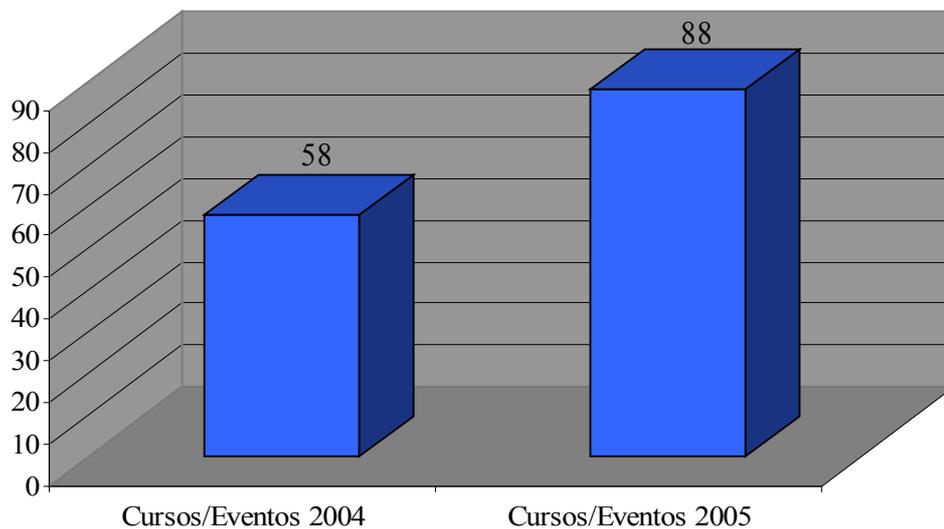
Turma Fechada – 09

Servidores Participantes 2005 - Área Meio Turma Aberta e Turma Fechada



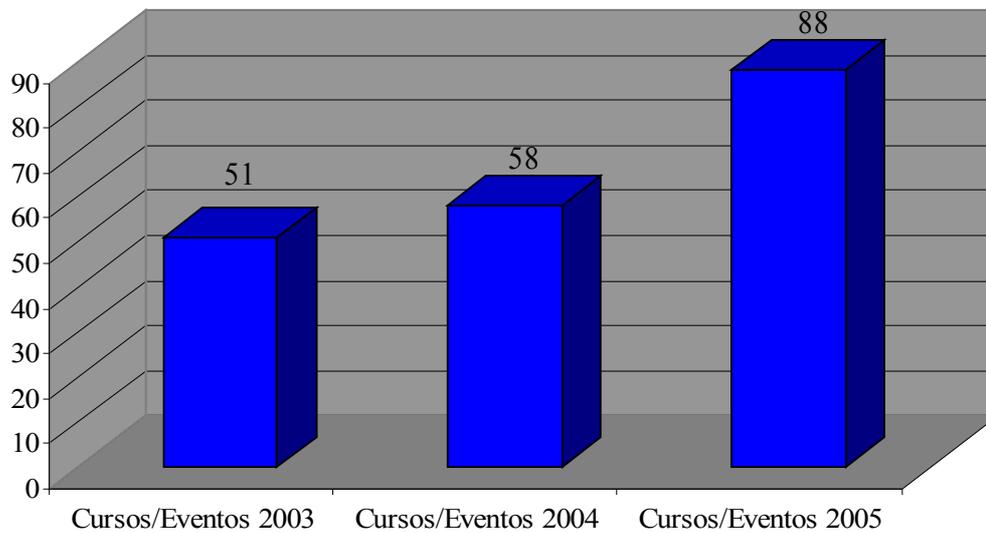
Total de Servidores Participantes na Área Meio em 2005 – 666
Sendo: Turma Aberta – 106
Turma Fechada – 560

Gráfico Comparativo Cursos/Eventos - 2004 e 2005



Total de Cursos/Eventos Realizados em 2004 – 58
Total de Cursos/Eventos Realizados em 2005 - 88

Gráfico Comparativo Cursos/Eventos - 2003 a 2005



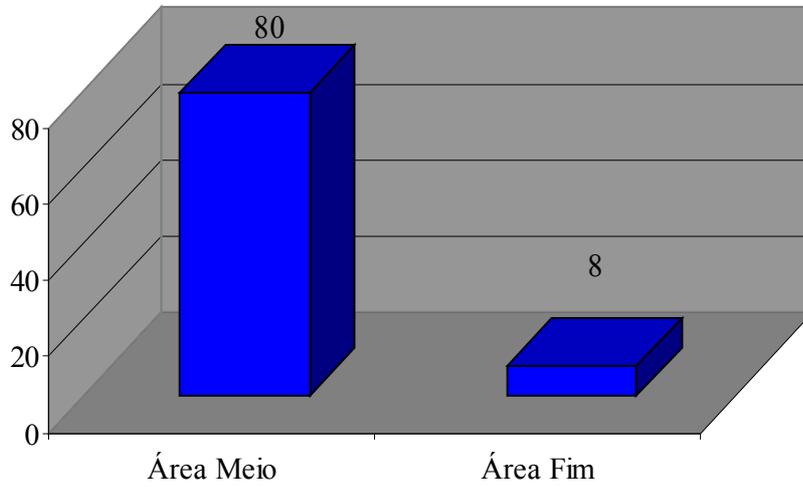
Total de Cursos/Eventos Realizados em 2003 – 51
Total de Cursos/Eventos Realizados em 2004 – 58
Total de Cursos/Eventos Realizados em 2005 - 88



S v O u t P l a c e O b j e c t

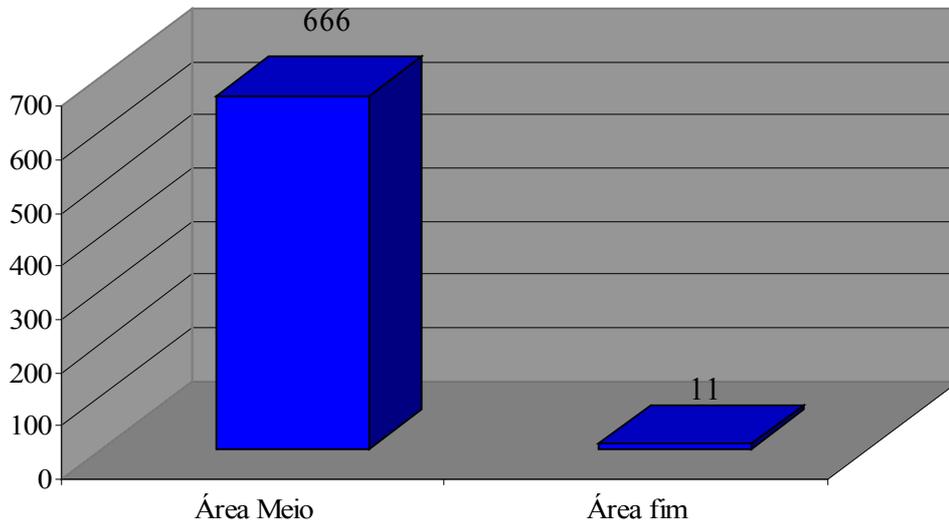
Total de Servidores Participantes em 2003 – 301
Total de Servidores Participantes em 2004 – 371
Total de Servidores Participantes em 2005 - 677

Cursos/Eventos 2005 Área Meio e Área Fim



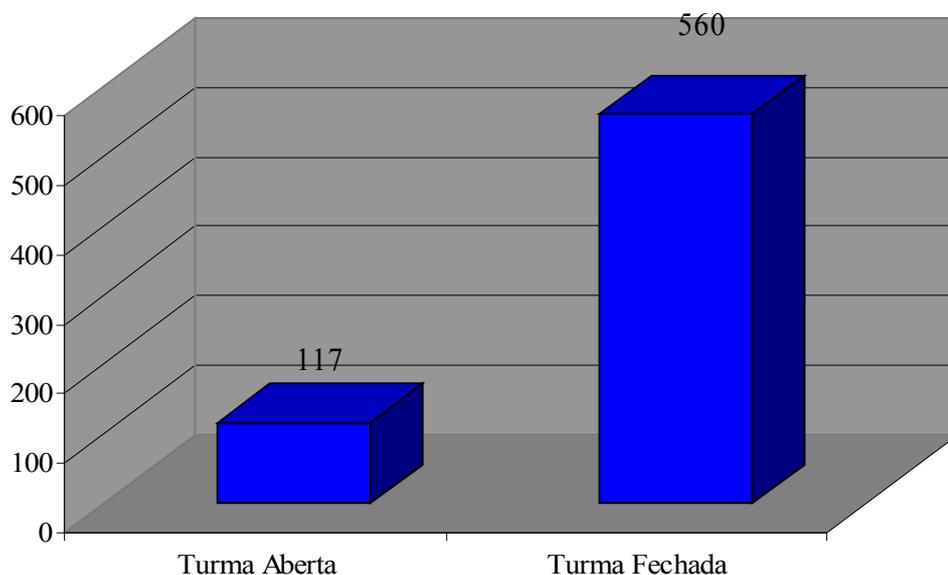
Total de Cursos Realizados em 2005 – 88
Sendo: Área Meio – 80
Área Fim - 08

Servidores Participantes 2005 Área Meio e Área Fim



Total de Servidores Participantes em 2005 – 677
Sendo: Servidores na Área Meio – 666
Servidores na Área Fim - 11

Servidores Participantes 2005 Turma Aberta e Turma Fechada

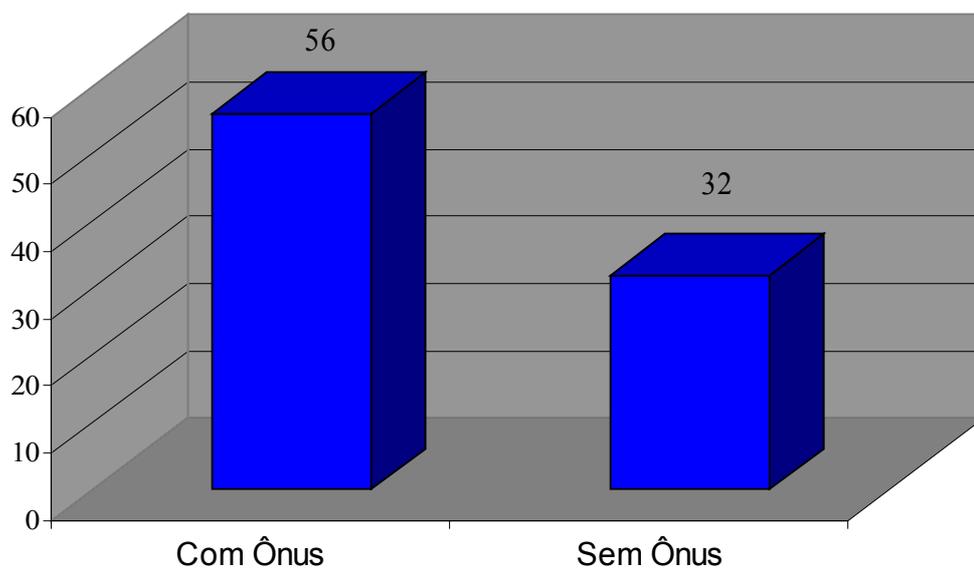


Total de Servidores Participantes nos Cursos/Eventos em 2005 – 677

Sendo: Turma Aberta – 117

Turma Fechada – 560

Cursos/Eventos 2005 Com Ônus e Sem Ônus



Total de Cursos/Eventos Realizados em 2005 – 88

Sendo: Com Ônus – 56

Sem Ônus – 32

Avaliação de Desempenho Individual e Estágio Probatório:

Trata-se de avaliação a que são submetidos os servidores cedidos e requisitados. Os órgãos de origem enviam as avaliações a esta DICAD que tem a responsabilidade de encaminha-las aos servidores cedido e após o término retornar a mesma ao órgão de origem.

Avaliação de Desempenho das Funções Gratificadas – FCT:

Esta avaliação está de acordo com Decreto nº 4.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as FCTs e dá outras providências. Tem por objetivo avaliar se o nível de complexidade e responsabilidade das atividades exercidas está equiparado com a remuneração.

O resultado máximo obtido será de 100 (cem) pontos. Caso alcance uma pontuação inferior a 60 (sessenta) pontos, o servidor deverá participar de treinamento, para aprimorar suas habilidades. Se o resultado se repetir por mais de uma vez, o servidor perderá a função que estiver exercendo.

Cada servidor possui uma pasta para que sejam arquivadas as avaliações e, possíveis recursos.

Esta avaliação será anual, tendo o mês de novembro como referência.

Este ano foram avaliados 42 (quarenta e dois) servidores.

Avaliação GCG:

É realizada anualmente e visa avaliar os gestores. Atualmente cerca de 19 servidores assim enquadrados estão lotados neste Ministério.

Os dados obtidos nesta avaliação são examinadas por intermédio de um programa no computador, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A unidade responsável por esta avaliação é a DICAD e tem como gestora a chefe da Divisão.

Avaliação dos Contratados Temporários:

Com o intuito de atender ao exposto no edital nº 1/2003, de 28 de agosto de 2003, que trata sobre a contratação temporária de profissionais para este Ministério, esta DICAD realizou a avaliação de 501 profissionais temporários durante o ano de 2005. Sendo que 94 foram avaliados relativamente no período de ingresso de junho a agosto de 2004, sendo 146 relativo ao período de ingresso de outubro de 2004 a janeiro de 2005 e 261 ao período de ingresso de janeiro e fevereiro de 2004.

Atendimento Psicológico e de Floral:

O atendimento floral é realizado por intermédio de questionário, pela psicóloga Conceição Azevedo, analista administrativa deste Ministério, o qual ficou prejudicado devido a falta de espaço físico adequado para este atendimento de floral e psicológico. Somente foram atendidos casos considerados graves.

Boletim de Serviço:

O Boletim de Serviço é publicado na intranet, até o mês subsequente das matérias encaminhadas.

No decorrer deste ano foram publicados 12 (doze) edições e 12 (doze) suplementos.

Estagiários:

Atualmente esta Pasta possui 20 (vinte) vagas para estudantes de nível médio, sendo que 12 estagiam em período integral, e 42 (quarenta e dois) estudantes de nível superior, sendo 17 estagiam em período integral.

Devido a realização de concurso, o quadro de servidores de nível superior aumentou, em consequência o número de estagiários de nível superior aumentou em 15 estudantes, total de 42.

A folha de pagamento do mês de dezembro foi no valor de R\$20.471,30 (vinte mil, quatrocentos e setenta e um reais e trinta centavos).

Com o pagamento da bolsa auxílio neste exercício foi gasto R\$ 198.606,24 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e quatro centavos).

Conclusão:

No decorrer do ano de 2005, o treinamento foi priorizado. Foram treinados cerca de 306 (trezentos e seis) servidores a mais em relação ao ano de 2004.

Acreditamos que este resultado se dá pelo fato dos dirigentes estarem voltados para a importância da capacitação e valorização dos servidores da casa e também devido à efetivação e interesse dos 150 (cento e cinquenta) analistas ambientais, que participaram de concurso público.

Neste ano, o pacote Office, iniciado em 2004, teve continuação. Foram treinados 284 (duzentos e oitenta e quatro) servidores nos cursos: sensibilização, writer, calc, impress, editor vetorial e editor HTML.

Devido à demanda considerável, foi possível realizar cursos fechados e capacitar mais servidores do que em cursos abertos. Os cursos fechados foram: Open Office, Oratória, Curso Integrado de Execução Orçamentária, Contábil e Financeira, Curso de Procedimento e Rotinas de Convênios e Prestação de Contas, Curso de Gestão de Protocolo nas Organizações Públicas, Técnicas de Fiscalização de Contratos Administrativos e Curso de Elaboração e Gerenciamento de Projetos. Estes cursos fechados têm grande retorno, uma vez que o conteúdo programático é estabelecido conforme as necessidades internas do MMA.

Em parceria com o Ministério da Cultura - MinC foi realizado palestra e sorteio no Dia das Secretárias, no Auditório Ulisses Guimarães, situado no térreo do prédio. Também em parceria com o MinC, os servidores deste MMA puderam ser atendidos para tratamento odontológico, no carro móvel do SENAC, no mês de outubro.

Todos os cursos, sem exceção, ao término foram avaliados, e resultaram na pontuação de muito bom para ótimo. Além disto recebemos elogios e e-mails parabenizando-nos pelos eventos.

Além dos citados acima, serviram como pontos fortes a nova estrutura da sala de treinamento. As carteiras solicitadas para sala de treinamento foram compradas e também o número suficiente de pessoas que estão trabalhando na capacitação, uma vez que aumentou o quadro efetivo do MMA.

Os pontos fracos que dificultaram a realização dos cursos foram à reforma do prédio central, pois alguns servidores das salas reformadas tiveram que ficar na sala de treinamento por falta de espaço físico e também por esta Divisão não possuir datashow próprio, tendo que solicitar emprestado aos outros setores do Ministério, que nem sempre podem disponibilizar o equipamento por também precisarem utilizar o mesmo.

Quanto ao convênio com o CIEE para a contratação de estudantes de nível médio e superior para estagiarem nesta Pasta, este ano teve um aumento no total de nível superior, devido a efetivação por concurso público de mais ou menos 150 (cento e cinquenta) analistas ambientais, pois a quantidade de estagiários é equiparada com o número de servidores de cargo efetivo, na proporção de 20% do total para nível superior. Quanto o nível médio não aconteceu nenhum aumento, pois não aconteceu concurso público para esta classe.

Quanto ao atendimento psicoterápico, neste ano, uma vez que, ainda não foi disponibilizada uma sala para o posto médico, a psicóloga Dra. Conceição de Maria W. Azevedo só atendeu as solicitações dos servidores considerados graves.

2.6.2

CGSG/SPOA/SECEX

2.6.2 Coordenação-Geral de Serviços Gerais

Com o objetivo de formalizar a prestação de contas referentes ao exercício de 2005, de que trata a Decisão Normativa TCU nº 71 de 07 de dezembro de 2005 e Portaria nº 03 CGU/SFC de 03 de janeiro de 2006 direcionadas às Unidades Jurisdicionais esclarecemos o seguinte:

A Coordenação-Geral de Serviços Gerais (subordinada à SPOA) é responsável por inúmeras atribuições no âmbito deste Ministério. Dessa forma, a CGSG orienta e fiscaliza os seguintes setores:

-SETOR DE CONTRATOS (SELIC) - responsável pelo acompanhamento dos contratos, termos aditivos, solicitação de pagamentos em geral dentre outras atividades.

-DIVISÃO DE COMPRAS (DICOM) - responsável pela elaboração de editais, além de todos os assuntos afetos à matéria de Licitações (Inexigibilidade, Dispensa e SICAF).

-SEÇÃO DE PATRIMÔNIO - responsável por inúmeras atividades, tais quais, discriminação de materiais para aquisição, tombamentos, verificação de especificação de equipamentos, levantamento de bens dentre outras atividades (enumeradas no relatório de atividades da seção de patrimônio).

-SETOR DE ALMOXARIFADO - responsável por guarda de material, requisição de material, estoque, separação dentre outras enumeradas na parte do relatório do setor.

-DIVISÃO DE ATIVIDADES AUXILIARES (DIATA) - responsável pela coordenação e fiscalização das empresas que mantém contratos com o Ministério. Consertos, manutenção, telefonia dentre outras.

-PROTOCOLO - recebimento, distribuição de documentos, abertura de processos dentre outras.

-TRANSPORTE - transportar servidores a pedido do ministério, autoridades dentre outras atividades detalhadas no relatório.

-ARQUIVO CENTRAL - recebimento de documentos, arquivamento, atendimento de empréstimos consultas, dentre outras atividades especificadas no relatório detalhado anexo.

Em suma, verifica-se que as atividades da CGSG são eminente
administrativas.

Feitos os apontamentos iniciais sobre o funcionamento da Coordenação-Geral de Serviços Gerais, passamos a proceder à PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2005, a qual é dividida por setor.

Divisão de Compras

Seção de Licitações e Contratos

Na Seção de Contratos, durante o ano de 2005, foram assinados 21 (vinte e um) novos CONTRATOS e efetivados os Termos Aditivos necessários aos contratos já vigentes anteriormente, todos de acordo com os preceitos legais conforme rege a Lei nº 8.666/93.

Além disto, foram feitas as devidas solicitações de pagamentos referentes aos serviços prestados e aos materiais adquiridos no exercício.

No que tange aos contratos que estiveram vigentes no ano de 2005, informamos que foi empenhado um total de R\$31.178.090,85 (trinta e um milhões, cento e setenta e oito mil, noventa reais e oitenta e cinco centavos), sendo que, deste montante, foi liquidado R\$28.868.307,78 (vinte e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e sete reais e setenta e oito centavos), e ficaram inscritos em restos a pagar R\$2.309.783,07 (dois milhões, trezentos e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e sete centavos), conforme descrito a seguir:

- **Contrat** 9/2005 **Empresa:** Blade Soluções
o:
Objeto: Transferência do Arquivo Central
Processo: 02000.000166/2005-74 **Vigência:** 09/05/05 a 08/05/06
Empenhado: R\$ 46.810,00 **Liquidado:** R\$ 46.810,00 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- **Contrato:** 7/2004 **Empresa:** Embratel
Objeto: Conexão do MMA a Internet em Banda Larga
Processo: 02000.002875/2003-22 **Vigência:** 05/05/04 a 05/05/06
Empenhado: R\$ 100.500,00 **Liquidado:** R\$ 82.750,26 **Inscrito-RP:** R\$ 17.088,24
- **Contrato:** 04/2000 **Empresa:** Power Tech
Objeto: Manutenção na central telefônica do MMA.
Processo: 02000.004687/1998-83 **Vigência:** 31/10/00 a 30/04/06
Empenhado: R\$ 262.396,32 **Liquidado:** R\$ 262.396,32 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- **Contrato:** 10/2001 **Empresa:** Adler Assessor. Empresarial
Objeto: Instalação e ampliação de pontos lógicos e elétricos.
Processo: 02000.001305/2001-53 **Vigência:** 29/10/01 a 29/04/06
Empenhado: R\$ 650.588,98 **Liquidado:** R\$ 300.512,82 **Inscrito-RP:** R\$ 350.076,16
- **Contrato:** 15/2002 **Empresa:** CEB
Objeto: Fornecimento de energia elétrica
Processo: 02000.003402/2002-36 **Vigência:** 11/04/02 a 11/04/06
Empenhado: R\$ 914.907,66 **Liquidado:** R\$ 884.485,41 **Inscrito-RP:** R\$ 30.422,25
- **Contrato:** 08/2005 **Empresa:** Medial Saúde
Objeto: Assistência médica
Processo: 02000.000289/03-43 **Vigência:** 01/04/05 a 31/03/06
Empenhado: R\$ 742.005,00 **Liquidado:** R\$ 642.953,80 **Inscrito-RP:** R\$ 99.051,20
- **Contrato:** 4/2004 **Empresa:** LCC - Construtora Ltda.
Objeto: Locação de imóvel na 514 Sul
Processo: 02000.000274/2004-66 **Vigência:** 26/03/04 a 25/03/06
Empenhado: R\$ 552.000,00 **Liquidado:** R\$ 552.000,00 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00

- Contrato:** 4/2005 **Empresa:** Novadata Sistema
Objeto: Aquisição de 55 impressoras
Processo: 02000.003950/2004-53 **Vigência:** 16/03/05 a 16/03/06
Empenhado: R\$ 47.244,45 **Liquidado:** R\$ 47.244,45 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- Contrato:** 7/2005 **Empresa:** Capital Emp. de Serv. Gerais
Objeto: Suporte Operacional e Apoio Administrativo
Processo: 02000.000762/2004-73 **Vigência:** 10/03/05 a 09/03/06
Empenhado: R\$ 4.336.987,08 **Liquidado:** R\$ 3.691.023,99 **Inscrito-RP:** R\$ 645.963,09
- Contrato:** 02/2004 **Empresa:** Gráfica e Editora Ideal
Objeto: Serviços gráficos
Processo: 02000.002153/2003-78 **Vigência:** 16/02/05 a 15/02/06
Empenhado: R\$ 997.006,99 **Liquidado:** R\$ 997.006,83 **Inscrito-RP:** R\$ 0,16
- Contrato:** 01/2001 **Empresa:** Capital Emp. de Serv. Gerais
Objeto: Serviços de limpeza, conservação e dedetização
Processo: 02000.004882/00-16 **Vigência:** 01/01/01 a 31/01/06
Empenhado: R\$ 1.052.000,00 **Liquidado:** R\$ 1.051.879,07 **Inscrito-RP:** R\$ 120,93
- Contrato:** 16/2003 **Empresa:** Locabrás
Objeto: Prestação de serviços de transportes
Processo: 02000.001045/2003-88 **Vigência:** 21/10/03 a 31/01/06
Empenhado: R\$ 76.275,00 **Liquidado:** R\$ 61.020,00 **Inscrito-RP:** R\$ 15.255,00
- Contrato:** 14/2002 **Empresa:** Tele Centro Oeste Celular
Objeto: Prestação de serviços móvel celular
Processo: 02000.000434/2002-13 **Vigência:** 29/05/02 a 31/01/06
Empenhado: R\$ 385.000,00 **Liquidado:** R\$ 274.341,43 **Inscrito-RP:** R\$ 110.658,57
- Contrato:** 01/2005 **Empresa:** Trips Passagens e Turismo
Objeto: Fornecimento de passagens aéreas
Processo: 02000.003284/2004-53 **Vigência:** 23/01/05 a 22/01/06
Empenhado: R\$ 1.805.065,64 **Liquidado:** R\$ 1.774.427,09 **Inscrito-RP:** R\$ 30.638,55
- Contrato:** 24/2003 **Empresa:** Adeir Feitosa Porto
Objeto: Prestação de serviços de chaveiro
Processo: 02000.002545/2003-37 **Vigência:** 20/01/05 a 21/01/06
Empenhado: R\$ 7.400,00 **Liquidado:** R\$ 4.659,60 **Inscrito-RP:** R\$ 2.740,40
- Contrato:** 20/2004 **Empresa:** C Costa
Objeto: Fornecimento de vidros e molduras
Processo: 02000.002903/2004-92 **Vigência:** 10/01/05 a 09/01/06
Empenhado: R\$ 7.950,42 **Liquidado:** R\$ 7.102,32 **Inscrito-RP:** R\$ 848,10
- Contrato:** 19/2004 **Empresa:** Ribeiro e Albuquerque
Objeto: Fornecimento de combustível
Processo: 02000.002403/2004-54 **Vigência:** 03/01/05 a 02/01/06
Empenhado: R\$ 40.000,00 **Liquidado:** R\$ 35.620,35 **Inscrito-RP:** R\$ 4.379,65

- Contrato:** 5/2005 **Empresa:** Adler Assessor. Empresarial
Objeto: Instalação e manutenção de divisórias
Processo: 02000.001870/2004-63 **Vigência:** 04/03/05 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 1.414.500,00 **Liquidado:** R\$ 1.408.715,20 **Inscrito-RP:** R\$ 5.784,80

- Contrato:** 27/2003 **Empresa:** Brasil Telecom
Objeto: Telefonia móvel interurbana. Região II
Processo: 02000.001033/2003-53 **Vigência:** 27/02/04 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 39.067,00 **Liquidado:** R\$ 0,00 **Inscrito-RP:** R\$ 39.067,00

- Contrato:** 12/2002 **Empresa:** Embratel
Objeto: Telefonia fixa interurbana. Região I e III.
Processo: 02000.001271/2001-05 **Vigência:** 11/04/02 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 980.000,00 **Liquidado:** R\$ 579.958,40 **Inscrito-RP:** R\$ 400.041,60

- Contrato:** 28/2003 **Empresa:** Embratel
Objeto: Telefonia móvel interurbana. Região I e III.
Processo: 02000.001033/2003-53 **Vigência:** 27/02/04 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 58.150,07 **Liquidado:** R\$ 50.423,88 **Inscrito-RP:** R\$ 7.726,19

- Contrato:** 49/2000 **Empresa:** Ipanema Segurança
Objeto: Serviço de segurança armada e desarmada
Processo: 02000.000095/2002-67(MINC) **Vigência:** 01/01/01 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 1.010.000,00 **Liquidado:** R\$ 923.044,77 **Inscrito-RP:** R\$ 86.955,23

- Contrato:** 14/2004 **Empresa:** JFA áudio Vídeo
Objeto: Operação de som
Processo: 02000.001286/2004-16 **Vigência:** 01/10/04 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 9.965,00 **Liquidado:** R\$ 6.643,00 **Inscrito-RP:** R\$ 3.322,00

- Contrato:** 3/2005 **Empresa:** João Lopes Malta
Objeto: Fornecimento de água mineral
Processo: 02000.003580/2004-54 **Vigência:** 07/03/05 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 54.105,29 **Liquidado:** R\$ 54.101,16 **Inscrito-RP:** R\$ 4,13

- Contrato:** 14/2005 **Empresa:** LGP
Objeto: Construção de laje no vão do elevador.
Processo: 02000.000713/2005-11 **Vigência:** 11/08/05 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 94.586,33 **Liquidado:** R\$ 94.586,33 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00

- Contrato:** 12/2005 **Empresa:** Revistaria Saruska
Objeto: Fornecimento de jornais e revistas
Processo: 02000.003829/2004-21 **Vigência:** 14/07/05 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 34.001,03 **Liquidado:** R\$ 32.264,34 **Inscrito-RP:** R\$ 1.736,69

- Contrato:** 12/2004 **Empresa:** Sérgio Machado reis
Objeto: Clipping diário
Processo: 02000.001187/2004-26 **Vigência:** 01/09/04 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 62.400,00 **Liquidado:** R\$ 62.400,00 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00

- Contrato:** 13/2004 **Empresa:** Steno Brasília
Objeto: Estenotipia

- Contrato:** 13/2004 **Empresa:** Steno Brasília
Processo: 02000.001286/2004-16 **Vigência:** 01/10/04 a 31/12/05
Empenhado: R\$ 21.854,00 **Liquidado:** R\$ 19.650,00 **Inscrito-RP:** R\$ 2.204,00
- Contrato:** 18/2005 **Empresa:** Temperclima
Objeto: Aquisição e instalação de ar condicionado
Processo: 02000.000200/2005-19 **Vigência:** 21/09/05 a 20/11/05
Empenhado: R\$ 149.000,00 **Liquidado:** R\$ 149.000,00 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- Contrato:** 10/2005 **Empresa:** Construtora Brasil Central
Objeto: Reforma da fachada do MMA
Processo: 02000.000679/2004-02 **Vigência:** 16/05/05 a 16/11/05
Empenhado: R\$ 1.082.974,80 **Liquidado:** R\$ 1.082.974,80 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- Contrato:** 11/2005 **Empresa:** Isoterm
Objeto: Impermeabilização da laje da garagem
Processo: 02000.000667/2004-70 **Vigência:** 09/05/05 a 08/09/05
Empenhado: R\$ 1.162.604,74 **Liquidado:** R\$ 1.162.604,74 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- Contrato:** 1/2003 **Empresa:** E´Dáblio
Objeto: Serviço técnico especializado de suporte à CGTI
Processo: 02000.002328/2002-66 **Vigência:** 02/01/03 a 07/07/05
Empenhado: R\$ 1.572.658,24 **Liquidado:** R\$ 1.572.658,24 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- Contrato:** 18/2004 **Empresa:** Embratel
Objeto: Telefonia fixa local
Processo: 02000.002597/2004-94 **Vigência:** 24/12/04 a 23/06/05
Empenhado: R\$ 350.000,00 **Liquidado:** R\$ 308.957,91 **Inscrito-RP:** R\$ 41.042,09
- Contrato:** 06/2005 **Empresa:** Capital Emp. de Serv. Gerais
Objeto: Contratação emergencial de Apoio Administrativo
Processo: 02000.000601/2005-61 **Vigência:** 01/03/2005 a 09/03/2005
Empenhado: R\$ 120.412,56 **Liquidado:** R\$ 120.412,56 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00
- Contrato:** 27/2002 **Empresa:** Múltipla
Objeto: Suporte Operacional e Apoio Administrativo
Processo: 02000.002467/2002-90 **Vigência:** 17/12/02 a 28/02/05
Empenhado: R\$ 1.040.679,65 **Liquidado:** R\$ 1.040.679,65 **Inscrito-RP:** R\$ 0,00

Setor de Compras e Cadastro de Fornecedores

Inexigibilidades de Licitação

No exercício de 2005, efetivaram-se dezessete Inexigibilidades de Licitação, somando um total de R\$ 672.356,43 (seiscentos e setenta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos), todas de acordo com os preceitos legais conforme rege a Lei 8.666/93, as quais serão descritas a seguir:

•Processo:	02000.004996/2005-71	Empresa:	Direct Rede
Objeto:	Renovação de Assinatura - Datalegis		
Valor:	R\$ 31.000,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005259/2005-95	Empresa:	Prisma Informática
Objeto:	Aquisição de Software Consiafi		
Valor:	R\$ 37.284,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005378/2005-48	Empresa:	Editora Fórum
Objeto:	Renovação de Assinatura		
Valor:	R\$ 9.900,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004703/2005-55	Empresa:	Editora NDJ
Objeto:	Aquisição de CD-Rom Simpósios		
Valor:	R\$ 1.800,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.005377/2005-01	Empresa:	Editora Plenum
Objeto:	Renovação de Assinatura dos produtos da Editora Plenum		
Valor:	R\$ 1.840,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005582/2005-69	Empresa:	Editora Portal Jurídico
Objeto:	Renovação de Assinatura - Gazeta Juris		
Valor:	R\$ 3.320,00	Tipo:	Serviço

Dispensas de Licitação

Foram efetivadas, ainda, duzentas e quarenta e sete Dispensas de Licitação, perfazendo um total de R\$ 3.626.483,36 (três milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos), todas de acordo com os preceitos legais conforme rege a Lei 8.666/93, conforme descrito a seguir:

•Processo:	02000.003826/2004-98	Empresa:	EBR COMERCIO E SERV. LTDA
Objeto:	Contratação de empresa para fornecimento de carimbo		
Valor:	R\$ 4.556,07	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003911/2004-56	Empresa:	START UP
Objeto:	Aquisição de kit fusor para impressora		
Valor:	R\$ 1.214,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.004004/2004-24	Empresa:	K' PLAST
Objeto:	Compra de um maintenance kit da impressora HP laserjet		
Valor:	R\$ 2.378,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.004001/2004-91	Empresa:	ENGEMAXI
Objeto:	Contratação de firma para tratamento de juntas de dilatação		
Valor:	R\$ 14.120,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000082/2005-31	Empresa:	GUANABA
Objeto:	Contratação de firma para fornecim. e instal. de extintores de incêndio		
Valor:	R\$ 7.800,00	Tipo:	Serviço

•Processo:	02000.000097/2005-07	Empresa: CASA PLANETA DE BRASÍLIA
Objeto:	Aquisição de mola para manter porta fechada	
Valor:	R\$ 894,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000083/2005-85	Empresa: SPASSO ENGENHARIA
Objeto:	Substituição do rufo da empena norte do edifício do MMA	
Valor:	R\$ 6.500,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.004013/2004-15	Empresa: WRM ENGENHARIA
Objeto:	Vedação de vão	
Valor:	R\$ 14.730,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.004006/2004-13	Empresa: ENGEMAXI ENGENHARIA
Objeto:	Contratação de empresa especializada para troca de telhas e impermeab.	
Valor:	R\$ 14.390,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000030/2005-64	Empresa: HÉRCULES DE ELEVADORES
Objeto:	Contratação de empresa especial. em manutenção de elevadores da 514 Sul	
Valor:	R\$ 8.000,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.003863/2004-04	Empresa: START UP
Objeto:	Aquisição de cartuchos	
Valor:	R\$ 7.810,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000141/2005-71	Empresa: START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de kit tambor	
Valor:	R\$ 1.596,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000241/2005-05	Empresa: OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de envelopes	
Valor:	R\$ 1.267,20	Tipo: Material
•Processo:	02000.000467/2005-06	Empresa: IMPRENSA NACIONAL
Objeto:	Pagamento de efetivação de assinatura eletrônica da Imprensa Nacional	
Valor:	R\$ 1.584,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000453/2005-84	Empresa: SPASSO ENGENHARIA
Objeto:	Construção de abrigo de alvenaria para enclausurar o ar-condicionado.	
Valor:	R\$ 14.600,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000023/2005-62	Empresa: MELHORES MARCAS
Objeto:	Aquisição de peças para a recuperação do container	
Valor:	R\$ 210,36	Tipo: Material
•Processo:	02000.000452/2005-30	Empresa: SHANON
Objeto:	Aquisição de uniformes para motoristas oficiais e aux. de manut. do MMA	
Valor:	R\$ 5.039,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000316/2005-40	Empresa: PERTO S.A.
Objeto:	Solicitação de duas leitoras de Cartão Smart Card	

Valor:	R\$ 162,33	Tipo:	Material
•Processo:	02000000276/2005-36	Empresa:	IDEMP
Objeto:	Gerenciamento de Projetos de TI		
Valor:	R\$ 1.200,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000383/2005-64	Empresa:	CEBRAD
Objeto:	Curso prático de Execução Orçamentária e Financeira na Adm. Pública		
Valor:	R\$ 2.800,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000553/2005-19	Empresa:	EBR COMERCIO E SERV. LTDA
Objeto:	Conserto de guilhotina		
Valor:	R\$ 455,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000369/2005-61	Empresa:	WORLD COMPUTER
Objeto:	Aquisição de Software de ferramenta gráfica		
Valor:	R\$ 2.898,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000556/2005-44	Empresa:	CINE FOTO GB
Objeto:	Contratação de Lab. Fotográfico.		
Valor:	R\$ 6.000,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000558/2005-33	Empresa:	CONSERTEX
Objeto:	Aquisição de bateria para aparelho telefônico celular		
Valor:	R\$ 55,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000601/2005-61	Empresa:	CAPITAL SERVIÇOS
Objeto:	Contrato emergencial Apoio Administrativo.		
Valor:	R\$ 2.759.993,28	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000592/2005-16	Empresa:	VCS – COM. E REPRES.
Objeto:	Solicitação de material para exercício de 2005.		
Valor:	R\$ 5.137,60	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000579/2005-59	Empresa:	VIRTUAL COM. E SERVIÇOS
Objeto:	Aquisição de uma televisão 29”e um DVD		
Valor:	R\$ 1.598,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000513/2005-69	Empresa:	SCM E WP COM. E SER.
Objeto:	Solicitação de revisão técnica e mat.consumo p/ executar trab. No Ploter HP		
Valor:	R\$ 1.249,56	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000656/2005-71	Empresa:	SKY NETT
Objeto:	Aquisição de decodificador para TV por assinatura		
Valor:	R\$ 798,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000651/2005-48	Empresa:	OFFICE MIX/PAP. BRAGA/VCS
Objeto:	Aquisição de fichários, caneta e filme para fax		
Valor:	R\$ 3.087,25	Tipo:	Material

•Processo:	02000.000699/2005-56	Empresa: COMPLEMENTO
Objeto:	Contratação de firma especial. para transferência de arquivos	
Valor:	R\$ 7.800,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000705/2005-75	Empresa: START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de uma gravadora de CD's	
Valor:	R\$ 212,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000719/2005-99	Empresa: TELE ALARME (TASS)
Objeto:	Contratação de empresa especial. Em alarme para a 514 Sul.	
Valor:	R\$ 8.000,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000674/2005-52	Empresa: DATA GRAPHICS
Objeto:	Aquisição de Software de ferramentas gráficas e Web.	
Valor:	R\$ 7.576,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000646/2005-35	Empresa: CONTREI cursos
Objeto:	Curso de Agilidade, Eficiência e Qualidade nas Compras.	
Valor:	R\$ 1.580,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000744/2005-72	Empresa: HORUS
Objeto:	Manutenção e instalação de ramais no MMA e unidades.	
Valor:	R\$ 993,50	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000778/2005-67	Empresa: START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de HD's	
Valor:	R\$ 7.779,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000821/2005-94	Empresa: SC&M
Objeto:	Aquisição de quadros de cortiça	
Valor:	R\$ 194,40	Tipo: Material
•Processo:	02000.000789/2005-47	Empresa: CASA PLANETA DE BRASÍLIA
Objeto:	Aquisição de mola para porta	
Valor:	R\$ 4.170,00	Tipo: Material
•Processo:	02000.000759/2005-31	Empresa: START UP E HORA H
Objeto:	Aquisição de Software de ferramenta gráfica	
Valor:	R\$ 6.709,00	Tipo: Serviço
•Processo:	02000.000841/2005-65	Empresa: HORA H
Objeto:	Aquisição de material emergencial	
Valor:	R\$ 7.950,42	Tipo: Material
•Processo:	02000.000808/2005-35	Empresa: START UP
Objeto:	Solicitação de Software de ferramenta gráfica	
Valor:	R\$ 287,00	Tipo: Material
•Processo:	02000000096/2005-54	Empresa: VIRTUAL COM. E SERVIÇOS
Objeto:	Solicitação de mural e outros materiais	
Valor:	R\$ 1.901,00	Tipo: Material

•Processo:	02000.000771/2005-45	Empresa:	EDITORA FÓRUM
Objeto:	III Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública.		
Valor:	R\$ 2.380,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000924/2005-54	Empresa:	PAPEL MAR
Objeto:	Solicitação de resmas de papel não colorado		
Valor:	R\$ 7.996,80	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000937/2005-23	Empresa:	ABOP
Objeto:	Curso de Planejamento e Orçamento Público		
Valor:	R\$ 4.400,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001018/2005-77	Empresa:	HORA H
Objeto:	Aquisição de cartuchos para impressora.		
Valor:	R\$ 6.148,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000985/2005-11	Empresa:	SPUR
Objeto:	Aquisição de Tonners para impressora Tally Genicom		
Valor:	R\$ 7.250,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001049/2005-28	Empresa:	HORA H
Objeto:	Aquisição de Software ACCESS		
Valor:	R\$ 910,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.000647/2005-80	Empresa:	ADRIANA ALBUQUERQUE
Objeto:	Curso de Oratória.		
Valor:	R\$ 7.350,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.000938/2005-78	Empresa:	ABOP
Objeto:	Curso de Planejamento e Orçamento Público		
Valor:	R\$ 5.400,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001050/2005-52	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de mat. para o I Seminário de Fundos Sócio Ambientais Públicos		
Valor:	R\$ 119,20	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001038/2005-48	Empresa:	ABOP
Objeto:	Curso de Contabilidade Pública.		
Valor:	R\$ 1.600,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001121/2005-17	Empresa:	UTIL
Objeto:	Aquisição de ventiladores.		
Valor:	R\$ 825,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001055/2005-85	Empresa:	IBAP
Objeto:	Solicitação de participação no Seminário Gestão de Pessoal		
Valor:	R\$ 890,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001181/2005-30	Empresa:	ZENITE
Objeto:	2º Encontro de Pregoeiros e Membros de Equipe de Apoio da Adm. Pública.		

Valor:	R\$ 3.360,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001132/2005-05	Empresa:	INFORDADOS
Objeto:	Aquisição de um Hard Disk padrão IDE		
Valor:	R\$ 192,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001261/2005-95	Empresa:	SPASSO ENGENHARIA
Objeto:	Reforço estrutural da marquise da 514 Sul		
Valor:	R\$ 14.100,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001205/2005-51	Empresa:	UNIÃO BRAS. DE EDU. E ASSIST.
Objeto:	Participação, como ouvinte, do II Congresso Internacional T. Amb. e Direito		
Valor:	R\$ 80,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001206/2005-03	Empresa:	UNIÃO BRAS. DE EDU. E ASSIST.
Objeto:	Participação, como ouvinte, do II Congresso Internacional T. Amb. e Direito		
Valor:	R\$ 80,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001231/2005-89	Empresa:	ABOP
Objeto:	XI Curso de SIAFI Operacional		
Valor:	R\$ 5.400,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001264/2005-29	Empresa:	VILA RICA ENGENHARIA
Objeto:	Limpeza e pintura das janelas do sub-solo do bloco B da 514 sul		
Valor:	R\$ 14.400,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001263/2005-84	Empresa:	SPASSO ENGENHARIA
Objeto:	Limpeza e impermeabilização do poço de ventilação do sub-solo.		
Valor:	R\$ 13.900,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001133/2005-41	Empresa:	HORA H
Objeto:	Aquisição de CD-ROM interna 52xmax		
Valor:	R\$ 240,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001262/2005-30	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de software.		
Valor:	R\$ 1.140,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001279/2005-97	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de cartuchos		
Valor:	R\$ 3.253,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001304/2005-32	Empresa:	ELA DISTRIBUIDORA
Objeto:	Aquisição de tapetes para elevador		
Valor:	R\$ 2.515,14	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001265/2005-73	Empresa:	SKALA PINTURAS
Objeto:	Fornecimento e instalação de passarela		
Valor:	R\$ 14.200,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001305/2005-87	Empresa:	UTIL

Objeto:	Aquisição de acessórios para banheiros.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 2.685,00		
•Processo:	02000.001442/2005-11	Empresa:	CONSULTRE
Objeto:	Capacitação Gerencial para o Novo Perfil do Gestor Público	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.760,00		
•Processo:	02000.001440/2005-22	Empresa:	ENGDTP
Objeto:	Curso em Flash MX 2004	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.800,00		
•Processo:	02000.001320/2005-25	Empresa:	ENGDTP
Objeto:	Solicitação de participação na jornada Dreamweaver MX 2004	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.800,00		
•Processo:	02000.001410/2005-16	Empresa:	ABOP
Objeto:	IX Curso sobre SIAFI Operacional	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.350,00		
•Processo:	02000.001479/2005-40	Empresa:	EXTINTUR
Objeto:	Aquisição de extintores	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 798,00		
•Processo:	02000.001472/2005-28	Empresa:	ZENITE
Objeto:	Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros e membros de Equipe de Apoio.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.360,00		
•Processo:	02000.001445/2005-55	Empresa:	UTIL E OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de forno de microondas	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 600,64		
•Processo:	02000.001351/2005-86	Empresa:	INDAIÁ
Objeto:	Aquisição de garrações de água.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 80,50		
•Processo:	02000.001436/2005-64	Empresa:	START INFORMÁTICA E RM
Objeto:	Aquisição de placa mãe e TV	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.432,00		
•Processo:	02000.001670/2005-91	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de Software.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.285,00		
•Processo:	02000.001568/2005-96	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de quadros brancos.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 789,60		
•Processo:	02000.000919/2005-41	Empresa:	SCM E MARELLI
Objeto:	Solicitação de material permanente.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 2.023,64		
•Processo:	02000.001697/2005-84	Empresa:	IBAP

Objeto:	Participação em evento/treinamento	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.180,00		
•Processo:	02000.001679/2005-01	Empresa:	IBAP
Objeto:	Curso de Gestão de Projetos	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.780,00		
•Processo:	02000.001638/2005-14	Empresa:	ABOP
Objeto:	III Curso sobre SIAFI Gerencial	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.200,00		
•Processo:	02000.001140/2005-43	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de um claviculário e plástico	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 601,20		
•Processo:	02000.000382/2005-10	Empresa:	IOC
Objeto:	Curso de SIAFI Gerencial	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 5.040,00		
•Processo:	02000.001717/2005-17	Empresa:	SKALA PINTURAS
Objeto:	Adaptação de piso para instalação de arquivo deslizante.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 14.260,00		
•Processo:	02000.001720/2005-31	Empresa:	TECNICA
Objeto:	Recuperação de marquise do bloco B da 514 Sul.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.800,00		
•Processo:	02000.001714/2005-83	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Solicitação de sinalização do bloco B da 514 Sul.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.225,00		
•Processo:	02000.001742/2005-09	Empresa:	CONSERTEX
Objeto:	Aquisição de bateria.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 550,00		
•Processo:	02000.001771/2005-62	Empresa:	DETRAN
Objeto:	Pagamento de multa.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 127,69		
•Processo:	02000.001795/2005-11	Empresa:	ESPAÇO DOS FILTROS
Objeto:	Aquisição de bebedouros.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 2.967,60		
•Processo:	02000.001836/2005-70	Empresa:	VIRTUAL COM. E SERVIÇOS
Objeto:	Aquisição de aparelho fax.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.398,00		
•Processo:	02000.001854/2005-51	Empresa:	SUL AMERICA
Objeto:	Renovação de seguro total de veículo oficial do MMA	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.104,98		
•Processo:	02000.001864/2005-97	Empresa:	EXTINTUR

Objeto:	Fornecimento e instalação de suporte tripé para extintores de incêndio.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.794,00		
•Processo:	02000.001855/2005-04	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Compra de material.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.950,00		
•Processo:	02000.001835/2005-25	Empresa:	TIRADENTES
Objeto:	Aquisição de material de higienização.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 130,00		
•Processo:	02000.001856/2005-41	Empresa:	ABOP
Objeto:	I Curso sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.200,00		
•Processo:	02000.001954/2005-88	Empresa:	VIRTUAL E FUJIOKA
Objeto:	Aquisição de eletro-eletrônicos.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 3.879,00		
•Processo:	02000.002000/2005-92	Empresa:	IDEALINE
Objeto:	Aquisição de crachás.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 2.100,00		
•Processo:	02000.002034/2005-87	Empresa:	EDITORA FÓRUM
Objeto:	I Fórum Especializado em Licitação.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.490,00		
•Processo:	02000.002032/2005-98	Empresa:	CENTRAL VIDROS
Objeto:	Aquisição de espelhos para banheiros.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 605,00		
•Processo:	02000.002069/2005-16	Empresa:	NDJ
Objeto:	Simpósio: 50 Questões Polêmicas sobre Licitações e Contratos.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.400,00		
•Processo:	02000.001315/2005-12	Empresa:	PNEULÂNDIA
Objeto:	Aquisição de pneus.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 6.680,00		
•Processo:	02000.001953/2005-33	Empresa:	ABOP
Objeto:	XVI Curso sobre SIAFI Operacional	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.350,00		
•Processo:	02000.001842/2005-27	Empresa:	KING SCIENCE
Objeto:	Conserto de máquina plastificadora e outros equipamentos	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 3.000,00		
•Processo:	02000.002140/2005-61	Empresa:	HORUS E CONSERTEX
Objeto:	Aquisição de headset e bateria para celular	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 560,00		
•Processo:	02000.002071/2005-95	Empresa:	START INFORMÁTICA

Objeto:	Aquisição e instalação do Software Office completo da Microsoft	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.685,00		
•Processo:	02000.002113/2005-98	Empresa:	ABC PAPÉIS
Objeto:	Aquisição de filmes para fax	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 5.899,00		
•Processo:	02000.002186/2005-80	Empresa:	NDJ E LIV. ED. JURÍDICAS
Objeto:	Aquisição de livros	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 162,90		
•Processo:	02000.002188/2005-79	Empresa:	PORTO SEGURO
Objeto:	Seguro dos blocos G e H do edifício sede do IBAMA	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 5.150,46		
•Processo:	02000.002282/2005-28	Empresa:	JUBERTO DE SOUZA
Objeto:	Conserto de sistema de TV a cabo e aparelho de TV	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 5.280,00		
•Processo:	02000.002203/2005-89	Empresa:	LUMINARE
Objeto:	Pregão Eletrônico.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.600,00		
•Processo:	02000.002204/2005-23	Empresa:	LUMINARE
Objeto:	Simpósio Sistema de Registro de Preços.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 800,00		
•Processo:	02000.002031/2005-43	Empresa:	ELA DISTR./CENTRAL VIDROS
Objeto:	Aquisição de material de higiene e espelhos.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 6.926,75		
•Processo:	02000.002281/2005-83	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de suporte para monitor.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 260,00		
•Processo:	02000.001438/2005-53	Empresa:	ELO CONSULTORIA
Objeto:	Curso sobre Gestão de Protocolo nas Organizações Públicas.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.900,00		
•Processo:	02000.002221/2005-61	Empresa:	NH E VIRTUAL
Objeto:	Aquisição de aspirador de pó e carrinho para transporte de carga.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 695,00		
•Processo:	02000.002273/2005-37	Empresa:	ATLANTE
Objeto:	Aquisição de pastas e pincéis.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 175,50		
•Processo:	02000.002175/2005-08	Empresa:	FREDERICO SOUZA
Objeto:	Curso de Criação Publicitária.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 750,00		

•Processo:	02000.002517/2005-81	Empresa:	DIVIHOUSE
Objeto:	Fornecimento e instalação de Plataforma de madeira.		
Valor:	R\$ 7.620,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002477/2005-78	Empresa:	ABOP
Objeto:	VI Curso de Auditoria Governamental		
Valor:	R\$ 1.600,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002565/2005-70	Empresa:	EDITORA FÓRUM
Objeto:	I Fórum – Contratos Administrativos		
Valor:	R\$ 1.490,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002562/2005-36	Empresa:	ZENITE
Objeto:	Seminário Nacional Problemas em Licitações		
Valor:	R\$ 1.680,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002163/2005-75	Empresa:	POLI ENGENHARIA
Objeto:	Fornecimento e instalação de corrimão metálica.		
Valor:	R\$ 9.900,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002476/2005-23	Empresa:	PAPEL MAR
Objeto:	Aquisição de papel não colorado		
Valor:	R\$ 7.996,80	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002628/2005-98	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Aquisição de elástico para processo		
Valor:	R\$ 400,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002516/2005-37	Empresa:	RRC
Objeto:	Montagem de arquivo.		
Valor:	R\$ 3.800,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002686/2005-11	Empresa:	JLJ
Objeto:	Aquisição de componentes de informática.		
Valor:	R\$ 7.948,89	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002802/2005-01	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de licenças de Softwares		
Valor:	R\$ 7.794,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001113/2005-71	Empresa:	ENAP
Objeto:	Curso de Treinamento		
Valor:	R\$ 11.000,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002254/2005-42	Empresa:	SC&M
Objeto:	Aquisição de quadros.		
Valor:	R\$ 208,75	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002853/2005-24	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de livros técnicos.		

Valor:	R\$ 190,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002854/2005-79	Empresa:	CINE FOTO GB
Objeto:	Aquisição de câmera digital.		
Valor:	R\$ 1.120,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002759/2005-75	Empresa:	T. TANAKA
Objeto:	Conserto de equipamento fotográfico.		
Valor:	R\$ 2.232,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.001352/2005-21	Empresa:	DIMENSÃO
Objeto:	Aquisição de material para segurança.		
Valor:	R\$ 1.732,50	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002805/2005-36	Empresa:	ECOPLAST
Objeto:	Aquisição de lixeiras.		
Valor:	R\$ 2.732,40	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002222/2005-13	Empresa:	PUMA
Objeto:	Troca de película em veículo oficial do MMA.		
Valor:	R\$ 190,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002899/2005-43	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de Microsoft Office.		
Valor:	R\$ 3.750,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002951/2005-61	Empresa:	DISTRIBUIDORA ABC
Objeto:	Aquisição de máquina plastificadora.		
Valor:	R\$ 599,92	Tipo:	Material
•Processo:	02000.002898/2005-07	Empresa:	GETEL
Objeto:	Solicitação de recarga de extintores.		
Valor:	R\$ 400,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002478/2005-12	Empresa:	CETESB
Objeto:	Introdução às Políticas Ambientais Contemporâneas.		
Valor:	R\$ 460,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003089/2005-12	Empresa:	VIRTUAL COM. E SERVIÇOS
Objeto:	Aquisição de aparelho de Fax.		
Valor:	R\$ 2.995,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003053/2005-21	Empresa:	LIMA E FELIX
Objeto:	Curso de Gramática, Redação e Textos.		
Valor:	R\$ 625,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003094/2005-17	Empresa:	ESAD
Objeto:	Curso Integrado de Execução Orçamentária, Contábil e Financeira.		
Valor:	R\$ 1.690,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002183/2005-46	Empresa:	INST. SUPERIOR DE ENSINO

Objeto:	Curso de Capacitação	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.198,00		
•Processo:	02000.002865/2005-59	Empresa:	3R VIDAL E REDE COMERCIAL
Objeto:	Aquisição de elástico e capas para processo.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 4.260,00		
•Processo:	02000.003061/2005-77	Empresa:	HORUS E LJI
Objeto:	Aquisição de tomadas e aparelhos telefônicos.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.215,00		
•Processo:	02000.003233/2005-11	Empresa:	MARCIMAQ
Objeto:	Desmontagem e montagem de arquivo.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.680,00		
•Processo:	02000.003229/2005-44	Empresa:	ESAD
Objeto:	Curso de Procedimentos e Rotinas Administrativas e Contábeis em Mat. e Pat.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.690,00		
•Processo:	02000.003215/2005-21	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Aquisição de quadros de aviso.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.250,00		
•Processo:	02000.003154/2005-00	Empresa:	CAPRI ESTOFAMENTO
Objeto:	Aquisição de estantes de aço.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.740,00		
•Processo:	02000.003284/2005-34	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de tela anti-reflexiva e Softwares.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 5.624,50		
•Processo:	02000.003288/2005-12	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de equipamentos.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.961,00		
•Processo:	02000.003312/2005-13	Empresa:	ENAP
Objeto:	Curso de Planejamento Estratégico.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 450,00		
•Processo:	02000.003274/2005-07	Empresa:	ABOP
Objeto:	Curso sobre SIAFI Operacional	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.350,00		
•Processo:	02000.003285/2005-89	Empresa:	SAT2000
Objeto:	Instalação de ponto de TV por assinatura.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 729,00		
•Processo:	02000.003385/2005-13	Empresa:	FLASH E DELTA TI
Objeto:	Aquis. de fitas magnét. Tipo DDS5 para “backup” dos serv. IBM e almofadas	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 4.360,00		

•Processo:	02000.003252/2005-39	Empresa:	EMIBM
Objeto:	Solicitação de revisão de estabilizadores.		
Valor:	R\$ 700,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.002490/2005-27	Empresa:	JUBERTO DE SOUZA
Objeto:	Assinatura e manutenção de sistema de TV a Cabo.		
Valor:	R\$ 4.158,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003425/2005-19	Empresa:	UTIL
Objeto:	Aquisição de equipamentos.		
Valor:	R\$ 1.899,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003329/2005-71	Empresa:	VIRTUAL COM. E SERVIÇOS
Objeto:	Aquisição de aparelho refrigerador.		
Valor:	R\$ 1.700,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003423/2005-20	Empresa:	DISTRIB. ABC E OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de etiquetas e rotulador.		
Valor:	R\$ 7.761,70	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003354/2005-54	Empresa:	ENGDTP
Objeto:	Curso Photoshop CS2 e Photoshop CS2 aplicado.		
Valor:	R\$ 2.194,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003487/2005-21	Empresa:	VIRTUAL E DELTA TI
Objeto:	Aquisição de gravadores e fones de ouvido.		
Valor:	R\$ 504,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003527/2005-34	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de crachás de plástico transp., mapa do Brasil e quadro de aviso.		
Valor:	R\$ 1.489,90	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003528/2005-89	Empresa:	CASA NOVA CAPITAL
Objeto:	Aquisição de molas para portas.		
Valor:	R\$ 675,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003130/2005-42	Empresa:	POLI ENGENHARIA
Objeto:	Aquisição e colocação de grades de proteção.		
Valor:	R\$ 8.000,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003651/2005-08	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Preparação de arte e confecção de 09 banner.		
Valor:	R\$ 2.700,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003660/2005-91	Empresa:	BRADESCO
Objeto:	Renovação de seguro dos veículos oficiais deste Ministério.		
Valor:	R\$ 5.271,63	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.003747/2005-68	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de material de expediente e de processamento de dados.		
Valor:	R\$ 7.912,00	Tipo:	Material

•Processo:	02000.003775/2005-85	Empresa:	RGN
Objeto:	Aquisição de rádio CD Player.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 890,00		
•Processo:	02000.003788/2005-54	Empresa:	DISTRIBUIDORA ABC
Objeto:	Solicitação de material para 2º Conferência Nacional do Meio Ambiente.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 3.185,26		
•Processo:	02000.003717/2005-51	Empresa:	DISTRIB. ABC E OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de material de expediente.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 3.253,39		
•Processo:	02000.003961/2005-14	Empresa:	GETEL EXTINTORES
Objeto:	Solicitação de recarga de extintores.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 85,00		
•Processo:	02000.004053/2005-48	Empresa:	O.M.A
Objeto:	Fornecimento de mobiliário para o apoio da SECEX.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.920,00		
•Processo:	02000.003526/2005-90	Empresa:	CBSS
Objeto:	Conserto de projetor multimídia.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.190,00		
•Processo:	02000.004016/2005-30	Empresa:	TRÊS R VIDAL
Objeto:	Solicitação de elásticos personalizados para processo.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.650,00		
•Processo:	02000.003973/2005-49	Empresa:	ESPAÇO DOS FILTROS
Objeto:	Aquisição de galões de água.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.000,00		
•Processo:	02000.004052/2005-01	Empresa:	KING SCIENCE
Objeto:	Reparo no sistema de gravação e de monitoramento.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.720,00		
•Processo:	02000.004071/2005-20	Empresa:	ELO CONSULTORIA
Objeto:	Curso de Etiqueta, Cerimonial e Protocolo	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.500,00		
•Processo:	02000.004195/2005-13	Empresa:	ZENITE
Objeto:	Solicitação de particip. no Seminário Nacional – Temas e Questões Polêm.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.680,00		
•Processo:	02000.004177/2005-23	Empresa:	ABOP
Objeto:	Contratos Administrativos, Licitações e Convênios Federais.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.800,00		
•Processo:	02000.004110/2005-99	Empresa:	VIRTUAL COM. E SERVIÇOS

Objeto:	Aquisição de suporte de televisão.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 168,00		
•Processo:	02000.004121/2005-79	Empresa:	OFFICE MIX E COPALIMPA
Objeto:	Aquisição de claviculário e material de higiene.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.773,78		
•Processo:	02000.004243/2005-65	Empresa:	BEST SIGN
Objeto:	Solicitação de confecção de banners.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 122,00		
•Processo:	02000.004287/2005-95	Empresa:	ABOP
Objeto:	V Curso de Contabilidade Pública.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.600,00		
•Processo:	02000.004315/2005-74	Empresa:	TECNO2000
Objeto:	Serviço de desmontagem e montagem de arquivo deslizante.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.380,00		
•Processo:	02000.004208/2005-46	Empresa:	ABRH
Objeto:	16º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 632,00		
•Processo:	02000.004260/2005-01	Empresa:	VIRTUAL COM. E SERVIÇOS
Objeto:	Aquisição de máquina de calcular.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.194,00		
•Processo:	02000.004305/2005-39	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de carteira para sala de capacitação.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 3.975,00		
•Processo:	02000.004273/2005-71	Empresa:	J.L. CAMARGO
Objeto:	Aquisição de estantes de aço.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.670,00		
•Processo:	02000.004372/2005-53	Empresa:	ENAP
Objeto:	Elaboração e Gerenciamento de Projetos.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 450,00		
•Processo:	02000.004443/2005-18	Empresa:	HR COMERCIAL
Objeto:	Solicitação de reforma dos box dos banheiros.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.908,60		
•Processo:	02000.004488/2005-92	Empresa:	DESIGN MOVEIS
Objeto:	Aquisição de gaveteiro.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.980,00		
•Processo:	02000.004286/2005-41	Empresa:	CONTREI cursos
Objeto:	Convênios: da solicitação a prestação de contas.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.580,00		

•Processo:	02000.003679/2005-37	Empresa:	QUATRO CONSULTORIA
Objeto:	Curso de Cerimonial Público e Protocolo em Eventos.		
Valor:	R\$ 5.900,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004306/2005-83	Empresa:	JOSE ALBERTO
Objeto:	Contratação de serviço de lavagem de cadeira e sofá.		
Valor:	R\$ 4.000,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004537/2005-97	Empresa:	ZENITE
Objeto:	Solicitação de particip. no seminário: como licitar e fiscalizar os contratos		
Valor:	R\$ 1.680,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004531/2005-10	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de utilitários.		
Valor:	R\$ 99,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.004592/2005-87	Empresa:	SL COMÉRCIO
Objeto:	Aquisição de máquina fotográfica.		
Valor:	R\$ 840,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.004186/2005-14	Empresa:	CVI
Objeto:	Espaço para instalação da SRH		
Valor:	R\$ 1.120,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004416/2005-45	Empresa:	METODOS ASSESS.E CAPACIT.
Objeto:	Curso Planejamento e Gestão Participativa.		
Valor:	R\$ 4.425,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004567/2005-01	Empresa:	COPECRUZ
Objeto:	Aquisição de bateria para telefone sem fio.		
Valor:	R\$ 175,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.004679/2005-54	Empresa:	MODILAC
Objeto:	Aquisição de bens permanentes – Programa Prevenção de Riscos e Combate..		
Valor:	R\$ 7.775,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.003978/2005-71	Empresa:	LJL
Objeto:	Aquisição de lâmpada para projetor multimídia.		
Valor:	R\$ 3.999,98	Tipo:	Material
•Processo:	02000.004528/2005-04	Empresa:	ABRH
Objeto:	XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.		
Valor:	R\$ 632,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004705/2005-44	Empresa:	ABOP
Objeto:	XVII Curso sobre SIAFI Operacional.		
Valor:	R\$ 1.350,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004755/2005-21	Empresa:	START INFORMÁTICA
Objeto:	Aquisição de Scanners.		
Valor:	R\$ 7.840,00	Tipo:	Material

•Processo:	02000.004823/2005-52	Empresa:	DESIGN MOVEIS
Objeto:	Aquisição de móveis.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 7.957,00		
•Processo:	02000.004879/2005-15	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de Software.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 434,00		
•Processo:	02000.004720/2005-92	Empresa:	ABOP
Objeto:	V Curso sobre SIAFI Gerencial.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.980,00		
•Processo:	02000.004964/2005-75	Empresa:	MARIA LÚCIA
Objeto:	Conserto de impressora.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.610,00		
•Processo:	02000.004873/2005-30	Empresa:	INFORWAP
Objeto:	Curso Elaboração e Gerenciamento de Convênios.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 680,00		
•Processo:	02000.004568/2005-48	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de material de expediente para a SRH.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 534,20		
•Processo:	02000.004918/2005-76	Empresa:	ENGDTP
Objeto:	Curso Ilustrador in Design CS2	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.560,00		
•Processo:	02000.004817/2005-03	Empresa:	ENAP
Objeto:	Curso fechado: Elaboração de Projetos	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 6.400,00		
•Processo:	02000.004816/2005-51	Empresa:	ENAP
Objeto:	Curso fechado: Análise e Melhoria de Processo.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 4.700,00		
•Processo:	02000.005105/2005-01	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Aquisição de claviculário.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.800,00		
•Processo:	02000.004916/2005-87	Empresa:	INFORWAP
Objeto:	Curso Contabilidade Pública	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.200,00		
•Processo:	02000.004829/2005-20	Empresa:	CONTREI cursos
Objeto:	Curso de Gestão Integral de Convênios	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 1.290,00		
•Processo:	02000.005058/2005-98	Empresa:	CONTREI cursos
Objeto:	Curso Convênios: da solicitação a prestação de contas		

Valor:	R\$ 1.290,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004815/2005-14	Empresa:	ESAFI
Objeto:	Curso Capacitação de Recursos Humanos na Adm. Pública		
Valor:	R\$ 1.280,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005091/2005-18	Empresa:	INFORWAP
Objeto:	Curso Elaboração e Gerenciamento de Convênios.		
Valor:	R\$ 680,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005096/2005-41	Empresa:	POLI ENGENHARIA
Objeto:	Fornecimento e instalação de rufo e aplicação de silicone em esquadrias.		
Valor:	R\$ 11.700,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005249/2005-50	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de fones de ouvido com microfone e câmeras de vídeo.		
Valor:	R\$ 5.175,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.005318/2005-25	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Confecção de banner.		
Valor:	R\$ 7.950,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005308/2005-90	Empresa:	INFORWAP
Objeto:	Curso de Gestão Orçamentária e Financeira.		
Valor:	R\$ 1.200,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005325/2005-27	Empresa:	OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de material de expediente.		
Valor:	R\$ 7.827,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.001231/2005-89	Empresa:	ABOP
Objeto:	IX curso sobre SIAFI Operacional		
Valor:	R\$ 1.350,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.004643/2005-71	Empresa:	ELO CONSULTORIA
Objeto:	Curso de Sindicância e Processo Adm. Disciplinar		
Valor:	R\$ 2.980,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005376/2005-59	Empresa:	O.M.A
Objeto:	Serviço de desmontagem e montagem de mobiliário com reposição de peças		
Valor:	R\$ 7.500,00	Tipo:	Serviço
•Processo:	02000.005119/2005-17	Empresa:	ELETRÔNICA,ECOPLAST OFFICE MIX
Objeto:	Aquisição de tomadas, coletor de copos, claviculário e pilhas.		
Valor:	R\$ 2.655,25	Tipo:	Material
•Processo:	02000.005064/2005-45	Empresa:	DELTA TI/ UTIL/ CINE FOTO UNI.
Objeto:	Aquisição de aparelhos para escritório.		
Valor:	R\$ 2.289,00	Tipo:	Material
•Processo:	02000.005137/2005-07	Empresa:	SSRR

Objeto:	Serviço de catalogação de acervo de vídeos.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.200,00		
•Processo:	02000.005460/2005-72	Empresa:	ALFA EXTINTORES
Objeto:	Recarga de extintores e fitas para sinalização do MMA.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.213,60		
•Processo:	02000.005592/2005-02	Empresa:	SPUR
Objeto:	Serviço de conserto de impressora.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 804,00		
•Processo:	02000.005535/2005-15	Empresa:	CINE FOTO UNIVERSITÁRIO
Objeto:	Aquisição de mini gravador.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 390,00		
•Processo:	02000.005618/2005-12	Empresa:	ELA DISTRIBUIDORA
Objeto:	Aquisição de material de higiene.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.125,00		
•Processo:	02000.005664/2005-11	Empresa:	GIMBA
Objeto:	Aquisição de tonner Xerox	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 1.253,74		
•Processo:	02000.005672/2005-50	Empresa:	DELTA TI
Objeto:	Aquisição de projetor multimídia e aparelho de fax.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 4.894,00		
•Processo:	02000.005612/2005-37	Empresa:	RAQUEL DA SILVA
Objeto:	Reparo dos containers e retirada do entulho.	Tipo:	Material
Valor:	R\$ 4.060,00		
•Processo:	02000.005702/2005-28	Empresa:	ZONA CULTURAL
Objeto:	Confecção de banner.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.800,00		
•Processo:	02000.005670/2005-61	Empresa:	MARCA COMÉRCIO
Objeto:	Atualização da sinalização do MMA.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 3.510,00		
•Processo:	02000.005218/2005-07	Empresa:	CVI
Objeto:	Serviço de avaliação de imóvel.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 2.120,00		
•Processo:	02000.005880/2005-59	Empresa:	FISON
Objeto:	Serviço de pintura de faixas e calçadas.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.800,00		
•Processo:	02000.005879/2005-24	Empresa:	TECNO2000
Objeto:	Serviço de montagem e desmontagem de arquivos deslizantes.	Tipo:	Serviço
Valor:	R\$ 7.695,00		

Licitações

Ainda, na Divisão de Compras, foram realizados dezessete processos licitatórios que utilizaram recursos orçamentários do exercício de 2005, que somaram um total de R\$12.537.385,05 (doze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), todos de acordo com os preceitos legais conforme rege a Lei 8.666/93, conforme descrito a seguir:

•Processo:	02000.001730/2005-76	Modalidade:	Pregão / RP
Objeto:	Aquisição de cartuchos, toneres e suprimentos	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 414.929,30		
•Processo:	02000.003592/2004-89	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Sala verde	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 372.607,48		
•Processo:	02000.001494/2004-15	Modalidade:	Convite
Objeto:	Reforma dos jardins	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 95.800,00		
•Processo:	02000.003580/2004-54	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Água Mineral 2005	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 70.056,00		
•Processo:	02000.001870/2004-63	Modalidade:	Tomada de Preços
Objeto:	Divisórias	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 15.138,39		
•Processo:	02000.003051/2004-51	Modalidade:	Concorrência
Objeto:	Plano de saúde	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 137,69		
•Processo:	02000.000713/2005-11	Modalidade:	Convite
Objeto:	Criação de lajes no vão dos elevadores	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 78.392,68		
•Processo:	02000.000200/2005-19	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Ar condicionado da CRS 514	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 149.000,00		
•Processo:	02000.000833/2005-19	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Aquisição de material de expediente	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 58.934,72		
•Processo:	02000.000008/2005-14	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Aquisição de papel A4	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 43.800,00		
•Processo:	02000.001139/2005-19	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Digitalização de acervo	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 15.400,00		
•Processo:	02000.003829/2004-21	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Jornais e Revistas	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 20.115,00		

•Processo:	02000.000166/2005-74	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Objeto:	Transferência de arquivo deslisante	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 51.310,00		
•Processo:	02000.000762/2004-76	Modalidade:	Pregão Presencial
Objeto:	Apoio administrativo	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 5.519.986,56		
•Processo:	02000.000993/2005-68	Modalidade:	Pregão Presencial
Objeto:	Aquisição de Toner e cartuchos para impressoras	Tipo:	Menor preço
Valor:	R\$ 179.399,60		
•Processo:	02000.003996/2004-72	Modalidade:	Pregão Presencial
Objeto:	Vigilância da CRS 514	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 334.917,94		
•Processo:	02000.000667/2004-70	Modalidade:	Tomada de Preços
Objeto:	Recuperação das lajes de cobertura da garagem	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 1.162.604,74		
•Processo:	02000.002940/2003-10	Modalidade:	Pregão
Objeto:	Aquisição de mobiliário	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 1.260.655,01		
•Processo:	02000.002804/2003-20	Modalidade:	Concorrência
Objeto:	Aquisição e instalação de ar condicionado central	Tipo:	Menor Preço
Valor:	R\$ 2.694.199,94		

Divisão de Suprimento e Patrimônio

Seção de Patrimônio

Na Seção de Patrimônio, houve uma entrada no valor total de R\$ 6.861.333,38 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos), sendo que deste montante, R\$ 150.972,45 (cento e cinquenta mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) correspondem a créditos extra-orçamentários.

Houve, também, uma baixa no valor de R\$ 16.598,97 (dezesesseis mil, quinhentos e noventa e oito reais, e noventa e sete centavos).

Sendo assim, levando em consideração que o saldo inicial do patrimônio do Ministério do Meio Ambiente em 2005 era de R\$ 5.088.092,10 (cinco milhões, oitenta oito mil, noventa e dois reais e dez centavos), informo que o saldo atual é de R\$ 11.932.826,51 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), conforme descrito a seguir.

Informo, ainda, que todas as entradas resultam de aquisições feitas de acordo com os preceitos legais conforme rege a Lei 8.666/93, as que as baixas são decorrentes de doações .

•Subgrupo Aparelhos de medição	
Saldo Anterior R\$ 10.247,78	Entrada R\$ 0,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 10.247,78
•Subgrupo Aparelhos e equipamentos de comunicação	
Saldo Anterior R\$ 206.984,74	Entrada R\$ 24.202,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 231.186,74
•Subgrupo Apar., equip. e utensílios méd., odont., laboratoriais e hospitalares	
Saldo Anterior R\$ 1.240,74	Entrada R\$ 0,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 1.240,74
•Subgrupo Aparelhos e utensílios domésticos.	
Saldo Anterior R\$ 234.898,11	Entrada R\$5.505,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 240.403,11
•Subgrupo Equipamentos de proteção segurança e socorro.	
Saldo Anterior R\$ 17.101,00	Entrada R\$ 7.540,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 24.641,00
•Subgrupo Máquinas e equipamentos energéticos.	
Saldo Anterior R\$ 85.402,94	Entrada R\$ 7.520,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 92.922,94
•Subgrupo Máquinas e equipamentos gráficos	
Saldo Anterior R\$ 29.521,86	Entrada R\$ 599,92
Baixa R\$0,00	Saldo Atual R\$ 30.121,78
•Subgrupo Equipamento para áudio vídeo e foto	
Saldo Anterior R\$ 123.601,23	Entrada R\$8.101,00
Baixa R\$0,00	Saldo Atual R\$131.702,23
•Subgrupo Máquinas utensílios e equipamentos diversos	
Saldo Anterior R\$ 222.189,36	Entrada R\$980,231,05
Baixa R\$0,00	Saldo Atual R\$1.202.420,41
•Subgrupo Equipamentos de processamento de dados	
Saldo Anterior R\$ 2.118.058,82	Entrada R\$ 2.957.987,83
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$5.076.046,45

•Subgrupo Máquinas, instalações e utensílios de escritório	
Saldo Anterior R\$ 37.470,39	Entrada R\$1.229,64
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 38.700,03
•Subgrupo Máquinas, ferramentas e utensílios de oficinas	
Saldo Anterior R\$ 4.068,75	Entrada R\$ 0,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 4.068,75
•Subgrupo Equipamentos hidráulicos e elétricos	
Saldo Anterior R\$ 497,00	Entrada R\$ 0,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 497,00
•Subgrupo Mobiliário em geral	
Saldo Anterior R\$ 1.742.194,33	Entrada R\$ 2.715.613,59
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 4.457.807,92
•Subgrupo Veículos diversos	
Saldo Anterior R\$ 5.197,15	Entrada R\$ 399,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 5.596,15
•Subgrupo Veículos de tração mecânica	
Saldo Anterior R\$ 176.574,22	Entrada R\$ 140.736,85
Baixa R\$ 16.598,97	Saldo Atual R\$ 300.712,10
•Subgrupo Acessórios para automóveis	
Saldo Anterior R\$ 1.060,00	Entrada R\$ 890,00
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 1.950,00
•Subgrupo Material e equipamento de uso duradouro	
Saldo Anterior R\$ 24.702,90	Entrada R\$ 541,90
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 25.244,80
•Subgrupo Bens em poder de outra unidade ou terceiros.	
Saldo Anterior R\$ 47.080,98	Entrada R\$ 10.235,60
Baixa R\$ 0,00	Saldo Atual R\$ 57.316,58

Setor de Almoxarifado

No Setor de Almoxarifado, durante o exercício de 2005, foram executadas atividades como: recebimento e conferência de materiais, controle do estoque e atendimento às requisições de materiais, dentre outras.

No total, foi dada entrada em R\$ 784.430,36 (setecentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e seis centavos) em materiais, e saída em R\$ 689.559,25 (seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinqüenta e nove reais e vinte e cinco centavos), permanecendo ainda um saldo de R\$ 572.982,67 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos), conforme detalha a tabela a seguir.

Sub grupo	Saldo em Jan/2005	Entradas	Saídas	Saldo em Dez/2005
Comb.e lubrificantes automotivos	R\$ 0,00	R\$ 32.395,31	R\$ 32.395,31	R\$ 0,00
Gêneros de alimentação	R\$ 0,00	R\$ 49.823,16	R\$ 49.823,16	R\$ 0,00
Mat. para expediente	R\$ 104.974,85	R\$ 172.497,94	R\$ 136.911,44	R\$ 140.561,35
Mat. para processamento de dados	R\$ 363.021,81	R\$ 468.426,86	R\$ 415.559,19	R\$ 415.889,48
Mat. de acondic. e embalagem	R\$ 6.459,49	R\$ 6.044,69	R\$ 5.544,50	R\$ 6.959,68
Mat. de copa e cozinha	R\$ 0,00	R\$ 1.080,50	R\$ 1.080,50	R\$ 0,00
Mat. de limp.e prod. higienização	R\$ 1.487,79	R\$ 18.282,43	R\$ 18.059,42	R\$ 1.710,80
Uniformes, tecidos e aviamentos	R\$ 0,00	R\$ 5.039,00	R\$ 5.039,00	R\$ 0,00
Mat. para manut. de bens imóveis	R\$ 0,00	R\$ 9.054,11	R\$ 7.658,61	R\$ 1.395,50
Mat. para manut. de bens móveis	R\$ 0,00	R\$ 2.474,36	R\$ 2.474,36	R\$ 0,00
Mat. para instalação elétrica	R\$ 0,00	R\$ 80,00	R\$ 80,00	R\$ 0,00
Mat. de proteção e segurança	R\$ 868,00	R\$ 3.960,50	R\$ 4.828,50	R\$ 0,00
Mat. para áudio, vídeo e foto	R\$ 634,74	R\$ 6.201,00	R\$ 878,44	R\$ 5.957,30
Mat. para comunicações	R\$ 0,00	R\$ 1.180,00	R\$ 1.180,00	R\$ 0,00
Mat. para manut. de veículos	R\$ 0,00	R\$ 6.680,00	R\$ 6.680,00	R\$ 0,00
Mat. para utilização e gráfica	R\$ 664,88	R\$ 217,00	R\$ 373,32	R\$ 508,56
Ferramentas	R\$ 0,00	R\$ 993,50	R\$ 993,50	R\$ 0,00
Totais	R\$ 478.111,56	R\$ 784.430,36	R\$ 689.559,25	R\$ 572.982,67

Divisão de Atividades Auxiliares

A Divisão de Atividades Auxiliares, no decorrer do exercício passado, face aos poucos recursos orçamentários, não pôde realizar todos os projetos de reformas que tinha como objetivo maior sanar os problemas físicos do prédio, que cada dia se tornam mais urgentes e necessários.

Durante o exercício de 2005, foram realizadas as seguintes atividades por esta Divisão:

- Acompanhamento/Fiscalização dos serviços de transporte mobiliário, serviço de copa, limpeza e conservação, manutenção elétricas, hidrosanitária e telefônica das áreas ocupadas pelo MMA;
- Distribuição de água mineral a todas unidades MMA;
- Conserto de aparelhos de ar condicionado, fac-símiles, chaveiro em geral, confecção de carimbos, atendimento de copas, montagem e desmontagem de divisórias, colocação de pisos, painéis e bandôs, recarga de extintores de incêndio.
- Administração de diversas mudanças, no âmbito do Ministério.
- Instalação de novas linhas telefônicas e aparelhos de fax, bem como remanejamento de ramais, no âmbito do Ministério e unidades externas;
- Interligação das unidades do MMA (514, SAS, bloco G/H do Ed. Ibama, SRH) com instalação de novas centrais telefônicas;
- Disciplinamento do uso de telefonia celular, controle de contas e desconto;
- Reserva de salas de reuniões do Ministério da Cultura e MMA, para diversas unidades deste Ministério;
- Manutenções diversas nos Bloco G e H Ed. Sede do Ibama - Conselho Genético e edifício da 514 Sul;
- Aquisição de várias linhas celulares;
- Controle e acompanhamento dos processos de ressarcimento de aluguel, bem como, a solicitação de imóvel funcional;
- Conclusão da reforma do prédio da 514 Sul.
- Continuação da instalação do sistema de ar-condicionado central, em andamento.
- Instalação de cortinas/persianas.
- Reforma Geral do 6º, 7º, 8º e 9º andares que consistiu em desmontagem e retirada das divisórias antigas, fornecimento e instalação de novas divisórias e portas, demolição e remoção do piso existente, execução de contrapiso, fornecimento e instalação de piso vinílico, mola de piso e rodapé de madeira, além de execução de pintura e forro de gesso.

Fotos da reforma do 6º andar

FOTOS EM ARQUIVO ANEXO

Segue abaixo, relação e justificativa de obras necessárias e pendentes de realização, no âmbito deste Ministério:

Instalações Elétricas e Hidráulicas

a) Situação atual:

- As instalações elétricas deste Ministério encontram-se deterioradas pela ação do tempo e pelo aumento indiscriminado de cargas elétricas; até o presente momento realizamos a reforma do 5º pavimento, os demais andares as obras estão em andamento;

- Parte da tubulação existente é em ferro galvanizado, sendo que, devido a ação do tempo, as paredes internas da tubulação vêm sofrendo obstrução e conseqüente perda de pressão devido ao grande acúmulo de ferrugem, sendo necessária a substituição dos mesmos por tubulação em PVC. Está prevista uma reforma da rede hidráulica com a implantação de um sistema de reuso de água.

b) Conseqüências da não execução do serviço:

- A execução desse item trará pleno funcionamento às instalações assegurando-se quanto ao risco de incêndios e entupimentos.

Auditório e sala multimídia

a) Situação Atual

- O Ministério do Meio Ambiente não possui nenhuma sala de multi-mídia e auditório, utilizamos sempre que “possível” o auditório do Ministério da Cultura e/ou outros:

Seção de Protocolo

Na Seção de Protocolo, no decorrer do exercício de 2005, foram desenvolvidas atividades relacionadas a:

- Remessa de SEDEX, SEDEX 10, CARTAS REGISTRADAS, SIMPLES, IMPRESSOS, ENCOMENDA PAC, SERCA, MALA OFICIAL E EMS.
- Recebimento, triagem e expedição de processos e documentos internos.
- Seleção, cadastramento e distribuição de documentos e processos externos.
- Atendimento ao público, pesquisas internas e externas sobre tramitações de documentos diversos que deram entrada e/ou saída aqui no MMA.

No que tange as correspondências, foram enviadas em 2005 cerca de 3.600 (três mil e seiscentas), o que corresponde a uma média mensal de 300, e média diária de 15 correspondências, além de 424 telegramas, durante todo o exercício.

Foram autuados no total 8.074 processos, sendo 5.934 internos e 2.140 processos externos que tramitaram no do Ministério do Meio Ambiente.

Dentre os demais procedimentos executados na seção, relacionados a processos, foram feitas 230 anexações, 63 apensações e além de abertos 3.000 volumes.

Quanto ao recebimento e distribuição de jornais e revistas, informo que circularam no MMA em 2005 um total de 14.400 exemplares, o que corresponde a uma média mensal de 1.200, e média diária de 60 exemplares.

Já no recebimento e distribuição de Diários Oficiais da União e da Justiça, informo que circularam no MMA em 2005 um total de 11.280 exemplares, com média mensal de 940, e média diária de 47 exemplares.

Está em processo de implantação um projeto de Descentralização de Parte dos Serviços do Protocolo, mais especificamente, as autuações, anexações, apensações e abertura de volumes de processos, que passarão a serem feitas por cada coordenação, gerando assim maior agilidade nestes procedimentos.

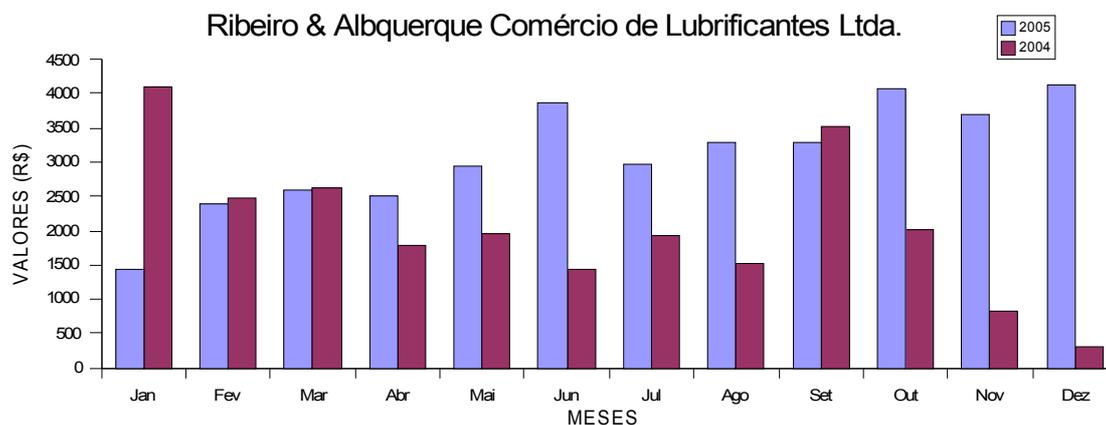
Seção de Transportes

Na Seção de Transportes, no decorrer do exercício de 2005, foram desenvolvidas atividades relacionadas a combustíveis, peças e serviços, uniformes, serviços terceirizados, e

viaturas, somando um total de R\$ 848.987,45 (oitocentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), as quais serão descritas através das tabelas a seguir, com alguns comparativos com o exercício de 2004.

Despesas com Combustível

Nº	DATA	VALORES (R\$), ANO 2005	VALORES (R\$), ANO 2004
1	1/1/05 a 31/1/05	1.423,25	4.094,85
2	1/2/05 a 28/2/05	2.396,32	2.466,98
3	1/3/05 a 31/3/05	2.596,69	2.621,05
4	1/4/05 a 30/4/05	2.519,94	1.790,93
5	1/5/05 a 31/5/05	2.941,88	1.967,47
6	1/6/05 a 30/6/05	3.855,10	1.436,43
7	1/7/05 a 31/7/05	2.979,90	1.920,69
8	1/8/05 a 31/8/05	3.279,93	1.517,87
9	1/9/05 a 30/9/05	3.298,83	3.532,23
10	1/10/05 a 31/10/05	4.057,19	2.002,66
11	1/11/05 a 30/11/05	3.679,42	816,10
12	1/12/05 a 31/12/05	4.135,55	302,40
Total		37.164,00	24.469,66



Despesas com peças e serviços

Nº	PEÇAS E SERVIÇOS	VALORES (R\$)
01	HIDROFREIO – PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.	42.930,65
02	PNEULÂNDIA COMERCIAL LTDA.	6.680,00
03	EXTINTUR COM. DE EXTINTORES E SERVIÇOS GERAIS	798,00
04	RGN – SOM ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA.	890,00
Total		51.298,65

Despesas com uniformes

Nº	UNIFORMES	QTE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALORES (R\$)
01	GRAVATAS DE SEDA	04	27,00	108,00
02	CAMISA MASCULINA	23	65,00	1.495,00
03	CALÇA EM MICRO FIBRA	14	55,00	770,00
04	PALETÓ MICROFIBRA	04	135,00	540,00
05	SAPATO MASCULINO	14	98,00	1.372,00
06	CINTO MASCULINO	14	37,00	518,00
07	MEIAS PRETAS	18	7,00	126,00
08	MACAÇÃO EM ALGODÃO	02	55,00	110,00
Totais		93	-	5.039,00

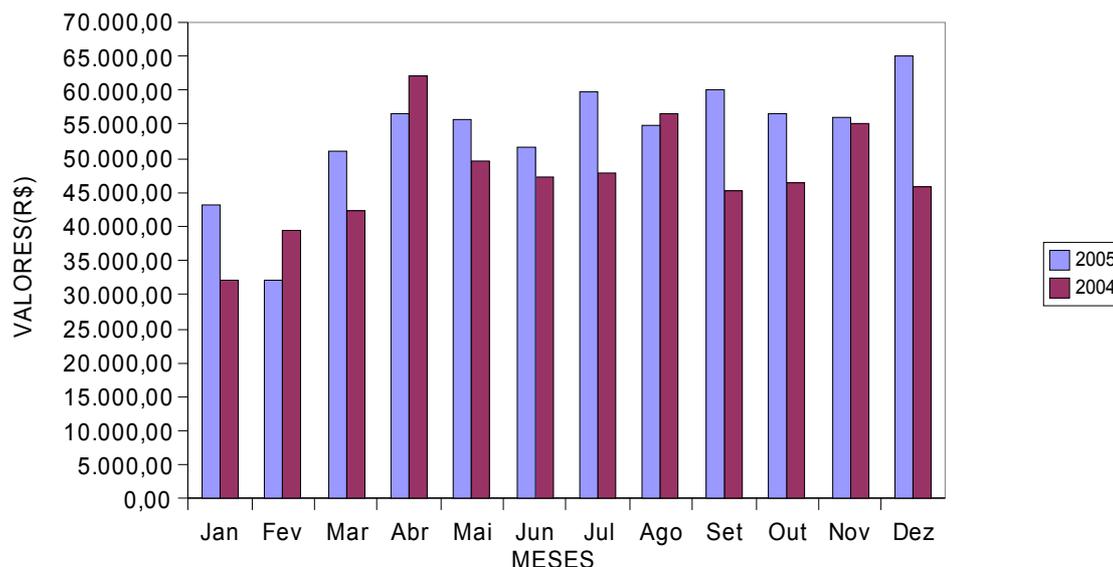
Despesas com serviços terceirizados

As despesas com as empresas prestadoras de serviços, que têm contratos com o MMA, estão discriminadas nas tabelas, a seguir:

City Car Brasília Automóveis

Nº	MÊS	VALORES (R\$), ANO 2005	VALORES (R\$), ANO 2004
1	JANEIRO	43.128,07	32.083,30
2	FEVEREIRO	32.263,80	39.454,06
3	MARÇO	51.176,12	42.403,50
4	ABRIL	56.499,78	62.189,40
5	MAIO	55.705,61	49.514,27
6	JUNHO	51.512,39	47.400,48
7	JULHO	59.753,33	47.794,49
8	AGOSTO	54.746,18	56.714,91
9	SETEMBRO	60.037,27	45.291,07
10	OUTUBRO	56.653,87	46.538,84
11	NOVEMBRO	55.880,93	55.050,71

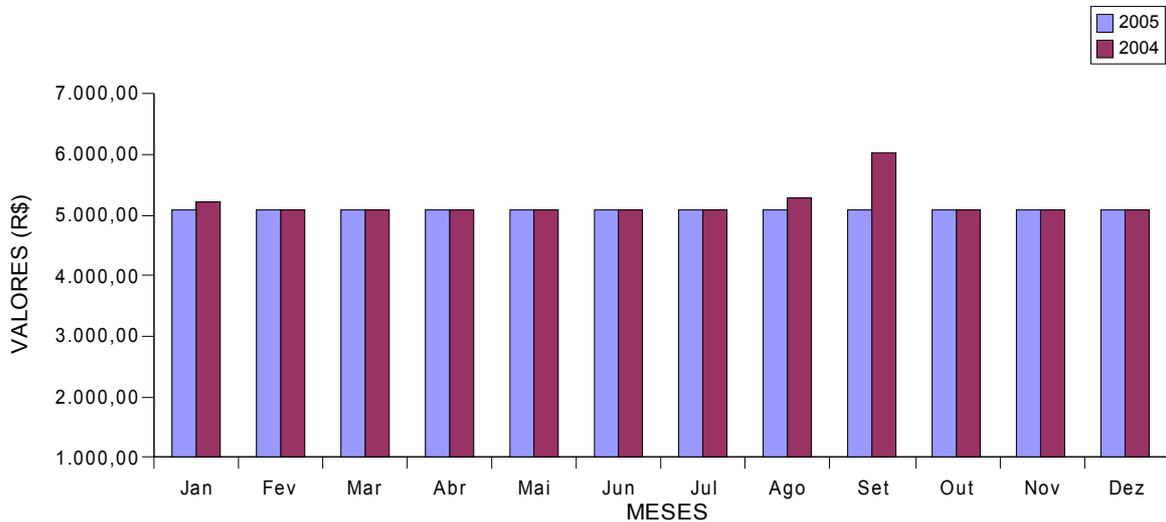
Nº	MÊS	VALORES (R\$), ANO 2005	VALORES (R\$), ANO 2004
12	DEZEMBRO	65.023,90	45.854,60
Total		642.381,25	570.289,63



Locabrás Locadora Brasília de Veículos

Nº	MÊS	VALORES (R\$), ANO 2005	VALORES (R\$), ANO 2004
1	JANEIRO	5.085,00	5.222,86
2	FEVEREIRO	5.085,00	5.085,00
3	MARÇO	5.085,00	5.085,00
4	ABRIL	5.085,00	5.085,00
5	MAIO	5.085,00	5.085,00
6	JUNHO	5.085,00	5.085,00
7	JULHO	5.085,00	5.085,00
8	AGOSTO	5.085,00	5.280,49
9	SETEMBRO	5.085,00	6.011,60
10	OUTUBRO	5.085,00	5.085,00
11	NOVEMBRO	5.085,00	5.085,00

Nº	MÊS	VALORES (R\$), ANO 2005	VALORES (R\$), ANO 2004
12	DEZEMBRO	5.085,00	5.085,00
Total		61.020,00	62.279,95

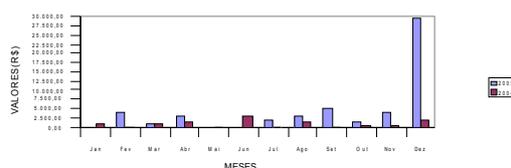


Vip Service Club Locadora

Nº	MÊS	VALORES (R\$), ANO 2005	VALORES (R\$), ANO 2004
1	JANEIRO		1.006,32
2	FEVEREIRO	3.773,70	
3	MARÇO	1.006,32	1.006,32
4	ABRIL	2.767,38	1.257,90
5	MAIO		
6	JUNHO		2.767,38
7	JULHO	1.761,06	
8	AGOSTO	2.767,38	1.509,48
9	SETEMBRO	4.901,58	
10	OUTUBRO	1.257,90	503,16
11	NOVEMBRO	4.025,00	251,58
12	DEZEMBRO	29.824,23	2.012,64
Total		52.084,55	10.314,78

Relação dos veículos do Ministério

A frota atual é de onze veículos oficiais, conforme tabela abaixo.



Nº	MARCA/MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CONDIÇÕES
01	GM/VECTRA SEDAN CD	2004	GASOLINA	JFP 5806	ÓTIMO
02	GM/VECTRA CD	1998	GASOLINA	JFP 0711	REGULAR
03	VW/SANTANA 2.0	2001	GASOLINA	JFP 0274	REGULAR
04	CHRYSLER/CHEROKEE	1996	GASOLINA	JFP 7556	REGULAR
05	VW/KOMBI	1994/5	GASOLINA	JFO 0945	REGULAR
06	GM/KADET IPANEMA	1996	GASOLINA	JFO 7213	REGULAR
07	GM/KADET IPANEMA	1996	GASOLINA	JFO 7233	REGULAR
08	GM/KADET IPANEMA	1996	GASOLINA	JFO 7243	REGULAR
09	GM/KADET IPANEMA	1996	GASOLINA	JFO 7253	REGULAR
10	GM/KADET IPANEMA	1996	GASOLINA	JFO 7263	REGULAR
11	GM/KADET IPANEMA	1996	GASOLINA	JFO 7273	REGULAR

Arquivo Central

No arquivo central foram desenvolvidas, no ano de 2005, as atividades que seguem relacionadas abaixo, com os procedimentos devidamente documentados com fotos.

Transferência documental da massa acumulada depositada no subsolo do edifício sede do MMA, para o anexo situado na CLS 514, bloco B subsolo, Arquivo Central. Incluindo o transporte e o armazenamento de cerca de 3.600 (três mil e seiscentas) caixas-box contendo documentação datada desde o ano **de 1991 a 1996** de diversos setores deste órgão;

FOTOS EM ANEXO

Prestação de assistência técnica no que se refere a procedimentos arquivísticos, inclusive com a elaboração de tabela de classificação documental para a Diretoria de Educação Ambiental -DEA e na Secretaria Executiva para o Projeto Environmental Technical Assistance Loan – TAL;

Atendimento de solicitações de pesquisa e recuperação documental nas massas documentais transferidas para a guarda no Arquivo Central.

Transferência documental de cerca de 2.300 (duas mil e trezentas) caixas-box, provocadas por solicitações documentadas, das massas acumuladas nos Arquivos Setoriais, conforme descrito na tabela abaixo:

Setor de origem	Documento de encaminhamento	Data	Data limite	Qt cx-box
SPOA	MEMO 001/05	05/01/05	1999 a 2003	118
CGPO/SPOA	MEMO 003/05	06/01/05	1996 a 2002	90
CGRH/DIBEN	MEMO 002/05	14/01/05	1997 A 2002	35
ARPA/SBF	MEMO 002/05	19/01/05	1999 a 2003	152

Setor de origem	Documento de encaminhamento	Data	Data limite	Qt ex-box
DIFLOR/SBF	MEMO 026/05	28/01/05	2000 a 2002	9
CGRH/SPOA	MEMO 033/05	04/02/05	1998 a 2003	42
CGRH(DICAD)/SPOA	MEMO 033/06	05/02/05	1999 a 2001	10
SCA	MEMO 096/05	10/02/05	1996 a 2004	261
CGRH/DIPAG	MEMO 041/05	16/02/05	1994 a 2002	21
CGTI/SPOA	MEMO 023/05	04/03/05	1997 A 2002	173
SPDS	MEMO 029/05	08/03/05	1995 a 2002	140
SCA	MEMO 251/05	07/04/05	1994 a 2001	122
DEA	MEMO 226/05	20/05/05	NÃO CITADO	30
CGTI/SPOA	MEMO 120/05	24/05/05	2001 a 2003	36
CGTI/SPOA	MEMO 122/05	25/05/05	1995 a 2002	13
ARPA/SBF	MEMO 060/05	01/06/05	1999 a 2002	24
CGRH/DICAL	MEMO 236/05	02/06/05	1997 A 2003	21
CGRH	MEMO 252/05	08/06/05	2004	12
CGTI/SPOA	MEMO 150/05	21/06/05	1995 a 2002	64
CGRH/DICAL	MEMO 409/05	16/09/05	NÃO CITADO	63
CGTI/SPOA	MEMO 171/05	14/07/05	NÃO CITADO	8
PROTOCOLO/CGSG	MEMO 016/05	28/09/05	ATÉ 2004	130
SQA	MEMO 471/05	18/10/05	2001	101
SQA	MEMO 488/05	26/10/05	1994 a 1999	111
SECEX	MEMO 361/05	26/10/05	1997 A 2003	15
SPOA	MEMO 207/05	26/10/05	2003 a 2004	30
SECEX	MEMO 038/05	10/11/05	2000 a 2002	16
SQA	MEMO 524/05	10/11/05	2002 a 2003	183
GAP	MEMO 167/05	24/11/05	1991 a 2001	24
ASPAR	MEMO 1034/05	05/12/05	NÃO CITADO	5
GAP	MEMO 168/05	08/12/05	NÃO CITADO	106

Setor de origem	Documento de encaminhamento	Data	Data limite	Qt cx-box
DEA	MEMO 777/05	22/12/05	2000 a 2003	36
COTAD	MEMO 785/06	27/12/05	2003 a 2004	61
			TOTAL	2262

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Recursos Humanos

O Arquivo Central, atualmente é composto de 4 (quatro) técnicos, sendo 3 (três) de contrato temporário e 1(um) terceirizado. Destes, três são de nível médio e um de nível superior em arquivologia. Número insuficiente, tendo em vista o volume documental a ser tratado.

Nesta oportunidade, informamos que foram solicitados 02 estagiários e um servidor para somar forças a esta equipe (Memos nº01 e 03/06), o que, até este momento, não foi atendido pela Coordenação Geral de Recursos Humanos.

Iluminação

Apesar de estar praticamente finalizada a adequação do espaço físico deste setor de documentação, a área onde está instalado o arquivo deslizante, ainda carece de iluminação eficiente. Ou seja, apenas quatro lâmpadas estão funcionando, de um projeto que prevê a instalação de vinte lâmpadas.

Já foi solicitada a instalação destas, o que até o momento não foi providenciado pela empresa, cuja justificativa expõe o fato da necessidade de aguardar a finalização das obras de instalação do sistema de climatização do subsolo.

2.6.3

CGTI/SPOA/SECEX

2.6.3 Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática - CGTI

Este relatório, relativo ao ano de 2005, abrange as atividades da CGTI relativas às suas cinco áreas prioritárias de ação: Suporte ao Usuário, Tecnologia e Rede, Geotecnologias, Desenvolvimento de Sistemas, Segurança e Qualidade. Até meados de 2005, as atividades relacionadas a geotecnologias foram consideradas como parte integrante das atividades de desenvolvimento de sistemas. Entretanto, dada à importância da geração de mapas para a visualização adequada dos temas e indicadores relativos a meio ambiente, as ações relativas a geotecnologias adquiriram vulto tão expressivo que passaram a ser consideradas de forma destacada.

Principais realizações

Os avanços mais expressivos de 2005 estão concentrados em três segmentos:

- **infra-estrutura**, com a aquisição de 600 estações de trabalho, além de 18 servidores e um dispositivo de armazenamento centralizado de dados (“Storage”), que fazem parte da “Storage Area Network” (SAN) projetada para o MMA;

- **arquitetura de sistemas**, com os avanços na implantação de arquitetura orientada a serviços (“SOA - Service Oriented Architecture”) como base para o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), já viabilizando a interconexão de nove estados brasileiros ao Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA); e

- **desenvolvimento de ferramentas**: com o aperfeiçoamento do desenvolvimento, realizado integralmente em software livre, de uma ferramenta para geração de mapas interativos para a qual se está providenciando licenciamento em formato GNU GPL (General Purpose License) de forma a que toda a sociedade possa fazer livre uso dela.

Não obstante este destaque inicial, todos os outros setores apresentaram expressivas realizações, descritas a seguir com mais detalhes.

Tecnologia e Rede

Dando seguimento ao projeto de modernização da infra-estrutura de Tecnologia da Informação do MMA, duas grandes ações foram realizadas em 2005.

- **Aquisição de estações de trabalho**: 600 estações de trabalho para atender a novos usuários e para substituir estações já obsoletas (equipamentos inferiores a Pentium III 500 MHz). Com isto, embora ainda haja estações que necessitam ser substituídas, o parque de microcomputadores à disposição dos usuários teve sua robustez significativamente aumentada, perfazendo agora mil estações de trabalho adequadas às necessidades de uso e aos requisitos mínimos de segurança e havendo-se atingido a relação de uma estação de trabalho para cada funcionário do quadro ou prestador de serviço do MMA. Com a aquisição de mais 400 estações, que está prevista para 2006, o parque de microcomputadores da Rede do MMA terá sido totalmente renovado nesta gestão, atingindo assim, a relação de uma estação de trabalho adequadamente configurada para cada funcionário do quadro ou prestador de serviço do MMA.

- **Aquisição de servidores e dispositivo central de armazenamento de dados**: 18 servidores CISC foram adquiridos juntamente com um dispositivo central de armazenamento com

capacidade para 7 Terabytes (7 trilhões de bytes, ou 7 mil Gigabytes) para dotar a Rede do MMA de infra-estrutura em arquitetura SAN (“Storage Area Network”) capaz de suportar a carga de processamento advinda dos sistemas e portais que compõem o SINIMA, além das necessidades administrativas e de armazenamento compartilhado de documentos. Isto, somado às aquisições de servidores em 2004, estabelecem um parque de 25 servidores novos que significam que a Rede do MMA deixa sua situação combalida para adquirir poder computacional mínimo para fazer frente às demandas do Ministério. Com aquisição, em 2006, de mais 11 servidores e dispositivo robotizado de “backup” ter-se-á configurado SAN completa inserindo o MMA no rol dos Ministérios bem aparelhados, do ponto de vista de TI, para fazer frente às suas demandas de informação.

- **Reforma das redes elétrica estabilizada e lógica do MMA:** a CGTI administrou os serviços terceirizados da empresa Adler Engenharia no que diz respeito à reforma das redes elétrica estabilizada e lógica dos andares 6º, 7º, 8º e 9º do bloco B da Esplanada dos Ministérios, além da reforma adicional da rede lógica do prédio da 514 Sul.

Suporte ao Usuário

A área de Help Desk tem, como objetivo geral, proporcionar suporte técnico aos usuários dos equipamentos de informática, das redes *intranet* e *internet*, remotamente ou nas próprias instalações dos clientes. Dentre as principais atribuições da área estão as seguintes atividades: (a) atender as ligações dos usuários; (b) abrir chamados via sistema Help Desk, assim como conferir, fechar e arquivar as ocorrências; (c) receber chamados via Intranet e redirecioná-los aos técnicos; (d) acionar garantias; (e) cadastrar e atualizar fichas cadastrais no sistema Help Desk; (f) manter atualizadas e organizadas todas as pastas e documentos no Help Desk; (g) atender presencial e/ou remotamente todos os setores do MMA (Ed. Sede e instalações externas); (h) orientar e ajudar os usuários quanto ao uso de softwares e hardwares, assim como instalar e configurar softwares e equipamentos de informática; (i) acompanhar a empresa Adler (prestadora de serviços para rede de dados e elétrica) no levantamento para elaboração de orçamentos de pontos lógicos e elétricos; (j) manutenção em componentes de informática.

Durante o ano de 2005, este setor teve intenso trabalho executando a instalação das 600 estações de trabalho adquiridas para atender a novos usuários e para substituir estações já obsoletas. Além disto, 17.317 Ordens de Serviço foram atendidas, geradas por necessidades diversas dos usuários, com média de chamados diários superior a 65 para atendimento por equipe de 22 pessoas (16 técnicos em campo, 2 no laboratório, 3 atendentes e uma supervisora), distribuídas nos seguintes cargos: 1 Analista de suporte II, 11 técnicos de suporte/atendimento I, 6 técnicos de suporte/atendimento II, 4 técnicos de suporte/atendimento III.

Geotecnologias

Estabelecido como área da CGTI em 2005, este setor, com apenas 3 técnicos, foi o responsável por dois de seus resultados mais expressivos na utilização de Software livre: desenvolvimento de traçador interativo de mapas, capaz de gerar, na Internet, sob demanda, mapas com diferentes temas selecionados interativamente pelos usuários, uso do software livre Geonetwork para construção de uma rede de metadados para o SINIMA aplicável a todas as redes desenvolvidas em seu âmbito ou fora dele.

- **Mapa Interativo:** o traçador interativo de mapas, denominado provisoriamente de Mapa Interativo, é, como já foi dito, capaz de gerar, na Internet, sob demanda, mapas com diferentes temas selecionados interativamente pelos usuários. Tais temas podem ser residentes nos bancos de dados do SINIMA ou estar localizados em bancos de dados de outros sistemas, em outras

infra-estruturas, contanto que haja serviços web (“web services”) associados a eles. Trabalha, entre outros, com dados em formato vetorial, “raster” ou “web service”, configurando-se em ferramenta de aplicação universal. Pode ser acessada no endereço <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/licenciamento/mapalicenca.php>, estando disponível para uso por toda a sociedade.

Esta ferramenta, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2004, ainda quando o setor de Geotecnologias era considerado parte integrante da área de Desenvolvimento de Sistemas, foi aperfeiçoada e consolidada em 2005, com o trabalho de uma equipe mínima de três pessoas. É executável diretamente na Internet, sem restrição de uso de navegador (funciona adequadamente nos navegadores Mozilla, Firefox, Netscape, Opera e MS Internet Explorer) e pode ser instalado em sistema operacional Linux ou Windows. Foi desenvolvido com base no software livre Mapserver (<http://mapserver.gis.umn.edu/>) com interfaces em PHP e Javascript (softwares livres também).

É a interface para geração de mapas e recuperação de informações georreferenciadas do SINIMA e tem causado interesse em diversas instituições, dentre elas o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM - Casa Civil), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM - Ministério de Minas e Energia), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF - Ministério da Integração Nacional), a “Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable” do “Ministerio de Salud y Ambiente” da Argentina e a “Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica” (CONICYT) do Chile. Foi, inclusive, utilizada para desenvolvimento de aplicação piloto, no âmbito do Sistema de Informação Ambiental do Mercosul (SIAM).

A ferramenta foi concebida para, além de funcionar como um traçador de mapas, estabelecer um esquema de recuperação de informações de maneira a que cada ponto do mapa funcione como se fosse um “cluster” de informações. Assim, através do Mapa Interativo, pode-se ter acesso a informações que estejam em bancos de dados descentralizados, sejam elas imagens ou textos.

O mapa interativo desenvolvido destaca-se das demais aplicações do mesmo tipo existentes na Internet. As funções implementadas objetivam dar ao usuário um controle completo sobre o mapa em produção, o que não é comum em outros softwares. Também podemos destacar as funcionalidades de análise espacial, que fornecem um conjunto de opções enriquecedoras para a obtenção de informações.

O desenvolvimento do mapa interativo, de forma integrada aos trabalhos da área de desenvolvimento de sistemas, possibilitou que a informação espacial, geralmente presente nos sistemas voltados para a questão ambiental, pudesse ser processada com maior qualidade e segurança. Essa situação trouxe para a CGTI a possibilidade de atuar em áreas antes não exploradas, atendendo de forma mais abrangente as necessidades dos usuários.

Para o sucesso dessas iniciativas, foi de fundamental importância a consolidação do banco de dados geográfico do SINIMA. Esse banco, iniciado em 2004, teve um aporte significativo de novos temas, como a inclusão dos dados dos Zoneamentos Ecológicos e Econômicos (ZEE) e de imagens de satélite, oriundas do projeto de mapeamento dos remanescentes de vegetação dos biomas brasileiros. Nesse último caso, as imagens foram colocadas à disposição dos usuários do “site” do MMA, que podem obtê-las integralmente por meio de “download”.

Rede de Metadados: Fazendo uso do software livre Geonetwork, foi criada uma rede de metadados, que pode ser acessada no endereço <http://mapas.mma.gov.br/mapas/mma/geometadados/index.htm>, contendo os metadados do

SINIMA permitindo que os diversos sistemas, portais e redes conheçam a oferta, a localização e a estrutura dos dados disponíveis. A abordagem já está sendo utilizada pela rede virtual da Caatinga (RVC) e pelo Sistema de Informação da Bacia do São Francisco (SisFRAN).

Outras ferramentas: O setor de Geotecnologias, em 2005, desenvolveu diversas aplicações especiais para diversos sistemas de informação tais como PNLA, SISFRAN e Cadastro de Unidades de Conservação. Além disto, outras ferramentas foram desenvolvidas, tais como a ferramenta para análise das cercanias de um ponto geográfico (dadas as coordenadas geográficas, são gerados mapas de localização definindo o que existe nas cercanias: município em que o ponto se localiza, áreas protegidas, corredores ecológicos, vegetação, focos de luz, etc.). Além disto, o mapa foi integrado com o sistema SIGEPRO (Sistema de Georreferenciamento de Projetos), à base de dados SciELO (**Scientific Electronic Library On-line**), com textos completos de revistas brasileiras de qualidade. Está exibindo também relatórios de instituições com interação com o meio ambiente (relatórios da Chesf, por exemplo). Para divulgar o uso da tecnologia de “web service”, adotada no SINIMA, foi desenvolvida uma ferramenta de acesso a esse tipo de dado, com ênfase nos padrões específicos para cartografia (WMS e WFS).

Desenvolvimento de Sistemas

Em 2005, o setor de desenvolvimento de sistemas aprofundou a linha de trabalho que procura viabilizar a construção do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA) em arquitetura orientada a serviços (SOA – “Service Oriented Architecture”). Esta arquitetura, proposta em meados de novembro de 2003 pela CGTI, e aceita pelo Departamento de Articulação Institucional – DAI, como modelo a ser utilizado no SINIMA, foi usada em projetos piloto durante 2004 (busca integrada nos protocolos do IBAMA e MMA e pilotos envolvendo o PNLA, as instituições estaduais de licenciamento FEPAM/RS e ISAP/PR e o IBAMA), para demonstrar sua viabilidade. Em 2005, demonstrada a viabilidade de aplicação da arquitetura SOA, a CGTI passa a aplicar tal conceito à maioria de suas propostas, incentivando o desenvolvimento de web services em todos os sistemas de informação dos quais participa. Neste contexto, o ambiente de desenvolvimento de sistemas reforça a aprofunda o estabelecimento, como princípios basilares, do uso de softwares e protocolos livres, a interoperabilidade dos sistemas do MMA interna e externamente, e da arquitetura SOA (que, por sua vez, se baseia em padrões de informação, padrões de serviços e acordos de nível de serviço).

A arquitetura SOA trabalha com a formação de redes de serviços (“web services”) que se operam por meio de protocolos livres (**XML – eXtensible Markup Language**, **WSDL - Web Services Description Language**, **SOAP – Simple Object Access Protocol**, **UDDI - Universal Description Discovery and Integration protocol**) e têm como ingrediente básico a confiança mútua entre os parceiros. Com isto, um sistema pode aproveitar informações de outros sistemas barateando os custos de desenvolvimento, diminuindo a superposição de tarefas entre diferentes instituições e diminuindo os tempos de resposta das áreas de TI às solicitações das áreas demandantes.

Tal arquitetura, agora em 2006, está sendo reconhecida pelos especialistas do mercado como tendência a ser seguida, como pode ser visto no artigo “Arquitetura de serviços”, em “Sem medo do Ano Novo”, *COMPUTERWORLD*, 25/01/2006, Ano XIII, N. 447, www.computerworld.com.br, do qual reproduzimos abaixo o trecho relevante:

“Arquitetura de Serviços

Outra grande tendência apontada pelos representantes da indústria e analistas é o crescimento da demanda das chamadas arquiteturas orientadas a serviços, ou SOA. Para

Chisman, da Accenture, SOA é algo que começa a fazer sentido por si só. “Existe uma receptividade muito grande em todos os ambientes corporativos. A necessidade é que faz o modelo viver”, garante. Segundo o consultor, o setor de telecomunicações deve ser o primeiro a demandar tais soluções, em especial diante da necessidade da conexão entre sistemas.

Já a country manager do Forrester Research no Brasil, Alessandra Martins, entende que a busca por estruturas de TI baseadas no conceito tem relação com um novo foco em TI. “As áreas de TI precisaram, no último ano, e vão continuar precisando, dar respostas mais rápidas às áreas de negócios. Para isso, é preciso melhorar a estrutura que já têm”, afirma a consultora, que assumiu, em maio, o comando da companhia de pesquisas e análise de mercado.

Um estudo do Forrester – “Tendências 2006: suítes de integração”, de outubro – indica que o trabalho de integração de sistemas e arquiteturas continuará sendo o foco das atividades de TI e destaca a crescente importância do SOA. O documento cita que “diversos casos comprovam que a adoção da arquitetura traz redução de custos de desenvolvimento e melhora o tempo de resposta a novos modelos de negócios” por parte dos departamentos de tecnologia.”

Como se vê, apesar da tendência estar sendo reconhecida pelos especialistas apenas em 2006, a CGTI já a propunha como linha de trabalho com mais de dois anos de antecedência.

Neste contexto, são os seguintes os principais sistemas desenvolvidos ou apoiados pela CGTI.

Portal Nacional de Licenciamento Ambiental – PNLA:

Este Portal, coordenado pela Secretaria de Qualidade Ambiental – SOA, interligou, em 2005, em arquitetura SOA, por meio de “web services”, as bases de dados descentralizadas de licenciamento ambiental de instituições estaduais de licenciamento de nove estados brasileiros (CRA/BA, SEMACE/CE, AGMA/GO, FEAM/MG, SUDEMA/PB, IAP/PR, FEPAM/RS, que já aderiram formalmente ao Portal, e SEMA/AC e CPRH/PE, que aderiram informalmente). A ação da CGTI no desenvolvimento do Portal, em software livre, está ligada à definição, implantação e aperfeiçoamento de interface de busca, desenvolvida em Java, com capacidade de execução de busca simultânea em todas as instituições dos licenciamentos ambientais ligados a determinado tema de interesse. Tais licenças são recuperadas das diversas bases, por meio da execução remota e simultânea dos “web services” de cada instituição envolvida na busca, são consolidadas e podem ser vistas como textos ou em forma de mapa (usando a ferramenta de Mapa Interativo descrita em 2.3). Além das licenças estaduais, o Portal ainda integra as informações de licenciamento do IBAMA. Lamentavelmente, a integração do IBAMA ao Portal tem encontrado dificuldades operacionais ainda não transpostas, estando o Portal operando com uma cópia desatualizada dos dados daquela instituição que está instalada na infra-estrutura do MMA. Até junho de 2006, pretende-se integrar as informações de licenciamento ambiental de todos os estados brasileiros e promover a inclusão das informações obtidas na Rede Virtual da Caatinga e no SisFRAN. Até fins de março de 2006 pretende-se ter, além dos nove estados implantados, mais nove, perfazendo o total de dezoito estados, fechando as regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

A interface pode ser vista em operação no endereço <http://integradorpnla.mma.gov.br/integrador/RelatorioBuscaLicenca.html>. O portal pode ser acessado a partir da página do MMA (<http://www.mma.gov.br>). Mais detalhes do projeto podem ser vistos no relatório de progresso do Portal.

Sistema de Georreferenciamento de Projetos – SIGEPRO:

Tendo em vista o grande número de sistemas que fazem controle de projetos (dentre os quais se destacam SIGMA, SGP, SIGEF), cada um deles com especificidades e regras de negócio que dificultam sua integração, o SIGEPRO foi desenvolvido com dupla finalidade: a primeira, da qual deriva seu nome, para resolver a demanda por um sistema geral que fosse capaz de cadastrar projetos e georreferenciá-los de maneira a que se pudesse traçar mapas indicando a abrangência territorial de suas ações; a segunda para prover uma capa de integração através da qual as informações dos sistemas de gerenciamento de projetos pudessem ser consultadas de maneira unificada.

Tal sistema foi desenvolvido em software livre, utilizando informações oriundas de web services e informando por meio de interfaces convencionais e “web services”, integrado à ferramenta Mapa Interativo, de maneira a funcionar como um cadastrador de informações sobre projetos sejam eles do MMA ou de outros órgãos. Está em uso pela Rede Virtual da Caatinga, pelo SisFRAN e pode ser utilizado por qualquer sistema ou portal que necessite de informações sobre Programas, Projetos, atividades ou componentes.

Sistema de Informação do Rio São Francisco - SisFRAN:

Para auxiliar a coordenação do programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, a CGTI desenvolveu e apresentou no final de 2005 uma proposta de estruturação do SisFRAN para orientar as discussões sobre seus objetivos. Dentro deste escopo, a CGTI definiu e implementou uma estrutura básica, que pode ser vista no endereço <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/sisfran/>. Tal estrutura foi avaliada no início de 2006 e foi aprovada, devendo ser lançada em meados de março de 2006.

O SisFRAN tem acesso a todas as informações disponíveis no âmbito do SINIMA, e se organiza em uma estrutura dividida em oito segmentos: “O que é?”, “Mapas”, “Documentos”, “Ações”, “Municípios”, “Áreas especiais”, “Recursos hídricos” e “Licenciamento”. Também está estruturado, como todos os sistemas do SINIMA, em arquitetura SOA, fazendo uso e gerando “web services” com informações textuais e cartográficas.

Rede Virtual da Caatinga – RVC:

Esta rede está se organizando em arquitetura SOA, com participação da CGTI, e, no momento, a rede de metadados está sendo criada utilizando o software Geonetwork, dentro do esquema do SINIMA. Tal rede de metadados servirá à RVC, ao SisFRAN e ao SINIMA podendo ser incorporada por qualquer outro sistema que se interesse por ela.

SIGEN:

Em 2005, a CGTI iniciou a análise e desenvolvimento de sistema, denominado SIGEN, tendo por objetivo dar suporte operacional ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CEGEN em suas atividade de coordenação da implantação das políticas para gestão do patrimônio

genético e estabelecimento de normas técnicas para a sua gestão.

Tal sistema deverá trazer ganhos de procedimento ao DPG que, atualmente, trabalha de maneira artesanal, analisando formulários de propostas preenchidos a mão pelos interessados e encaminhadas via correio, cujos dados são armazenados em um sistema simples de banco de dados. As propostas enviadas pelo correio são divididas entre os técnicos e analisadas individualmente para posterior emissão de certificado de autorização. Neste contexto, o projeto, iniciado em 2005 e com término previsto para 2006, se propõe viabilizar e padronizar as rotinas de trabalho do DPG, facilitando, assim, o acesso do público as informações. Para tanto, será disponibilizado ao público o preenchimento rápido e fácil de formulários na Internet, de acordo com a necessidade do interessado, bem como o acompanhamento do seu processo em tempo real. Ao DPG, por sua vez, serão oferecidas facilidades de pesquisa na Plataforma Lattes (CNPq), de integração com o sistema de georreferência, do controle dos processos e suas tramitações internas, de pesquisa de espécies por grupos taxonômicos, de pesquisa através de cruzamento de dados, de geração de relatórios pré-definidos, de cadastro de empresas e instituições e de automatização da impressão dos certificados.

E-Colegiados/SUIA:

Iniciado em 2005, com término previsto para 2006, este sistema consiste em um cadastro único de todos os Colegiados do MMA de participação direta ou indireta (órgão e/ou entidades externas), ato de criação, finalidade e validade. Permite conhecer os membros dos Colegiados bem como seu histórico de participação em cada Colegiado e tem o intuito de gerenciar as indicações dos membros participantes evitando as constantes sobrecargas de determinados participantes. Inclui também o cadastro das reuniões dos Colegiados, que possibilita o acompanhamento das ações efetivas. A arquitetura é WEB, possibilitando que cada Colegiado alimente as suas próprias informações.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC:

O sistema CNUC – Cadastro Nacional de Unidade de Conservação foi elaborado por terceiros sem a coordenação técnica da CGTI. Este sistema possui falhas que impactam diretamente a qualidade da informação disponibilizada. Para sanar os problemas, a CGTI iniciou em 2005 trabalho de reformulação do CNUC, com término previsto para 2006, com os seguintes objetivos:

- Disponibilizar à sociedade acesso a informações confiáveis sobre a gestão de unidades de conservação;

- Descentralizar as informações;

- Controlar a temporalidade das atualizações do cadastro;

- Certificar a Unidade de Conservação como pertencente ao SNUC;

- Interação com usuários do sistema;

- Agilizar o processo de disponibilização do cadastro do Órgão Gestor e do Administrador do Sistema do Órgão Gestor;

- Integração/interoperação com outros sistemas tais como SIUC, SIG - Ecotur e Protocolo do MMA;

- Rastrear documentos físicos das solicitações de acesso e de cadastro do Órgão Gestor e dos Administradores do Sistema;

- Elaborar relatórios estatísticos (quantitativos e qualitativos) sobre as informações contidas no sistema

- Subsidiar as unidades participantes do SNUC com informações estratégicas;

- Implantar ferramentas de geoprocessamento e de gerenciamento que permitam aos órgãos gestores de unidades de conservação utilizar o Sistema para o planejamento/administração/controle do subsistema local;

- Disponibilizar ferramentas para captação de avaliações e sugestões/críticas dos usuários em geral a respeito dos dados cadastrais das unidades de conservação;

PDA – Projetos Demonstrativos “A”:

A Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, implementa o Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA desde 1995. Seu principal interesse é promover o aprendizado sobre a viabilidade de novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, visando à melhoria da qualidade de vida da população local. O PDA propõe essa melhoria por meio do incentivo à experimentação de tecnologias sustentáveis, do fortalecimento da organização social e do gerenciamento de ações que conciliem a conservação dos recursos naturais ao desenvolvimento econômico e social. Atualmente, todo controle técnico e financeiro dos projetos vinculados ao PDA é realizado manualmente. Em razão disto, faz-se necessário um controle efetivo dos aspectos financeiros, desde a concessão do crédito à instituição até sua prestação de contas, bem como do PDA junto ao KFW - entidade financeira doadora.

O controle financeiro será realizado em dois momentos: (1) Captação das informações nas instituições (atualmente são 125 Projetos contratados, sendo esperado um crescimento em 2006 até cerca de 200 Projetos; cerca de 400 usuários estarão deixando as planilhas e formulários em papel para utilização do Sistema PDA em WEB); (2) Controle efetivo dos gastos do projeto pela equipe financeira do PDA e prestação de contas deste ao KFW.

O desenvolvimento da solução, iniciada em 2005 para terminar em 2006, visa a agilizar os processos e fluxos de trabalhos manuais, organizando a informação gerada pela captação

de informações financeira das instituições que possuem projetos com o PDA e permitindo o controle, pela equipe financeira do PDA, dos gastos das instituições desde a liberação do crédito até a prestação de contas.

CDAM – Sistema de Bases de Dados Compartilhadas de dados da Amazônia:

A CGTI iniciou, em 2005, a manutenção evolutiva das funcionalidades do BCDAM, em três frentes distintas:

- **Amazônia Links** - sistema que possibilita o cadastramento, atualização e consultas dos links referentes à Amazônia. As consultas são parametrizadas conforme a categorização cadastrada;

- **Mala Direta** – sistema que possibilita o cadastramento, atualização, consultas e geração de etiquetas dos participantes das Reuniões do BCDAM; e

- **Livro de visitas** – sistema que possibilita conhecer o público visitante e receber contribuições de melhorias do “site”. As contribuições são triadas para sua publicação.

•CONAMA:

A CGTI iniciou, em 2005, a manutenção evolutiva de funcionalidades relativas ao CONAMA:

- Manutenção no calendário de reuniões do sítio do CONAMA;

- Recadastramento dos usuários do CONAMA; e

- Lista de presença dos participantes de reuniões.

Integração SIGMA & SIGEPRO:

Tendo em vista o desenvolvimento do SIGEPRO, a CGTI, coerente com sua linha de promover a integração e interoperabilidade de sistemas, iniciou, em fins de 2005, esforço para integrar as informações do sistema de gestão de projetos SIGMA com o SIGEPRO. Esta atividade, programada para ser finalizada em 2006, inclui a compatibilização e entendimento das informações do SIGMA para integração ao SIGEPRO, adequação e validação do SIGEPRO e geração de rotinas de carga do SIGMA para o SIGEPRO (preferencialmente por meio de “web services”).

Aplicações da tecnologia AJAX:

Durante o desenvolvimento da ferramenta Mapa Interativo, decidiu-se incorporar a ela o esquema de visualização de regiões geográficas existente no “Google Maps”. Ao estudá-lo, viu-se que utilizava uma nova tecnologia que permite o uso de web services e a manipulação de dados e imagens por meio de Javascript de uma maneira jamais antes imaginada, transferindo para os navegadores um controle que permite que aplicações web sejam desenvolvidas com características somente possíveis em ambiente cliente/servidor.

Assim, a CGTI abriu uma linha de trabalho que pretende explorar as facilidades do

AJAX aplicando-o experimentalmente ao SIGEPRO, ao SIGMA e ao Mapa Interativo.

Segurança e Qualidade:

Em 2005, a CGTI organizou um setor de Segurança e Qualidade para melhorar seus padrões de funcionamento. Tendo em vista que, na filosofia de funcionamento adotada pela gestão anterior, a CGTI era entendida como tendo a função principal de manter a Rede do MMA e dar suporte ao usuário, tendo atividade de desenvolvimento mais voltada à manutenção da página Internet do MMA e sua Intranet e operando sistemas desenvolvidos alhures, os esquemas de desenvolvimento e implantação de sistemas eram precários, posto que tal necessidade não era sentida.

Com a mudança de filosofia operada nesta gestão, onde a CGTI passa a ser parceira dos projetos no desenvolvimento de sistemas, inclusive fazendo parte integrante da Secretaria Administrativa do SINIMA, tornou-se necessário implantar um ambiente que permitisse a adoção de ambientes separados para desenvolvimento, homologação e produção, até então inexistentes. Com a aquisição dos novos servidores, executada em 2005 (ver 2.1), tal estruturação foi possível estabelecendo um nível maior de confiabilidade na Rede do MMA.

Em paralelo, promoveu-se estudo para adoção de solução de proteção da Rede contra vírus e “malwares” de maneira geral, solução que está a espera de orçamento e deve ser adquirida em 2006.

Por último, mas não menos importante, foram estabelecidos procedimentos de testes para aumentar a confiabilidade dos sistemas publicados e procedimentos de monitoramento que pretendem corrigir problemas de desempenho da Rede e impedir ataque a ela.

Participação nas negociações do SINIMA com outras instituições

A CGTI, no âmbito do SINIMA, apoiou tecnicamente o Departamento de Articulação Institucional - DAI, no contato com outras instituições, tendo participado de diversas reuniões e ministrado palestras em diversas instituições brasileiras e mantido contato com instituições estrangeiras no âmbito do Sistema de Informação Ambiental do Mercosul. Além disto, implantou “web services” em nove estados brasileiros relacionados ao Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, participando de reuniões técnicas e enviando técnico para efetuar as implantações nos estados que solicitaram ajuda.

Principais problemas encontrados

A CGTI praticamente não possui quadros próprios, trabalhando quase que integralmente com pessoal terceirizado. Todos os setores, exceto o de Desenvolvimento de Sistemas e a Coordenação Geral e sua área de apoio, é populado integralmente por servidores terceirizados (22 no Help Desk, 7 no setor de Tecnologia e Redes, 3 no setor de Geotecnologias, 2 no setor de Segurança e Qualidade). Na área de Desenvolvimento de Sistemas, existem 19 profissionais: 10 terceirizados, 3 servidores contratados temporários e um servidor do quadro permanente. Na Coordenação Geral e área de apoio existem 5 pessoas: um servidor público cedido, um servidor do quadro permanente, 1 servidor contratado temporário e 2 terceirizados. Por conseguinte, do quadro de 58 pessoas da CGTI, apenas 7 não são terceirizados e, dentre estes sete, 4 são servidores temporários e um é servidor cedido. Ou seja, de 58 pessoas, apenas 2 são do quadro efetivo da instituição.

Dentro deste esquema, é visível que o desempenho do setor está fortemente ligado ao desempenho dos terceirizados. Tendo em vista que, a partir de janeiro de 2005, a CGTI, em função de divergências irreconciliáveis sobre os critérios de faturamento, foi forçada a estabelecer litígio com a empresa de terceirização E-Dablio, litígio este que culminou com o rompimento do contrato, em 7 de julho de 2005, após dois meses em que a empresa deixou de pagar seus funcionários em retaliação à retenção parcial de fatura para ressarcimento de pagamentos feitos a maior, houve uma queda de desempenho dos terceirizados que durou cerca de quatro meses, tempo que levou o rompimento do contrato e a estabilização dos serviços com a chegada de nova empresa (a segunda colocada do certame licitatório que definira a e-Dablio como vencedora).

Ademais, a falta de orçamento impediu que todas as ações necessárias fossem realizadas, inclusive inviabilizando que o necessário aumento de 25% no quadro de terceirizados fosse autorizado. Algumas áreas estão visivelmente desfalcadas, destacando-se as áreas de Segurança e Qualidade, Geotecnologias e Desenvolvimento de Sistemas.

Outro problema que vale a pena ressaltar está ligado à dificuldade de eliminar a suíte de escritório Microsoft Office das estações de trabalho associadas aos usuários. Diversas áreas alegam dificuldade em operar apenas com a suíte OpenOffice em decorrência de necessitarem acesso a sistemas que exigem a suíte Microsoft ou necessitarem de intercâmbio de documentos com instituições que somente utilizam aquela suíte. Mesmo com tais dificuldades, a maioria das estações de trabalho do MMA está aparelhada hoje apenas com OpenOffice e pretendemos chegar à totalidade em 2006.

Entretanto, mesmo com todos os percalços, cremos que a CGTI pode realizar um bom trabalho, contribuindo para a melhoria da infra-estrutura computacional do MMA e para a ampliação e melhoria de qualidade de seus sistemas de informação.

Conclusão

A CGTI, no ano de 2005, contribuiu decisivamente para a melhoria da estrutura de Tecnologia da Informação do MMA, levando o Ministério a destacar-se nas discussões sobre informação nos foros em que tal assunto gozou de relevância.

Tal ação viabiliza que, em 2006, haja consolidação do SINIMA e da Rede do MMA de maneira a que se possa legar à próxima administração uma sólida estrutura de hardware, software e sistemas de informação interoperáveis, envolvendo outros Ministérios e outros sistemas estaduais e municipais, em uma estrutura descentralizada de serviços onde a visão cooperativa prevaleça contribuindo para o fortalecimento do tecido federativo da república.

2.6.4

CGF/SPOA/SECEX

2.6.4 Coordenação-Geral de Finanças

A Coordenação-Geral de Finanças – CGFI integra a estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA como uma das 05 (cinco) Coordenações-Gerais a que estão afetas as atribuições de que tratam os artigos 36 a 41 da Portaria nº 252/GM/MMA, de 9 de julho de 1999, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria Executiva deste Ministério.

2 Como Órgão Setorial de Programação Financeira, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração incumbe esta Coordenação-Geral de Finanças das seguintes tarefas:

- Coordenar, orientar e supervisionar o processo de programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

- Coordenar e supervisionar a execução e o acompanhamento das liberações de recursos financeiros de origem interna e externa dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

- Coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira relativa aos créditos orçamentários e recursos financeiros consignados aos órgãos do Ministério.

- Exercer a supervisão e orientação no tocante aos procedimentos relacionados à contabilidade analítica fundamentada nos registros efetuados pelos órgãos do Ministério.

- Exercer a supervisão da execução financeira de convênios e ajustes de que seja parte o Ministério.

- Fornecer no âmbito de atuação da Coordenação-Geral e em conformidade com as diretrizes definidas pela Secretaria Executiva, apoio técnico nas operações de crédito externas e internas efetuadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

- Manter contatos com os órgãos sistêmicos de controle com vistas ao encaminhamento e recebimento de demandas relacionadas à área de atuação da Coordenação-Geral.

As atividades supracitadas são realizadas através das seguintes divisões:

- Divisão de Programação Financeira;
- Divisão de Acompanhamento da Execução Financeira;
- Divisão de Execução Orçamentária e Financeira;
- Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios; e
- Setorial de Contabilidade.

A seguir, no espaço destinado a cada Divisão, estão sendo apresentadas as respectivas tarefas, lembrando que o dinamismo da área financeira compele-nos a um constante desenvolvimento das rotinas previamente planejadas.

Programação Financeira

Conceitualmente, programação financeira é a quantificação do conjunto de ações desenvolvidas com o objetivo de estabelecer o fluxo de caixa, para determinado período, tendo

como parâmetros a previsão da receita, os limites orçamentários, as demandas para as despesas e a tendência de resultado (déficit, equilíbrio ou superávit) considerada na política macroeconômica para o mesmo período.

A programação financeira se realiza em três níveis distintos: Órgão Central de Programação Financeira, Órgãos Setoriais de Programação Financeira – OSPF, e Unidades Gestoras - UG.

O Sistema tem como órgão central a Secretaria do Tesouro Nacional, cabendo-lhe orientar o estabelecimento de diretrizes para a elaboração e reformulação da programação financeira anual, bem como adotar os procedimentos necessários à sua execução.

No caso do Ministério do Meio Ambiente, o órgão setorial do sistema é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, cabendo-lhe consolidar, através da Divisão de Programação Financeira, as propostas das unidades gestoras e distribuir os recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Regimento Interno do Ministério do Meio Ambiente, Portaria nº 251, de 09 de julho de 1999, atribui à Divisão de Programação Financeira as seguintes tarefas:

I - Elaborar a programação financeira mensal e anual a partir da coleta, análise e consolidação dos dados financeiros dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

A partir da edição do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, elaboramos o cronograma anual dos valores autorizados para pagamento da Lei Orçamentária de 2005, bem como dos Restos a Pagar de 2004, por unidade, com atenção especial aos recursos de empréstimos externos, contrapartidas nacional e doações que, conforme preceitua o citado Decreto, deverá já no início do ano apresentar a programação anual à STN. (ver anexos – Gestão Financeira 9.1 e 9.2). O Decreto nº 5.379 estabeleceu para o Ministério, como limite de pagamentos, o valor de R\$ 395 milhões nos Anexos I (fontes do Tesouro Nacional) e II (fontes diretamente arrecadas). A Portaria nº 39, de 29 de março de 2005, do Ministério da Fazenda, detalhou o limite em R\$ 385 milhões, sendo R\$ 314 no Anexo I e R\$ 71 milhões no Anexo II, limites esses distribuídos de acordo com o cronograma de desembolso financeiro, cuja elaboração foi precedida de rigorosos estudos e discussões que reuniram sob a coordenação da SECEX o secretariado e autoridades de hierarquia equivalente. Desses encontros e discussões resultaram Cenários a partir dos quais elegeu-se a alternativa que representa a mais equitativa distribuição do limite de pagamentos entre as Unidades. Tal distribuição entre as Unidades que compõem a Administração Direta e Indireta consta dos anexos Gestão Financeira 9.1 e 9.2. Em dezembro, o total dos limites disponibilizados a este Ministério no Anexo I atingiram o valor de R\$ 430 milhões, fruto das ampliações autorizadas pelas Portarias Interministeriais nº 316, de 20 de setembro de 2005, nº 284, de 05 de outubro de 2005, nº 377, de 01 de novembro de 2005, nº 328, de 21 de novembro de 2005, nº 383 e 385, ambas de 21 de dezembro de 2005, e nº 438, de 29 de dezembro de 2005. Quanto ao Anexo II não houve alteração do valor estabelecido pela Portaria nº 39.

II - Analisar e cumprir as diretrizes estabelecidas pelas normas de programação financeira.

Dentre as normas de programação financeira, importa lembrar a Portaria nº 719, de 31 de outubro de 2005, que, em seu anexo 30, demanda dos Órgãos Setoriais de Programação Financeira o seguinte:

- “Emitir até o dia 10 de cada mês, e manter atualizadas as Propostas de Programação Financeira – PPF de todas as categorias de gasto, exceto pessoal, com estrita observância dos prazos informados contidos no Manual SIAFP”;

- “Promover conciliação, junto à STN/COFIN, dos valores efetivamente pagos pelo órgão e unidades vinculadas, de acordo com o Manual de Apuração do Gasto Efetivo, com encaminhamento de relatório, até o dia 20 de cada mês, para verificação e acompanhamento dos limites de pagamento estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira anual”.

O atendimento às duas metas acima é a base para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelas normas de programação financeira.

III - Propor alterações na programação financeira mediante análise e avaliação do fluxo de recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A programação financeira é atualizada sempre que as variáveis que a compõem se modificam, especialmente nos seguintes casos:

- variação nos valores autorizados para pagamento, através das normas que regem a matéria;

- revisão das prioridades do Ministério do Meio Ambiente, realizada pela Administração Superior do Ministério.

IV - Elaborar e registrar no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI a proposta de Programação Financeira – PPF, a partir das informações das unidades, nos prazos estabelecidos pela STN.

Além da divulgação dos limites de pagamentos anual a que se referem os anexos Gestão Financeira 9.1 e 9.2, cada unidade é informada de seu limite financeiro no início do mês, após a apuração do Pagamento Efetivo, através do qual são ajustados os limites de pagamento anteriormente estabelecidos, de acordo com as respectivas execuções e os saldos financeiros existentes nas Unidades. Nessa oportunidade, também se solicita a inclusão no SIAFI de sua programação por fonte de recursos. A Divisão de Programação Financeira consolida estas programações e as encaminha à STN na forma de PPF. Esta atividade é mensurada mensalmente, em atendimento à Portaria nº 719, de 31 de outubro de 2005, que fixa metas para os servidores da Carreira de Finanças e Controle, lotados nos Órgãos Setoriais de Programação Financeira.

V - Compatibilizar as demandas financeiras dos órgãos e entidades vinculadas às liberações efetuadas pela STN.

Conforme mencionado acima, nos itens I e II, os limites financeiros das unidades são estabelecidos logo após a edição do Decreto de Programação Financeira e, no decorrer do ano, vão sendo ajustados de forma a maximizar o atendimento às prioridades do Ministério, “vis a vis” a escassez dos recursos disponibilizados pela STN. (ver anexos – Gestão Financeira 9.1 e 9.2)

VI - Elaborar demonstrativo da programação financeira dos órgãos e entidades

vinculadas ao Ministério.

Para atender esta demanda, é feito um rigoroso controle dos recursos financeiros nas diversas fases, por exemplo:

- recursos que migram do exercício anterior (cota antecipada);
- liberação de recursos, no exercício, da STN a este Ministério;
- repasses e sub-repasses às unidades da Administração Direta e Indireta, respectivamente;
- apuração dos destaques recebidos e concedidos;
- apuração da execução dos restos a pagar, oriundos de destaques ocorridos no ano anterior.

Acompanhamento da Execução Financeira

O Regimento Interno do Ministério do Meio Ambiente, Portaria nº 251, de 09 de julho de 1999, atribui à Divisão de Acompanhamento da Execução Financeira as seguintes funções:

- Coordenar e supervisionar a execução e o acompanhamento das liberações de recursos financeiros de origem interna e externa dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;
- Coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à execução orçamentária e financeira relativa aos créditos e recursos consignados aos órgãos do Ministério; e
- Fornecer, no âmbito de atuação da Coordenação-Geral e em conformidade com as diretrizes definidas pela Secretaria Executiva, apoio técnico nas operações de crédito externas e internas efetuadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

Tais funções se realizam através das seguintes atividades:

I - Efetuar a liberação de recursos financeiros aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

A rotina de repasses e sub-repasses, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, consiste em as unidades, vinculadas ao Ministério, formalizarem suas necessidades, de recursos financeiros, através de Propostas de Programação Financeira - PPF, as quais, após serem consolidadas, são encaminhadas à COFIN/STN, através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, observando-se para o caso de recursos previstos no Anexo I da Portaria Interministerial nº 39, de 29 de março de 2005, os valores autorizados para pagamento relativos a dotações constantes da lei orçamentária para 2005 e aos restos a pagar de 2004.

II - Elaborar demonstrativos das liberações financeiras e da execução orçamentária e financeira.

Existem controles específicos, criados dentro da própria Divisão, para tal finalidade. Realiza-se na Divisão um acompanhamento minucioso da execução orçamentária e financeira do Ministério, além do acompanhamento da execução dos Restos a Pagar. (ver anexos – Gestão Financeira 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6). Mensalmente apura-se a execução financeira das Unidades, e conjugando-se este dado a outros fatores, tais como, saldo em caixa da unidade e o limite financeiro

dela até o mês, determina-se o quanto lhe será disponibilizado, a título de limite, no mês.

A apuração dos Restos a Pagar é apresentada de diversas formas, através de relatórios denominados “Consolidado por Fonte”, “Consolidado por Unidade” e “Consolidado por Programa de Trabalho”. Nesta Tomada de Contas Anual, foram anexados todos os relatórios de Restos a Pagar/2005 relacionados acima.

Este quadro detalha a evolução mensal do pagamento efetivo do Ministério, por Anexo. O mesmo se desdobra por unidade e anexo, complementando o trabalho e possibilitando visualizar o comportamento dos gastos efetivos e dos limites disponibilizados para cada Unidade Gestora, mensalmente.

III - Elaborar estudos e propor medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução financeira.

As rotinas de acompanhamento e avaliação da execução financeira são constantemente revistas e alteradas, quando se faz necessário. A preocupação quanto a um melhor acompanhamento da execução norteia permanentemente os trabalhos voltados a esse fim. Por exemplo, neste ano de 2005, a apuração do gasto efetivo passou a incluir os valores inscritos em restos a pagar processados e não-processados, oriundos de destaques realizados no exercício anterior, em atendimento ao Decreto de Programação Financeira e portarias que o regulamentam. (ver anexo – Gestão Financeira 9.5)

IV - Elaborar e manter séries históricas dos fluxos de caixa, com vistas a subsidiar decisões quanto ao repasse de recursos aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

As comparações entre períodos, além de subsidiar decisões, são importantes também como avaliação de desempenho e, nesse sentido, trabalhos estão sendo implementados pela Divisão. (ver anexos – Gestão Financeira 9.7, 9.8 e 9.9). Estas tabelas permitem visualizar a evolução da execução financeira do Ministério nos últimos 3 anos (2003-2005), bem como a execução por Unidade da Administração Direta e a Direta Consolidada. Demonstra que a execução financeira do Ministério é bastante significativa em relação aos limites autorizados. A execução foi, em média, 95% do limite.

Os gráficos apresentados nestes dois anexos traduzem os números apresentados nas tabelas do anexo 9.7, demonstrando o quão expressiva é a execução em relação aos limites autorizados.

V - Promover a conformidade diária e acompanhar, através do SIAFI, as contas representativas de gestão orçamentária e financeira, de modo a promover as regularizações.

Os lançamentos no SIAFI são inúmeros e alguns deles acabam gerando inconsistências (inversões de saldo nas contas, etc) não previstas por seus executores, para sanar tal problema são feitas, constantemente, gestões junto à STN, à Setorial Contábil e às unidades, além da conformidade diária realizada nesta Divisão.

VI - Acompanhar, confrontar e produzir relatórios gerenciais informativos da disponibilidade por fonte de recursos, dos desembolsos efetuados, das receitas arrecadadas e do saldo disponível.

São gerados diariamente, e em algumas ocasiões mais de uma vez por dia, relatórios com as disponibilidades por fonte de recursos de cada unidade, inclusive segregando por recursos externos, doações e fontes próprias. (ver anexo – Gestão Financeira 9.10). Esta informação é gerada diariamente, demonstrando o saldo que cada unidade possui em sua conta Limite de Saque com vinculação de pagamento. Esta posição (02.01.06) demonstra o saldo financeiro remanescente nas Unidades, isto é, o valor não pago em 2005, e que constituirá antecipação de cota em 2006.

VII - Orientar os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério sobre matérias inerentes à sua área de atuação.

Valemo-nos de recursos de comunicação hodiernos tais como e-mail, mensagem SIAFI, telefone, fax, comunicação verbal e, conforme as circunstâncias, dos procedimentos mais formais como “papers” e palestras, e ainda das correspondências oficiais, memorandos e ofícios.

Da Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios

O presente relatório tem por finalidade demonstrar as atividades realizadas pela Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios – DIAC, no decorrer do exercício de 2005.

Da composição – Recursos Humanos:

- 5(cinco) servidores públicos;
- 1(um) técnico contratado por empresa terceirizada; e
- 1(um) estagiário.

Da Competência:

Dentre as atribuições afetas à esta DIAC, enumeram-se as responsabilidades pelas Análises financeiras dos processos relativos aos convênios no âmbito deste Ministério das seguintes unidades gestoras : Gabinete da Ministra - GM, Secretaria Executiva - SECEX, Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II e Programa Nacional de Educação Ambiental - PNEA.

Diariamente, tramitam nesta Divisão processos de convênios para:

- Celebração de novos Convênios;
- Celebração de Termos Aditivos;
- Liberações de parcelas;
- Prestação de Contas Parcial e Final;
- Remanejamentos de Recursos/Reformulação e Alteração de Planos de Trabalhos;
- Vistorias *in loco* para acompanhamento da execução financeira e prestação de contas de convênios.;
- Inspeção *in loco* afim de verificar a existência física dos bens adquiridos com recursos de convênios;
- Atendimento às exigências solicitadas pelos Órgãos de Controle Interno da Secretaria Federal de Controle - SFC, do Tribunal de Contas da União – TCU, do Ministério Público União - MPU e outros.

Da base legal:

A análise quanto aos requisitos exigidos para celebração dos convênios e

conferência das prestações de contas obedece ao disposto na Instrução Normativa/STN nº 01/97, Lei nº 8.666/93, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2005, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais legislações pertinentes, sendo ainda analisado pela Assessoria de Controle Interno e pela Consultoria Jurídica, quanto aos documentos comprobatórios de capacidade jurídica, e pelas Áreas Técnicas, responsáveis pelo acompanhamento dos projetos, no que tange à capacidade técnica, execução física e atingimento dos objetivos do convênio.

Da análise e providências:

Quando do recebimento das prestações de contas, e estas consideradas corretas do ponto de vista financeiro e à vista do pronunciamento da unidade técnica, quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, elabora-se o parecer financeiro, que dá suporte ao Ordenador de Despesas, com vistas a sua aprovação.

Quando constatada inadimplência pela não apresentação da prestação de contas no prazo legal estipulado, ou ainda, após conferência dos relatórios exigidos pela IN/STN nº 01/97, em especial no Art. 28, o Conveniente é imediatamente notificado, sendo concedido o prazo previsto na legislação para sanar as irregularidades ou cumprir a obrigação determinada. Quando não cumprida a obrigação, e exauridas todas as possibilidades, o fato é comunicado ao Setor de Contabilidade Analítica para instauração da devida Tomada de Contas Especial, sendo incluído no Rol de Inadimplentes do SIAFI.

Em decorrência das análises foram elaborados Pareceres Financeiros, Notas Informativas, Despachos, Ofícios e Memorandos. No exercício de 2005 foram elaborados 214 Pareceres; 31 Notas Informativas; 47 Despachos; 11 Memorandos; ofícios às Entidades Convenientes, às Câmaras Legislativas, à SFC, ao TCU, ao MPU dentre outros.

Os trabalhos desenvolvidos por esta Divisão, conforme as competências à ela elencadas pelos Art. 40 e 41 do Regimento Interno deste ministério, abrange as tarefas para cujos desempenhos requerem dos servidores envolvidos no processo, avançado conhecimento da vasta legislação que rege a matéria, isto é, as normas que norteiam a execução orçamentária, de modo geral, em particular as regras específicas que normatizam a execução da despesa atinente a convênios e similares. Dentre as atribuições desta divisão estão o acompanhamento das prestações de contas, através da análise e controle dos processos de pagamentos. Essa análise compreende a verificação dos aspectos jurídicos em que são vazados os termos elaborados pelas Unidades Técnicas das Secretarias. O exame em comento consiste na verificação pormenorizada das peças e documentos quanto aos aspectos legais. Uma vez celebrado o convênio, o acompanhamento e controle dos respectivos processos são dados, desde a expedição de comunicação às diversas entidades/instituições envolvidas no processo (Prefeituras, Câmaras de Vereadores, por exemplo), até o controle no que tange à liberação de recursos. São tarefas também da Divisão a análise prévia de todos os pedidos de alterações de prazos, do plano de trabalho, bem como os dos termos aditivos dos convênios.

Da Setorial de Contabilidade

Com o advento o Decreto nº 3.666, de 16.02.2000, que extinguiu as Secretarias de Controle Internos nos Ministérios, a Contabilidade passou a ser de responsabilidade de cada Ministério, conforme a Medida Provisória nº 1.995-86, e suas reedições e o Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000 e alterações, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, e Ofício-Circular nº 10/SFC/CGU/PR, de 15/10/02.

Durante o exercício de 2005 a Setorial de Contabilidade trabalhou de maneira eficaz, pela manutenção, continuidade e melhoria de novas implementações no Sistema SIAFI, bem como daquelas já existentes, como por exemplo, a introdução dos convênios pelo Sistema SIASG, que se encontrava em fase de implementação.

Orientação Técnico - Contábil

Com o objetivo de manter e aprimorar o atendimento e a orientação técnico-contábil aos diversos usuários do SIAFI foram prestados atendimentos de acompanhamento, controle e consolidação da execução por meio de mensagens expedidas via COMUNICA – SIAFI, além do atendimento diretamente na Unidade e por telefone, sobre os procedimentos e as rotinas contábeis relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial, capacitando-os para que, ao utilizar os meios adequados, contas e eventos, registrassem adequadamente os fenômenos contábeis da administração pública federal.

Metas CCONT/STN

A partir do ano de 1995, foi implantado por parte do órgão central o processo de avaliação das atividades das Setoriais de Contabilidade, buscando garantir a qualidade das informações contábeis da União, pelo fortalecimento do acompanhamento a cargo dessas unidades. Essa avaliação é baseada em metas estabelecidas em portaria da STN, a saber:

- Dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Usuários SIAFI, com o envolvimento dos diversos órgãos que utilizam o Sistema e sob a supervisão da STN/COSIS, visando o aprimoramento do Programa de Capacitação de Usuários SIAFI, que inclui desde a implementação de melhorias no Centro de Treinamento Virtual do SIAFI – CTVS até a proposição, elaboração e evolução de cursos a serem nele disponibilizados;

- Promover a compatibilização mensal dos atos normativos de autorização orçamentária publicados e os respectivos registros no SIAFI e manter a consistência dos dados dos Balanços, Balancetes e demais demonstrações contábeis dos Órgãos que compõem a administração direta e indireta vinculadas às respectivas Setoriais de Contabilidade, observando o fechamento de cada mês;

- Promover a análise e acompanhamento mensal no SIAFI das informações da Dívida Ativa da União e realizar ações junto ao Órgão ou entidade vinculado ou supervisionado visando a compatibilização dos saldos;

- Encaminhar à CCONT/STN, até o dia 31/12/2005, proposta contendo no mínimo as duas principais metas relativas às atividades internas da Setorial de Contabilidade.

Atividades Específicas

Conseqüentemente, e, em harmonia com as normas retromencionadas, a SPOA/SECEX/MMA, através de sua Setorial de Contabilidade - UG 440003/00001, passou a controlar e orientar às unidades gestoras abaixo, no âmbito da ADMINISTRAÇÃO DIRETA, a saber:

44000 – MMA	44801 - SPOA	44204 - FNMA
--------------------	---------------------	---------------------

440005/00001	440001/00001	443022/00001
440007/00001	440002/00001	443023/44206
440031/00001		443024/44206
440043/00001		
440044/00001		
440045/00001		
440046/00001		
440047/00001		
440048/00001		
440049/00001		
440050/00001		
440051/00001		
440052/00001		
440053/00001		
440054/00001		
440055/00001		
440056/00001		
440057/00001		
440060/00001		

Ademais, e, em consonância com às normas pertinentes a matéria são atribuições, ainda, da SECON/SPOA/SECEX/MMA, as seguintes:

NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- realizar conformidade contábil das unidades gestoras e dos órgãos acima nominados;
- analisar o balanço, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades;
- acompanhar os registros contábeis da execução de convênios e similares;
- analisar e orientar às UG's das inconsistências contábeis (CONINCONS);
- analisar e orientar as UG's para regularização das Contas Irregulares (CONCONTIR);
- alterar vigência de convênios, conforme solicitação das UG's (Adm. Direta);
- emissão de Relatório do Tomador das Contas referente processo de Tomada de Contas Especial;
- verificação da conformidade diária e documental;
- registros contábeis nas unidades (NL's, NSSALDO, EXECCONV, ATUCONV)

acertos contábeis, inscrição em Diversos Responsáveis;

- visitação “in loco” nas unidades da Administração Direta, com o intuito de orientação contábil, verificação da conformidade documental executado no exercício;

- divulgação do SIAFI - Século XXI, Gerencial, módulo CPR e implantação da GRU;

- cadastramento de usuários de Senha Rede, SIAFI/Gerencial e Educacional; e

- Utilização do **SISTEMA CONSIAFI**, quanto: atualização das contas contábeis; extração da execução financeira e orçamentária/MMA; transferência e importação das execuções financeira e orçamentária diária do MMA; e consultas e elaboração de relatórios mensais;

- acompanhar e orientar às Unidades Gestoras - Administração Direta, no que tange ao encerramento do exercício, dentre outras.

- emissões de Ofícios, Ofícios-Circulares, Memorando, Memorando-Circular, mensagens/SIAFI, Nota Técnica, em atendimento às diligências formuladas pelo TCU, SFC/MF, Análises Contábeis, Unidades Gestoras deste Ministério, IN's e outros.

NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Abrange os seguintes órgãos/atribuições:

- **20701/19211** - IBAMA (54 Unidades Gestoras - executoras);

- **20605/19801** - CODEBAR (01 Unidade Gestora);

- **44205/44205** - Agência Nacional das Águas (03 unidades gestoras);

- **44206/44206** - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro/IPJBRJ (02 Unidades Gestoras). Foram realizadas as seguintes atividades no sistema:

- registro de conformidade contábil de órgão superior;

- acompanhamento da Conformidade Diária e Documental;

- analisar e orientar as UG's das inconsistências contábeis (CONINCONS);

- analisar e orientar as UG's para regularização das Contas Irregulares (CONCONTIR);

- análise de balanço, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades; e

- orientação contábil.

- Tendo em vista que o Órgão 44206 - Unidade Gestora/Gestões - 443019/44206 e 443020/44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, **não possui contador, estamos respondendo pela Setorial Contábil do Órgão e das Unidades Gestoras.**

Atividade Gerais Desenvolvidas até 31.12.05 (nas Administrações direta e indireta):

- Instauração de **86 (oitenta e seis)** Tomada de Contas Especial, com previsão de retorno aos cofres públicos, de **R\$56.890.028,96**, a seguir demonstradas:

CONVENENTE / BENEFICIÁRIO	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL					UG	PREVISÃO DE RETORNO P/UNIÃO (R\$)
	Processo (Origem)	Convênio nº	SIAFI nº	Processo (TCE)	TCE nº		
PM de Araguaã/MA	02000.003101/00-76	054/00	392525	02000.004007/04-68	001	SRH	206.427,76
Associação dos Moradores do Povoado Três Lagoas - Buriti Bravo/MA	02000.004173/00-31	179/00	405670	02000.000025/05-51	002	SRH	79.417,69
PM de Cruzeiro do Sul/AC	02000.001660/97-30	329/97	340069	02000.003976/04-00	003	SRH	332.800,45
PM de Vitorino Freire/MA	02000.001818/01-64	067/01	425217	02000.000041/05-44	004	SRH	269.402,40
PM de Presidente Vargas/MA	02000.001902/01-88	095/01	428777	02000.000011/05-38	005	SRH	22.295,20
PM de Bom Lugar/MA	02000.001813/01-31	036/01	422639	02000.000032/05-53	006	SRH	61.628,01
PM de Bom Lugar/MA	02000.007909/01-11	142/01	430474	02000.000029/05-30	007	SRH	32.398,33
PM de Bom Lugar/MA	02000.001141/01-64	020/01	416788	02000.000031/05-17	008	SRH	26.574,38
PM de Laranjal do Jari/AP	02000.005299/00-22	188/00	410197	02000.000047/05-11	009	SRH	205.903,80
PM de Choró/CE	02000.002555/98-71	186/98	364161	02000.000071/05-51	010	SRH	59.244,12
PM de Cajari/MA	02000.003049/00-58	066/00	393004	02000.000070/05-14	011	SRH	628.680,93
PM de Lagoa do Mato/MA	02000.006368/00-15	047/01	423690	02000.000087/05-63	012	SRH	347.531,53
PM de Barreirinhas/MA	02000.003824/00-75	089/01	428760	02000.000106/05-51	013	SRH	180.323,70
PM de São João do Cariri/PB	02000.001661/97-01	217/97	340281	02000.000108/05-41	014	SRH	95.642,00
PM de Palmeirândia/MA	02000.002245/98-84	323/98	364814	02000.000136/05-68	015	SRH	202.081,74
PM de Penalva/MA	02000.006515/00-57	065/01	425284	02000.000081/05-96	016	SRH	1.390.780,62
PM de Palmeirândia/MA (**)	02000.001486/97-34	215/97	337012	02000.000257/05-18	**092 /2003	SRH	576.368,58
Instituto Domo de Tecnologias Sustentáveis/DF	02000.002589/02-86	080/02	463597	02000.000226/05-59	017	SCA	104.309,85
PM de Gararu/SE	02000.009803/01-44	156/01	433310	02000.000256/05-65	018	SPOA	123.387,33
PM de Turiaçu/MA	02000.003077/00-75	070/00	393005	02000.000104/05-62	019	SRH	384.422,78
COOPERTRAN/PA	02000.002035/02-89	082/02	467603	02000.000148/05-92	020	SCA	62.344,80
PM Presidente Figueiredo/MA	02000.000369/02-18	034/02	454991	02000.000291/05-84	021	SCA	768.729,00
Associação Ambientalista de Guarapari/ES	02000.001847/01-26	057/02	454713	02000.000299/05-41	022	SPOA	260.849,82
PM de Palmeirândia/MA	02000.002048/01-77	072/01	425238	02000.000551/05-11	023	SRH	277.317,90
PM de Zé Doca/MA	02000.002682/03-71	086/00	-	02000.000412/05-98	024	SCA	166.747,26
PM de Uruana/GO	02000.009371/01-71	131/01	432801	02000.000472/05-19	025	SQA	362.921,50
PM de Alto Alegre/MA	02000.009368/01-58	112/01	430353	02000.000409/05-74	026	SQA	540.232,80
PM de Santa Luzia/MA	02000.009085/01-14	071/01	429985	02000.000528/05-27	027	SQA	776.490,12
PM de Morro do Pilar/MG	02000.007261/00-94	172/00	403647	02000.000427/05-56	028	SRH	432.510,00
PM de Pedra Branca do Amapari/AP	02000.000753/01-30	058/01	429760	02000.000496/05-60	029	SCA	554.635,80
PM de Ji-Paraná/PR	02000.001913/01-68	035/01	423121	02000.000715/05-19	030	SCA	1.142.736,00
PM de Olinda Nova do Maranhão/MA	02000.001901/01-33	078/01	426989	02000.000577/05-60	031	SRH	83.955,28
PM de Borrazópolis/PR (**)	02000.001835/01-00	103/01	431854	02000.000673/05-16	032	SQA	-
PM de Aurora do Tocantins/TO	02000.001570/01-31	159/01	433312	02000.000481/05-00	033	SPOA	178.119,00
PM de Jutai/AM	02000.009787/01-90	048/02	454993	02000.000723/05-57	034	SCA	779.161,80
PM de Carolina/MA	02000.003552/00-11	080/00	408527	02000.000803/05-11	035	SPOA	312.779,25
PM de Torres/RS	02000.008724/01-16	029/01	427427	02000.000772/05-90	036	SQA	1.109.271,60

FBCN/RJ	06000.005198/94-11	024/94	109294	02000.000889/05-73	037	SRH	3.328.189,92
PM de Santana/AP	02000.001157/02-58	103/02	477900	02000.000987/05-19	038	SCA	1.055.958,40
PM de Nova Olinda do Norte/AM	02000.006427/00-55	145/00	406123	02000.001094/05-82	039	SQA	365.696,93
PM de Bacabeira/MA	02000.001259/00-10	151/00	415313	02000.001180/05-95	040	SRH	191.249,86
PM de Grajaú/MA	02000.009601/01-01	141/01	432813	02000.001218/05-20	041	SQA	999.096,05
PM de Vera Cruz/SP	02000.003412/00-35	055/00	393651	02000.001115/05-60	042	SQA	327.278,48
PM de Laranjal do Jari/AP	02000.009614/01-71	071/01	451319	02000.001508/05-73	043	SCA	749.265,60
PM de Pedreiras/MA	02000.009084/01-61	109/01	430354	02000.001686/05-02	044	SQA	578.494,80
PM de Vitorino Freire/MA	02000.001782/01-19	069/01	425273	02000.001976/05-48	045	SRH	385.663,20
PM de Laranjal do Jari/AP	02000.001365/01-76	049/01	425394	02000.002086/05-53	046	SDS	373.609,80
PM de Minaçu/GO	02000.005953/99-11	059/00	392986	02000.002035/05-21	047	SRH	1.021.428,72
PM de São João da Baliza/RR	02000.009596/01-28	151/01	431905	02000.002289/05-40	048	SQA	520.701,20
PM de Tuntum/MA	02000.001893/01-25	053/01	424766	02000.002164/05-10	049	SRH	116.557,05
PM de Paço do Lumiar/MA	02000.008132/01-02	124/01	430131	02000.002404/05-86	050	SRH	390.301,20
PM de Santa Cruz dos Milagres/PI	02000.002006/98-33	619/98	369308	02000.002506/05-00	051	SRH	213.185,12
PM de Tutóia/MA	02000.008298/01-11	040/01	427273	02000.002551/05-56	052	SQA	292.725,90
PM de Santana do Ipanema/AL	02000.008099/01-11	100/01	429870	02000.002704/05-65	053	SQA	785.928,00
PM de Sento Sé/BA	02000.008324/01-19	154/01	431894	02000.002571/05-27	054	SQA	478.747,06
PM de Aracati/CE	02000.008544/01-34	055/01	431926	02000.001784/05-31	055	SQA	957.460,50
PM de Guarantã do Norte/MT	02000.000918/00-92	025/00	391608	02000.002936/05-13	056	FNMA	163.420,01
PM de Nova Olinda do Maranhão/MA	02000.003096/05-14	052/01	425277	02000.002081/01-05	057	SRH	184.693,08
PM de Limoeiro do Norte/CE	02000.001866/00-71	053/01	424847	02000.003102/05-25	058	FNMA	555.334,60
PM de Angical/BA	02000.003857/98-76	634/98	368788	02000.003193/05-07	059	SRH	216.270,32
PM de Rolim de Moura/RO	02000.006596/00-95	155/00	406335	02000.003141/05-22	060	SQA	640.696,33
FUNPAR/PR	02000.005585/99-20	026/99	377094	02000.003310/05-24	061	SRH	1.143.073,69 782.839,20
PM de Santana/AP	02000.009117/01-73	116/01	429817	02000.003264/05-63	062	SQA	2.781.999,00
PM de Simões/PI	02000.003855/00-26	117/00	393224	02000.003395/05-41	063	SRH	251.407,00
PM de Barra do Corda/MA	02000.000747/02-63	032/02	456433	02000.003479/05-84	064	SQA	108.718,20
PM de Satubinha/MA	02000.007318/00-55	012/01	416580	02000.003562/05-53	065	SRH	200.439,87
PM de Valparaíso de Goiás/GO	02000.006012/00-81	015/01	416578	02000.003683/05-03	066	SRH	284.052,69
PM de Palmeirândia/MA	02000.002137/98-10	515/98	367860	02000.003752/05-71	067	SRH	438.037,01
PM de Cuiabá/MT	02000.000993/96-14	079/96	310699	02000.003846/05-40	068	SRH	3.710.781,08 12.070.760,84
PM de Bacabeira/MA	02000.005712/99-45	031/99	377125	02000.003884/05-01	069	SRH	274.203,75
PM de Maranhãozinho/MA	02000.004018/97-11	352/97	340102	02000.004046/05-46	070	SRH	313.376,40
PM de Santana do Ipanema/AL	02000.003709/98-89	311/98	366143	02000.004097/05-78	071	SRH	1.194.129,02
PM de Barreirinhas/MA	02000.003826/00-64	108/01	430053	02000.004147/05-17	072	SRH	217.212,78
PM de Tuntum/MA	02000.005706/99-42	020/99	377261	02000.004328/05-43	073	SRH	246.783,38
PM de São José da Serra/PI	02000.001236/97-77	534/97	340903	02000.004411/05-12	074	SRH	237.109,90
PM de Rosário/MA	02000.008159/01-97	109/01	430481	02000.004511/05-49	075	SRH	202.137,00
PM de Borrazópolis/PR (**)	02000.001835/01-00	103/01	431854	02000.000673/05-16	(**) 032	SQA	133.013,13
PM de Pariquera-Açu/SP	02000.003649/98-59	520/98	367970	02000.004726/05-60	076	SRH	200.458,80
PM de Presidente Dutra/MA	02000.001320/01-00	087/01	428775	02000.004788/05-71	077	SRH	1.010.426,26
PM de Timom/MA	02000.001640/01-51	138/01	430491	02000.004826/05-96	078	SRH	82.840,32
PM de Tutóia/MA	02000.002118/01-97	076/01	425211	02000.005098/05-30	079	SRH	305.647,97
PM de Bom Lugar/MA	02000.001137/01-04	019/01	416784	02000.005106/05-48	080	SRH	111.066,26
PM de Olinda Nova do	02000.001912/01-13	079/01	427007	02000.005215/05-65	081	SRH	102.894,20

Maranhão/MA							
PM de Poxoréo/MT	02000.004225/97-67	459/97	340754	02000.005353/05-44	082	SRH	127.035,48
Associação de Produção e Cultura Indígena Yakino (ONG)/AM	02000.000538/03-09	007/03	484251	02000.005439/05-77	083	SDS	112.750,72
Associação dos Moradores da Reserva Chico Mendes – AMOREB/AC	02000.001172/01-15	023/01	420118	02000.005438/05-22	084	SCA/SDS	200.632,82
PM de Barra de São Francisco/ES	02000.001889/00-86	043/00	392363	02000.005562/05-98	085	FNMA	29.009,35
PM de Cuiabá/MT	02000.001124/97-43	026/97	326551	02000.005731/05-90	086	SRH	2.256.219,98
TOTAL 2005 (ATÉ 31.12.2005)							56.890.028,96

(*) PM = Prefeitura Municipal

(**) Complementação de TCE já Instaurada

- Elaboração e divulgação de expedientes (Ofícios, Ofícios Circulares, Memorandos, Mem. Circulares, Notas (Técnicas, Informativas e Explicativas), Mensagens - SIAFI), com vistas a divulgação e/ou comunicação de providências relacionadas aos assuntos no âmbito da Setorial de Contabilidade junto ao TCU, SFCI e demais instâncias pertinentes;

- Emissão de relatórios de análise de balancete, visando corrigir eventuais distorções praticadas quando da execução orçamentária e financeira da despesa;

- Registro de conformidades contábeis. Trata-se de providência de responsabilidade desta Setorial que consiste em validar atos relativos a execução orçamentária e financeira do Órgão, apontando ou não restrições quanto à correta execução.

As atividades exercidas pela Setorial Contábil estão previstas no art. 4º, inciso III e § Único do Decreto nº 4.755, de 20 de junho de 2003 que aprovou a estrutura regimental do MMA. Com suporte legal nesse Decreto denominou-se de Setorial de Contabilidade o setor localizado na CGFI/SPOA/SECEX, responsável pelas atividades contábeis constantes deste relatório, entretanto a formalização e detalhamento das competências da Setorial Contábil serão especificadas no Regimento Interno deste Ministério, em fase de apreciação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.6.5

CGPO/SPOA/SECEX

2.6.5 Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento

A Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento é parte integrante da Estrutura da SPOA, cujas importâncias estão definidas no art. 42 Capítulo III da Portaria nº 252/99.

Gestão Orçamentária:

Relatório Analítico

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Evolução do Orçamento de 2005

Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 e créditos adicionais

Para o exercício de 2005, o MMA teve estimadas as suas despesas pelo valor total de R\$ 2.136.908.512,00, conforme consta da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 (LOA 2005).

Ocorre que parcela significativa do montante autorizado para este Órgão era custeado por fonte condicionada à aprovação de projeto de lei de desvinculação de receita que ainda tramitava no Congresso Nacional. Tratava-se da fonte 985 – Desvinculação Parcial de Recursos de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural. Resultou disso que, conforme determinação do art. 96, § 3º da Lei nº 10.934, de 11.08.2004 (LDO 2005), não tendo sido aprovado o projeto de lei relativo à desvinculação da fonte até 28 de fevereiro de 2005, as dotações custeadas por tais recursos, no valor de R\$ 78.929.864,00, foram canceladas pelo Decreto s/n de 30.03.2005. Apenas as ações relacionadas aos benefícios constitucionalmente obrigatórios tiveram mantidas suas autorizações para despesas, no valor total de R\$8.066.900,00, por meio de troca de fontes efetuada pela Portaria MP nº 65, de 30.03.2005.

Sobre o cancelamento das dotações de que se trata, é importante registrar que, segundo determinação do §1º do mesmo art. 96 da LDO 2005, “é vedada a utilização de receitas condicionadas ao financiamento de despesas com pagamento de pessoal e benefícios previdenciários, exceto quando vinculadas ao atendimento dessas despesas”. No entanto, resultante de emendas do Congresso Nacional, parte das dotações para pagamento do pessoal do MMA, no valor de R\$ 6.502.732,00, passou a ser custeada pela mesma fonte condicionada supracitada, quando da aprovação da LOA 2005, tendo sido, também, canceladas pelo Decreto de 30.03.2005.

Para um orçamento custeado em grande parte por fontes vinculadas, a perda de R\$ 78,9 milhões constituiu um enorme problema. O mais premente e imediato foi o quase esgotamento da ação “18.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade” da Administração Direta (UO: 44101), cujas despesas para “Outros Custeios e Capital - OCC” foram reduzidas, repentinamente, de R\$ 26.110.588,00 para R\$ 3.756.804,00. Em menores escalas, foram também afetadas as dotações para manutenção do IBAMA e para o pagamento de pessoal temporário, contratado segundo as normas do Decreto nº 4.748, de 16.06.2003, e classificado como OCC.

Diante disso, e para a redução dos problemas mais imediatos, foi editada a Medida Provisória nº 247, de 15.04.2005, transformada na Lei nº 11.165, de 18.08.2005, abrindo crédito extraordinário em favor do MMA, no valor de R\$ 47.603.053,00, à conta de fonte 300 (Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores), recompondo parcialmente o corte anteriormente realizado.

Mais tarde, em 19.09.2005, por meio de Decreto, que abriu crédito suplementar em favor do MMA, outros R\$ 6.238.498,00 retornaram ao MMA, à conta de fonte 100 (Recursos do Tesouro).

A recomposição integral do cancelamento das dotações de que se trata só se encerrou em 23.12.2005, com a publicação da Lei nº 11.245, que abriu crédito suplementar em favor do MMA, no valor de R\$ 17.301.470,00, à conta de fonte 300 (Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores).

No início de 2005, em 25 de fevereiro, por intermédio de Decreto s/n, foi reaberto crédito especial, em favor do MMA, no valor total de R\$ 615.000,00, referente à ação “18.542.1349.6635.0001 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis – Nacional.”

Outro fator relevante na composição do orçamento do MMA, particularmente da Agência Nacional de Águas – ANA, no exercício de 2005, foi a participação no Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal – PPI, com a ação “18.544.1047.3028.0001 – Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido”, no valor total final de R\$ 14.104.694,00. A esse respeito, registre-se a Portaria SOF nº 1, de 10.02.2005, que alterou o enquadramento da referida ação, a qual passou a ser computada como Resultado Primário 3 (Despesas Primárias que não impactam o Resultado Primário), recebendo tratamento diferenciado em sua execução, inclusive no tocante a limites para movimentação e empenho.

Quanto ao orçamento como um todo, ao longo do ano foram sendo identificadas deficiências pontuais, algumas delas já previsíveis e reincidentes, como o histórico subdimensionamento das despesas de manutenção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Em decorrência, esta CGPO, juntamente com as áreas finalísticas afetadas, providenciou o encaminhamento de alguns pedidos de créditos adicionais à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP. Como resultado, o MMA encerrou o exercício com orçamento aprovado de R\$ 2.244.690.389,00, com acréscimo de R\$ 107.781.877,00 em relação ao volume autorizado na Lei nº 11.100/2005.

Merece destaque o fato de que, no contexto em que decorreu o ano de 2005, incrementos orçamentários reais, especialmente para as despesas que afetam o Resultado Primário, só aconteceram em situações muito particulares, em que a necessidade de reforço de dotações configurava instrumento imprescindível para o desempenho das funções dos Órgãos. Assim, os 8,1% de crescimento das dotações (R\$ 51.012,3 mil), observados para “Outras Despesas Correntes e de Capital”, só aconteceram em razão de real e indiscutível necessidade de reforço das mesmas. Tratam-se, na verdade, de créditos concedidos, em sua maior parte ao IBAMA, para cobertura de despesas com manutenção e com pagamento de benefícios, créditos esses autorizados em grande parte já nos últimos dias do mês de dezembro, e utilizados largamente para a cobertura de compromissos já vencidos na ocasião da aprovação do crédito.

Os quadros mostrados, em seqüência, dão uma idéia da evolução do orçamento de 2005. Exibem a variação desde a dotação inicial conferida pela LOA 2005 (Lei 11.100/05) até a dotação ao final do exercício, a partir da aprovação dos créditos adicionais, concentrados em volumes numérico, orçamentário e financeiro. Permitem, ainda, observar as variações das dotações pelas unidades orçamentárias - Direta, IBAMA, ANA, JBRJ, FNMA e CODEBAR, e pelos grupos Pessoal/Dívida e OCC, por unidades. Apresentam, também, um histórico evolutivo dos créditos

adicionais em 2005 para o MMA, por tipo, distribuído pelas suas referidas unidades, detalhando os seus valores de suplementação e cancelamento, seus objetivos-alvo, e por fim, a legislação que lhes conferiu eficácia.

Sobre a Execução Orçamentária - 2005

Conforme já relatado anteriormente, como unidade integrante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a CGPO tem por atribuição, entre outras, apoiar as unidades do MMA no que se refere à execução orçamentária, atuando na operacionalização das despesas das unidades gestoras não executoras (através da descentralização de dotações para empenho), no acompanhamento e avaliação da execução, na geração de informações que dêem sustentação ao gerenciamento do orçamento do Ministério. Nesse sentido, é importante ressaltar o que se segue.

A execução orçamentária de 2005 foi conduzida com base na legislação vigente, particularmente de acordo com as orientações contidas na Lei nº 10.934, de 11.08.2004 (LDO 2005) e no Decreto nº 5.379, de 25.02.2005 e suas alterações (Contingenciamento).

É importante lembrar a série de acontecimentos que afetou o desempenho orçamentário, valendo citar:

- **a publicação da Lei nº 11.100 no dia 26.01.2005**, resultando disso que, durante o mês de janeiro, a execução orçamentária ficou restrita ao pagamento das despesas relacionadas no Anexo V da LDO 2005, sob o título “Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000” (no caso do MMA: pagamento de pessoal, dívida, sentenças transitadas em julgado, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, despesas custeadas por fonte 116 - Recursos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos);

- **a edição do Decreto nº 5.356, de 27.01.2005**, que liberou até 12% das dotações para “3-Outras Despesas Correntes” e até 8% das dotações para “4-Investimentos” e “5-Inversões Financeiras”, estabelecendo, por outro lado, em seu art. 2º, a necessidade de priorização do empenho anual de uma série de gastos, como combustíveis e lubrificantes, contratação temporária, locação de imóveis, etc. Diante do montante disponibilizado para empenho e da dimensão das despesas listadas, e considerando, ainda, que as dotações custeadas por fonte 985 (condicionada) encontravam-se bloqueadas, a execução orçamentária permaneceu comprometida, limitando-se às despesas mencionadas no item anterior e, na medida do possível, à priorização daquelas indicadas pelo Decreto;

- **a edição do Decreto nº 5.379, de 25.02.2005**, este estabelecendo os limites para movimentação e empenho, porém em termos globais, cabendo ao MMA o valor anual de R\$ 392.900,0 mil. Esse documento legal não trouxe, efetivamente, a possibilidade de execução dos limites autorizados. O Decreto estabeleceu, também, outras regras para a execução orçamentária e financeira, determinando, ainda, cronograma trimestral para a liberação dos limites para movimentação e empenho;

- **a edição da Portaria Interministerial MP/MF nº 51, de 11.03.2005**, que detalhou os valores autorizados para movimentação e empenho pelo Decreto nº 5.379/2005, permitindo, portanto, a operacionalização dos mesmos e regularizando as condições para a execução orçamentária da programação sujeita ao processo de contingenciamento;

- o já mencionado cancelamento de dotações à conta da fonte 985 (condicionada) e

as conseqüências decorrentes, também já mencionadas;

- o estabelecimento de metodologia diferenciada para a liberação das dotações referentes às ações contidas no Projeto Piloto de Investimentos do Governo Federal – PPI, que, no caso do MMA, era inicialmente de R\$ 18.700,0 mil, tendo encerrado o ano com um total de R\$ 14.105,0 mil, referentes a parte das despesas autorizadas para a ação “ 18.544.1047.3028.0001 – Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido”, do orçamento da Agência Nacional de Águas – ANA; e

- a introdução de nova ação, destinada ao pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, com metodologia própria de execução.

Esses foram, de um modo geral, os principais fatos que afetaram o resultado final da execução orçamentária de 2005. Importa, ainda, registrar que o MMA encerrou o exercício com limites autorizados para movimentação e empenho, no valor total de R\$ 499.211,0 mil, dos quais empenhou R\$ 495.729,1 mil (99,3%).

Sobre esse resultado, importa frisar que ele reflete uma situação de real necessidade de limites adicionais por parte do Ministério, que, até o final de novembro, contava com limites de R\$ 459.304,7 mil. No mês de dezembro, ocorreu ampliação de R\$ 39.906,3 mil, por meio dos seguintes instrumentos legais:

Portaria Interministerial MP/MF nº 383, de 21.12.2005 (DOU de 21.12.2005): ampliação dos limites para movimentação e empenho, no valor de R\$ 13.400,0 mil, sendo R\$ 4.437,0 mil em despesas correntes do Anexo I (Grupo CA) e R\$ 8.963,0 mil em investimento do Anexo I (Grupo IA);

Portaria Interministerial MP/MF nº 400, de 26.12.2005 (DOU de 27.12.2005): ampliação dos limites para movimentação e empenho, no valor de R\$ 5.000,0 mil, em despesas correntes do Anexo I (Grupo CA); e

Decreto nº 5.654 e Portarias Interministeriais MP/MF nºs 410 e 411, todos de 29.12.2005 (DOU de 29.12.2005 – Edição Extra): Esse Decreto permitiu a prorrogação do prazo para empenho para o dia 31.12.2005 e consolidou os limites finais para movimentação e empenho do MMA, fechando o valor do ano em R\$ 499.211,0 mil. Já a Portaria nº 410/05 supracitada, tornou sem efeito o detalhamento por anexo e grupo de despesa, que havia sido instituído pela Portaria Interministerial MP/MF nº 51/2005.

O quadro a seguir apresenta, sucintamente, a execução orçamentária das despesas contidas nos limites para movimentação e empenho do MMA, detalhando as mesmas por unidade. Registre-se que os limites ora tratados englobam, além das despesas efetivamente contingenciadas e aquelas referentes à programação enquadrada no PPI, as dotações relativas aos auxílios transporte e alimentação e as programações custeadas pela fonte 116, todas elas elencadas no Anexo V da LDO como despesas não sujeitas à limitação de empenho.

É importante frisar que as informações contidas no quadro espelham, de fato, a execução orçamentária de todo o exercício de 2005. Observe-se, no entanto, que o processo de avaliação interna das unidades do Órgão fica prejudicado, em decorrência da metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamento Federal a respeito dos limites para movimentação e empenho.

Ocorre que, de acordo com o art. 17 do Decreto nº 5.379, de 25.02.2005, “os Órgãos

e unidades orçamentárias do Poder Executivo... somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 23 de dezembro de 2005”.

Diante disso, logo após o fechamento da execução do dia 23.12.2005, todo o saldo de limite não empenhado foi retirado do MMA. Assim, os limites disponíveis passaram a coincidir com o valor empenhado, que era de R\$ 475.869 mil.

Na semana seguinte, mais precisamente no dia 28.12.2005, o Ministério recebeu limites adicionais, no valor de R\$ 23.342 mil, concedidos principalmente para permitir a execução de créditos suplementares autorizados nos últimos dias de dezembro, particularmente o decorrente da Lei nº 11.244, de 23.12.2005, que reforçou dotações para despesas com manutenção do IBAMA. A situação final da execução é, portanto, a seguinte, com limites para movimentação e empenho no valor total de R\$ 499.211 mil, conforme Decreto nº 5.654/2005, anteriormente mencionado:

Em R\$ 1,00								
UNIDADES	LEI nº 11.100	INDISPONIBI-	DEC nº 5.379	%	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%
	DE 25.01.05	LIZADO	DE 25.02.05					
	(A)	(B)	(C)	(D=C/A)	(E)	(F=E/C)	(G)	(H=G/C)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	216.041,1	71.794,4	144.246,7	66,8	144.246,7	100,0	144.246,5	100,0
SPOA	28.361,5	919,2	27.442,3	96,8	27.442,3	100,0	27.442,3	100,0
SCA	1.664,5	332,7	1.331,9	80,0	1.331,9	100,0	1.331,9	100,0
SBF	41.664,3	7.304,3	34.360,0	82,5	34.360,0	100,0	34.359,9	100,0
SQA	28.680,1	16.617,2	12.063,0	42,1	12.063,0	100,0	12.063,0	100,0
SECEX	66.514,1	25.917,9	40.596,1	61,0	40.596,1	100,0	40.596,1	100,0
SDS	29.269,4	14.117,5	15.151,9	51,8	15.151,9	100,0	15.151,9	100,0
SRH	14.156,8	4.374,8	9.782,0	69,1	9.782,0	100,0	9.782,0	100,0
GM	5.730,4	2.210,8	3.519,6	61,4	3.519,6	100,0	3.519,6	100,0
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	467.962,1	116.479,6	351.482,5	75,1	351.482,5	100,0	351.475,6	100,0
IBAMA	294.203,1	42.866,2	251.336,9	85,4	251.336,9	100,0	251.336,9	100,0
CODEBAR	768,3	9,5	758,9	98,8	758,9	100,0	758,9	100,0
ANA	121.787,4	44.785,9	77.001,5	63,2	77.001,5	100,0	77.001,5	100,0
JBRJ	7.460,2	1.245,3	6.214,9	83,3	6.214,9	100,0	6.214,9	100,0
FNMA	43.743,0	27.572,7	16.170,3	37,0	16.170,3	100,0	16.163,4	100,0
LIMITE NÃO UTILIZADO			3.481,9					
TOTAL	684.003,2	184.792,2	499.211,0	73,0	495.729,1	99,3	495.722,1	99,3

Com relação à execução orçamentária como um todo, incluídas as despesas com pessoal, sentenças judiciais, dívida, dotações custeadas por doações e Reserva de Contingência, observa-se, de acordo com os parâmetros adotados no presente relatório, que o percentual de execução final fica em apenas 55,8%.

A esse respeito, é importante lembrar que, mesmo que o MMA tivesse executado todo o valor autorizado para as suas despesas de 2005 pela Lei nº 11.100/2005, ainda assim não alcançaria a execução plena de seu orçamento, visto que este estava onerado por uma Reserva de Contingência, de R\$ 697.639,7 mil, equivalendo a 31,1% do total. O quadro a seguir apresenta as diversas avaliações possíveis da execução final, sendo que esta CGPO considera que o resultado real a ser considerado é o da última coluna, em que se expurga o valor da Reserva de Contingência e se toma como referência a efetiva disponibilidade para execução. Assim, o Ministério encerra o

exercício com uma execução orçamentária de 84,4% do montante autorizado para execução, conforme a seguir:

CONTINGENCIAMENTO	LEI + CRÉDITOS (COM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) A	LEI + CRÉDITOS (SEM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) B	DISPONÍVEL P/ EMPENHO (COM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) C	DISPONÍVEL P/ EMPENHO (SEM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) D	VALOR EMPENHADO E	EM R\$ MIL % DE EXECUÇÃO			
						E/A	E/B	E/C	E/D
						NÃO CONTIDO NO DECRETO	1.560.687	863.048	1.560.687
CONTIDO NO DECRETO	684.003	684.003	499.211	499.211	495.729	72,47	72,47	99,30	99,30
TOTAL	2.244.690	1.547.051	2.059.898	1.362.259	1.148.998	51,19	74,27	55,78	84,35

É preciso abordar, também, uma questão realmente “*sui generis*”, no tocante aos registros de execução obtidos do SIAFI. Note-se que, se considerados os valores de empenho liquidado, estes vão se mostrar superiores aos valores empenhados, afetando positivamente o resultado final do MMA. A situação deriva da metodologia de execução utilizada, no exercício, para a ação “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais”. Assim, considerando os valores liquidados e de acordo com o parâmetro das disponibilidades expurgadas da Reserva de Contingência, o desempenho do MMA passa a ser de 90,28%, conforme mostrado a seguir:

CONTINGENCIAMENTO	LEI + CRÉDITOS (COM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) A	LEI + CRÉDITOS (SEM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) B	DISPONÍVEL P/ EMPENHO (COM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) C	DISPONÍVEL P/ EMPENHO (SEM RESERVA DE CONTINGÊNCIA) D	VALOR LIQUIDADO E	EM R\$ MIL % DE EXECUÇÃO			
						E/A	E/B	E/C	E/D
						NÃO CONTIDO NO DECRETO	1.560.687	863.048	1.560.687
CONTIDO NO DECRETO	684.003	684.003	499.211	499.211	495.729	72,47	72,47	99,30	99,30
TOTAL	2.244.690	1.547.051	2.059.898	1.362.259	1.229.844	54,79	79,50	59,70	90,28

O quadro III a seguir apresenta a execução orçamentária verificada nas Unidades Executoras de Operações de Crédito, com o apoio da CGPO.

No tocante à execução orçamentária, há que se registrar, finalmente, que a SPOA é responsável pela coordenação de algumas ações que atendem ao Ministério como um todo, como é o caso da “Manutenção da Unidade”, dentro do programa “Apoio Administrativo” e da “Publicidade de Utilidade Pública” e “Gestão e Administração do Programa”, ambas dentro do programa “Gestão da Política de Meio Ambiente”, apresentando as seguintes características:

1 - Ação: Manutenção da Unidade (códigos: 2000 e 2A07)

A ação visa a constituir um centro de custos administrativos, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso da frota veicular, própria ou de terceiros; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia de informação, sob a ótica meio, incluindo apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção

(aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Trata-se de atividade-meio, não apresentando indicadores ou metas físicas para sua avaliação.

Conforme se pode observar, trata-se de ação de apoio às unidades da Administração Direta do Ministério.

Devido ao cancelamento das dotações custeadas por fonte condicionada, já mencionado anteriormente, e ao conseqüente crédito extraordinário que promoveu a recomposição dessas dotações, a ação aparece duas vezes no orçamento do MMA, sob os códigos 2000 e 2A07.

A autorização orçamentária foi quase integralmente utilizada, tendo sido empenhados R\$ 25.951.280,00 do total de R\$ 25.990.670,00 alocado à ação 2000 (incluindo despesas com pessoal) e R\$ 22.056.321,00 do total de R\$ 22.353.784,00 alocado à ação 2A07. A execução da despesa exigiu grande esforço de contenção de despesas, e a comprovação da necessidade de recomposição de dotações canceladas, que resultou na edição do crédito extraordinário que desdobrou a ação. No tocante às despesas com pessoal, essas foram foco de diversos pedidos de créditos para reforço de dotações, especialmente por que, tendo sido parcialmente canceladas pelo Decreto de 30.03.2005, não foram recompostas pelo crédito extraordinário. No entanto, ao final do exercício, receberam reforço de dotações, as quais foram integralmente utilizadas.

2 - Ação: Gestão e Administração do Programa Gestão da Política de Meio Ambiente (código: 2272)

A ação visa a constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso da frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia de informação, sob a ótica meio, incluindo apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa. O programa, por sua vez, tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do meio ambiente.

A ação tem características de atividade-meio, não apresentando indicadores ou metas físicas para sua avaliação.

A autorização orçamentária foi quase integralmente utilizada, tendo sido

empenhados R\$9.356.506,00 do total de R\$9.358.800,00 a ela alocado.

3 - Ação: Publicidade de utilidade Pública (códigos: 4641 e 2A20)

A ação visa a informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando a melhorar a sua qualidade de vida. Para tanto abrange providências ligadas à coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais voltadas para a publicidade de utilidade pública.

Trata-se de atividade-meio, não apresentando indicadores ou metas físicas para sua avaliação.

Devido ao cancelamento das dotações custeadas por fonte condicionada, já mencionado anteriormente, e ao conseqüente crédito extraordinário que promoveu a recomposição dessas dotações, a ação aparece duas vezes no orçamento do MMA, sob os códigos 4641 e 2A20.

No presente caso, houve baixo dispêndio de recursos orçamentários, tendo sido empenhados R\$ 192.000,00 do total de R\$ 500.000,00 alocado à ação 4641 e R\$ 203.729,00 do total de R\$ 1.500.000,00 alocado à ação 2A20. A execução da despesa exigiu grande esforço de contenção de despesas, e a comprovação da necessidade de recomposição de dotações canceladas, que resultou na edição do crédito extraordinário que desdobrou a ação.

Os quadros a seguir mostram o fechamento da execução das ações ora tratadas, em 2005, coletadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN.

Sobre a Proposta Orçamentária para 2006 - PLO 2006

A elaboração da proposta orçamentária está inserida dentro de um processo que se exaure, impreterivelmente, no mês de agosto de cada exercício, quando, após análises e ajustes, o Executivo remete ao Legislativo a Proposta de Lei Orçamentária para o exercício seguinte. Deste modo, os trabalhos de preparação da proposta orçamentária do MMA para 2006, dentro dos limites estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP, foram concluídos, e a proposta final encaminhada, ao Congresso Nacional em agosto de 2005. Cumpre ressaltar que a elaboração da proposta, a exemplo de exercícios anteriores, envolveu uma série de discussões e negociações, visando a melhor adequar os referenciais monetários fixados pela SOF/MP às reais necessidades de recursos do MMA.

A Proposta Orçamentária do MMA para 2006, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em agosto de 2005, totalizou R\$ 2.069.244.467,00, conforme a seguir:

	EM	R\$ UM
PESSOAL		633.164.779,00
SENTENÇAS		20.759.429,00
DÍVIDA		73.657.470,00
OCC		590.451.332,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		751.211.457,00
TOTAL		2.069.244.467,00

É de 8,08% o incremento nominal do valor proposto no PLO 2006, quando confrontado com aquele relativo a 2005 (R\$ 1.914.455.310,00), percentual este expressivamente menor do que o do PLO 2005 com relação a 2004, que foi de 29,71%. O fato em si poderia não ser tão significativo, se não representasse um retrocesso dos valores efetivamente passíveis de execução. Tais valores, equivalentes ao volume total proposto exceto Reserva de Contingência, foram, na verdade, reduzidos de R\$ 1.347.976.456,00, em 2005, para R\$ 1.318.033.010,00, em 2006, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesa	EM R\$ HUM				Var. % D/C
	PI 2003 A	PI 2004 B	PI 2005 C	PI 2006 D	
PESSOAL	365.978.881	388.106.331	582.313.830	633.164.779	8,73
SENTENÇAS	9.289.299	24.108.626	33.852.775	20.759.429	-38,68
DÍVIDA	55.535.000	80.280.250	93.034.640	73.657.470	-20,83
OCC	607.549.273	477.814.776	638.775.211	590.451.332	-7,57
SUBTOTAL	1.038.352.453	970309983	1.347.976.456	1.318.033.010	-2,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(*)	276.848	505.698.795	566.576.854	751.211.457	32,59
TOTAL	1.038.629.301	1.476.008.778	1.914.553.310	2.069.244.467	8,08

(*) Em 2003, o CN adicionou ao PL do MMA R\$ 100.424.063,00 a título de Reserva de Contingência, de forma que o total alocado a esse item passou a ser de R\$ 100.700.911,00, após a aprovação da Lei Orçamentária para aquele ano.

A redução dos valores passíveis de utilização, de 2,2% com relação a 2005, é o resultado de decréscimos nominais de todos os grupos de despesas relacionados no quadro, à exceção das despesas com pessoal, que cresceram 8,73% em relação ao exercício anterior. Um aspecto interessante nesses decréscimos é que estão estimados gastos menores com o pagamento da dívida e das sentenças judiciais, o que pode ser considerado positivo. No entanto, causa preocupação o montante alocado para Outros Custeios e Capital, cuja redução nominal de 7,57% pode resultar em sérias dificuldades operacionais para o Ministério, no próximo exercício. Também o orçamento aprovado para as despesas com pessoal, em que pese o tímido incremento, mostra-se francamente insuficiente, já que a estimativa desses gastos para 2005, incluídas as solicitações de créditos adicionais já encaminhados à SOF/MP, é da ordem de R\$ 655.368 mil.

Quanto à composição do orçamento por fonte de recursos, é o seguinte o perfil do PLO 2006:

Fontes de recursos		EM R\$ HUM	
código	discriminação	Valor total	part. %
100	Recursos ordinários	680.777.482	32,90
(*)116	Rec. Hídricos Conces. Permissão	33.212.604	1,61
(*)134	Compensação Financ. Pela Utilização de Rec. Hídricos	174.496.408	8,43
(*)142	Compensação Financ. Pela Exploração de Petróleo e Gas Nat.	724.975.104	35,04
148	Op. Cred. Externas - em moeda	14.648.188	0,71

Fontes de recursos		PL 2005	
(*)156	Contribuição dos Serv. Plano Seg. Social	46.694.219	2,26
(*)169	Contribuição Patronal Plano Seg. Social	90.939.624	4,39
174	Taxas pelo Poder de Polícia	107.244.954	5,18
181	Rec. De Convênios	1.800.000	0,09
195	Doações Entidades Internacionais	98.989.409	4,78
250	Rec. Próprios Não financ.	93.162.548	4,50
280	Rec. Próprios Financ.	303.927	0,01
281	Rec. De Convênios	2.000.000	0,10
TOTAL		2.069.244.467	100,00

(*) *Recursos vinculados*

Diante do panorama apontado no quadro acima, vale ressaltar a expressiva participação de fontes vinculadas no orçamento do MMA. Estas somam R\$1.070.317.959,00, representando 51,73% do total do PLO. Não se questiona a necessidade ou mesmo o interesse na manutenção de tais fontes. O que é indesejável para o Órgão é a participação reduzida da fonte de Recursos Ordinários (fonte 100) na composição do PLO, que, nos últimos anos, vem se mantendo em patamar em torno de 30% a 34% do valor total proposto pelo Poder Executivo.

Observa-se, ainda, nos últimos dois anos e na proposta para 2006, uma interessante relação entre o montante de Recursos Ordinários atribuídos ao MMA e o montante da Reserva de Contingência composta por recursos vinculados às atividades do Órgão. Curiosamente, há uma variação de até 10% para mais ou para menos entre esses valores nas propostas orçamentárias de 2004, 2005 e 2006, conforme se pode observar pelos quadros I e II, anexos a este documento.

Fato relevante, também, é o desaparecimento da fonte 111 (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – combustíveis) do rol de fontes orçamentárias do MMA. Conforme se sabe, trata-se da arrecadação de recursos denominada CIDE, com origem na Lei nº 10.336, de 19.12.2001. Parcela da arrecadação vinha sendo alocada ao MMA, desde a promulgação da Lei, que, em seu inciso II, do § 1º do art. 1º, estabelece a destinação de parte da receita para o “financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo”. No entanto, ao longo dos últimos anos, o montante de recursos dessa fonte no orçamento deste Ministério vem sendo reduzido e para 2006 não há registro da mesma no PLO encaminhado ao Congresso Nacional pela SOF/MP.

Outros Custeios e Capital - OCC
(excluídas as despesas com sentenças judiciais)

Considerando individualmente o grupo de despesas “Outros Custeios e Capital”, onde se inserem as ações finalísticas do Órgão, a participação das fontes vinculadas no custeio dessas despesas é de 30,9 %. Esse perfil, já vigente nas propostas de 2004 e 2005, com frequência afeta negativamente a execução orçamentária, impossibilitando reajustes de programação, às vezes fundamentais para o bom desempenho do Ministério.

Por outro lado, pode-se constatar, pelo quadro abaixo, uma significativa mudança na configuração das fontes orçamentárias. Cresce a participação dos Recursos Ordinários e não se registra a existência de fontes condicionadas, o que é um ponto extremamente positivo, tendo em

vista a situação vivida pelo Ministério em 2005, com o corte das dotações custeadas pela fonte condicionada 985, de reposição extremamente difícil.

No entanto, as fontes dependentes da atuação direta das unidades do MMA, particularmente do IBAMA, passam a ter uma maior participação na composição desses gastos. Assim é que, enquanto no PLO 2005, a soma das fontes 250, 281 e 174 resultava no valor de R\$ 142.458 mil, no PLO 2006, a soma dessas mesmas fontes equivale a R\$ 199.734 mil. Este é um quadro muito diverso daquele observado em anos anteriores, embora para todos os efeitos, a fonte 174 não se enquadre mais como receita própria do IBAMA. Resulta disso tudo que do orçamento do Instituto para Outros Custeios e Capital, que é de R\$ 227.939 mil (excluídas as despesas com sentenças judiciais), 85,8% são custeados por fontes 250 (R\$ 90.042 mil) e 174 (R\$ 105.497 mil).

Grupos de fontes	EM R\$ HUM	
	Valor PLO 2006	Particip. % sobre o total
Operações de crédito externas	14.648.188	2,48
Doações de Organismos Internacionais/Convênios	102.789.409	17,41
Diretamente arrecadados/Aplicações financeiras	92.488.926	15,66
Tesouro – fonte 100 (Recursos Ordinários)	90.829.647	15,39
Tesouro – fonte 174 (Taxas pelo Poder de Polícia)	107.244.954	18,16
SUBTOTAL	408.001.124	69,10
Recursos Vinculados	182.450.208	30,90
TOTAL	590.451.332	100,00

Há que se registrar, ainda, que, para esse grupo de despesa, o limite inicial determinado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, para elaboração da proposta orçamentária do MMA, foi de R\$ 424.449319,00, abaixo do referencial de 2005 em 8,95%. Já no primeiro momento de divulgação desse parâmetro, por interferência direta da Senhora Ministra junto às autoridades da área econômica, o Ministério obteve uma ampliação equivalente a R\$ 33.000.000,00, para programação da fonte 116 (Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos), de responsabilidade da Agência Nacional de Águas - ANA. Posteriormente, também por ingerência do Ministério, foi concedida ampliação de outros R\$ 30.000.000,00, para o programa “Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental” e para a ação “Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental”. Assim, o montante acordado, incluídas as fontes não abrangidas pelos referenciais, como doações e convênios, foi de R\$ 590.542.655,00. No entanto, a proposta encaminhada ao Congresso Nacional fechou essas despesas pelo valor de R\$ 590.451.332,00, com uma diferença em relação ao valor acordado de R\$ 91.323,00.

No que tange às “despesas de funcionamento”, incluídas nesse grupo, o Ministério contou com limite de R\$ 170.217.597,00 para sua programação, superior ao de 2005 em 29,26%. Uma particularidade na divulgação dos limites desta proposta refere-se à definição de gastos com despesas correntes e de capital, que acarretou sérias dificuldades, visto ter sido considerado muito alto o valor estabelecido para capital, especialmente pela pressão exercida pelas “despesas de funcionamento”, que são essencialmente despesas correntes. A distribuição dessas despesas por Unidade Orçamentária do MMA foi feita conforme abaixo:

Limites para despesas de funcionamento - PL 2006						
Ad. Direta	IBAMA	CODEBAR	ANA	JBRJ	FNMA	TOTAL
43.308	106.366	117	15.468	2.788	2.170	170.218

Registre-se que tais despesas estão sendo acompanhadas com bastante atenção, até porque compõem basicamente as obrigações de empenho global estabelecidas pelos decretos de contingenciamento, desde 2004. Os registros dos resultados observados estarão contribuindo para melhor conhecimento do seu comportamento, fato muito importante, tendo em vista tratar-se de novo parâmetro de acompanhamento da execução orçamentária, por parte dos Órgãos Centrais.

Despesas com Pessoal

O referencial monetário estabelecido pela SOF para gastos com pessoal no exercício de 2006 foi de R\$ 691.020.929,00, resultado de discussões entre aquela Secretaria e representantes da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento do MMA, em que foram estudados os números referentes à execução orçamentária de 2005 e consideradas as novas variáveis para 2006. O valor do referencial informado, embora inferior ao pretendido pelo Ministério, foi repassado às Unidades Orçamentárias, que fecharam suas propostas, no total de R\$ 691.020.929,00. Assim, no dia 2 de agosto de 2005, a proposta orçamentária de pessoal do MMA, no total estipulado, foi encaminhada à SOF/MP, via Sistema Integrado de Dados Orçamentários-SIDOR.

No entanto, avaliando o PLO 2006, encaminhado ao Congresso, no que se refere a essas despesas, verifica-se que o total proposto para o Ministério foi, na verdade, de R\$633.164.779,00, o que significa um corte de R\$ 57.856.150,00. A diferença derivou de ajustes efetuados isoladamente pela SOF/MP nas propostas da Administração Direta (UO: 44101) e do IBAMA (UO: 44201), sendo a seguinte a distribuição das despesas com pessoal, por Unidade Orçamentária constante do PLO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EM R\$ HUM	
	LIMITES INFORMADOS PELA SOF/MP E PROGRAMADOS PELO MMA	VALOR CONSTANTE DO PLO 2006
Administração Direta	18.966.077	21.109.927
IBAMA	643.970.153	583.970.153
CODEBAR	608.037	608.037
ANA	12.301.380	12.301.380
JBRJ	15.175.282	15.175.282
TOTAL	691.020.929	633.164.779

Dívida Pública Contratual

O valor relativo ao pagamento da dívida de responsabilidade do MMA, correspondente a US\$27.050.160,00, foi informado pelo Ministério, no dia 23.05.2005, por meio do Sistema Auxiliar de Operações de Crédito – SAOC 2006. Considerando o câmbio de (R\$/US\$) 2,90, constante da LDO 2006 (Lei nº 11.178/2005), estima-se que o montante da dívida contratual seria registrada pelo total de R\$ 78.445.464,00. No entanto, a dotação proposta para o pagamento dessas despesas no PLO 2006 é de R\$ 73.657.470,00, conforme a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR INFORMADO PELO MMA EM US\$	VALOR CONSTANTE DO PLO 2006 EM R\$
Administração Direta	24.575.160	66.957.645
IBAMA	2.475.000	6.699.825
TOTAL	27.050.160	73.657.470

Sentenças Judiciais

A dotação destinada ao pagamento das sentenças judiciais transitadas em julgado resultam de estimativa elaborada pelo Poder Judiciário encaminhada à SOF/MP e ao MMA. No PL 2006, essas despesas alcançam o montante de R\$20.759.429,00, dentro da Unidade Orçamentária do IBAMA.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Fechando o valor do orçamento proposto para o MMA para 2006, consta o montante de R\$751.211.457,00, relativo à Reserva de Contingência, distribuído conforme a seguir:

EM R\$ HUM

Unidade Orçamentária	Valor
Administração Direta (fonte 142)	634.771.446
CODEBAR (fonte 250)	977.549
ANA (fonte 134)	115.462.462
TOTAL	751.211.457

Legislação relativa ao contingenciamento 2005 - MMA

Decreto nº 5.356, de 27 de janeiro de 2005 - Execução orçamentária e financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo para o exercício de 2005, até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Limites para movimentação e empenho: até o limite de 12% de despesas correntes e de 8% de investimentos e inversões financeiras. Estabelecimento de priorização de empenhos relativos a uma série de despesas relacionadas no art. 2º (Despesas de funcionamento). **Limites de Pagamentos** relativos a dotações constantes da **Lei Orçamentária para 2005** e aos **Restos a Pagar de 2004**, a serem observados no mês de **janeiro de 2005: Órgão 44.000 – R\$ 39.998 mil.**

Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005 – dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências. **Estabelece as normas gerais para a execução orçamentária e os limites globais para movimentação e empenho (por quadrimestres – até dezembro de 2005: R\$ 392.900 mil – Anexo I), e para pagamento relativo a dotações constantes da Lei Orçamentária para 2005 e aos Restos a Pagar de 2004 (mensal – até junho**

de 2005: R\$ 191.969 mil – Anexo II). Determina a liberação trimestral dos limites para movimentação e empenho. Não tem caráter operacional. Sua regulamentação ocorreu por meio da Portaria MP/MF nº 51, de 11.03.2005.

-Portaria Interministerial MP/MF nº 51, de 11.03.2005 - Detalha, na forma dos Anexos I, II e III os valores autorizados para movimentação e empenho nos termos do Decreto nº 5.379/2005. Apresenta limite isolado para a programação do PPI, que deverá ter tratamento diferenciado. Os limites para movimentação e empenho do MMA, no Anexo I, são de R\$ 321.317 mil (até dezembro de 2005, incluídos R\$ 18.700 mil do PPI), e no Anexo II são de R\$ 71.583 mil (até dezembro de 2005).

Portaria Interministerial MF/MP nº 39, de 29 de março de 2005 - Detalha, na forma dos Anexos I, II e III os valores autorizados para pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 5.379/2005. Apresenta limite isolado para a programação do PPI, que deverá ter tratamento diferenciado.

Decreto nº 5.449, de 25 de maio de 2005 – Altera os arts. 11 e 12 do Decreto nº 5.379, de 25.02.2005, ampliando o limite global autorizado no Anexo II do mesmo Decreto nº 5.379/05, e disciplinando despesas no âmbito dos projetos financiados com recursos de organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras, com registro obratório no SIAFI.

Portaria MP nº 115, de 01 de junho de 2005 – Antecipa para agosto de 2005 limites para movimentação e empenho de parcelas relativas a dezembro, no âmbito do MMA.

Decreto nº 5.463, de 13 de junho de 2005 – Altera anexos do Decreto nº 5.379/2005 relativos à arrecadação/previsão de receitas federais, despesas obrigatórias sujeitas a programação financeira, resultado primário de empresas estatais federais e resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Portaria Interministerial MP/MF nº 131, de 23 de junho de 2005 - Ampliação dos limites até agosto e até dezembro de 2005 para movimentação e empenho do MMA, no valor de R\$ 10.000 mil em cada quadrimestre, Anexo I.

Portaria MP nº 139, de 29 de junho de 2005 – Antecipa limites para movimentação e empenho relativas a dezembro para agosto de 2005 (R\$ 15.015 mil).

Portaria Interministerial MP/MF nº 316, de 20 de setembro de 2005 - Ampliação dos limites para pagamento do MMA, no valor de R\$ 10.000 mil (até dezembro 2005).

Decreto nº 5.553, de 03 de outubro de 2005 – Altera anexos do Decreto nº 5.379/2005, que tratam da arrecadação/previsão de receitas federais, previsão da receita do governo central (por fonte de recursos), resultado primário de empresas estatais federais e resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Portaria Interministerial MP/MF nº 284, de 05 de outubro de 2005 - Ampliação dos limites para movimentação e empenho do MMA, no valor de R\$ 30.000 mil, em Outras Despesas Correntes (até dezembro 2005), e para pagamento relativo a dotações da LOA 2005 e aos Restos a Pagar de 2004, respectivamente, até outubro, até novembro e até dezembro, em R\$ 30.000 mil.

Portaria Interministerial MP/MF nº 295, de 13 de outubro de 2005 - Ampliação dos limites para movimentação e empenho do MMA, no valor de R\$ 5.000 mil (até dezembro

2005), sendo R\$ 1.402 mil em Outras Despesas Correntes e R\$ 3.598 mil em Investimentos e Inversões Financeiras (Valor de Emendas).

Portaria Interministerial MP/MF nº 377, de 1º de novembro de 2005 - Ampliação dos limites para pagamento do MMA relativo a dotações da LOA 2005 e aos Restos a Pagar de 2004, respectivamente, até outubro, até novembro e até dezembro, em R\$ 13.000 mil.

Decreto nº 5.578, de 08 de novembro de 2005 – Altera anexos do Decreto nº 5.379/2005, que tratam da arrecadação/previsão de receitas federais, previsão da receita do governo central (por fonte de recursos), resultado primário de empresas estatais federais e resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Portaria Interministerial MP/MF nº 328, de 21 de novembro de 2005 - Ampliação dos limites para movimentação e empenho do MMA, no valor de R\$ 26.000 mil, em Outras Despesas Correntes (até dezembro 2005), e para pagamento relativo a dotações da LOA 2005 e aos Restos a Pagar de 2004, respectivamente, até novembro e até dezembro, em R\$ 26.000 mil (Manutenção Administração Direta e Ibama).

Portaria Interministerial MP/MF nº 383, de 21 de dezembro de 2005 - Ampliação dos limites para movimentação e empenho do MMA, no valor de R\$ 13.400 mil (até dezembro 2005), sendo R\$ 4.437 mil em Outras Despesas Correntes e R\$ 8.963 mil em Investimentos e Inversões Financeiras.

Portaria Interministerial MP/MF nº 385, de 21 de dezembro de 2005 - Ampliação dos limites para pagamento do MMA relativo a dotações da LOA 2005 e aos Restos a Pagar de 2004, respectivamente, até dezembro, em R\$ 14.000 mil.

Portaria Interministerial MP/MF nº 400, de 26 de dezembro de 2005 - Ampliação dos limites para movimentação e empenho do MMA, no valor de R\$ 5.000 mil (até dezembro 2005), em Outras Despesas Correntes.

Portaria Interministerial MP/MF nº 410, de 29 de dezembro de 2005 – Torna sem efeito o detalhamento dos valores autorizados para movimentação e empenho, de que trata o Anexo I do Decreto nº 5.379/05, constante da Portaria Interministerial MP/MF nº 51, de 11.03.05, extinguindo grupos de fontes e despesas.

Decreto nº 5.654, de 29 de dezembro de 2005 – Altera anexos do Decreto nº 5.379/2005, ampliando os valores para movimentação e empenho do MMA, até dezembro, em R\$ 14.105 mil para os PPI e em R\$ 485.106 mil para os Demais e anexos do mesmo Decreto que tratam da arrecadação/previsão de receitas federais, previsão da receita do governo central (por fonte de recursos), resultado primário de empresas estatais federais e resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social. **Fechamento dos Limites para 2005, após empenhos de 23/12/05 e ampliações de limites posteriores.**

Deve-se ressaltar que, com a edição do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, art. 10, no âmbito de cada órgão, a correspondente execução orçamentária e financeira dos projetos financiados com recursos externos e contrapartida, inclusive a importação financiada de bens e serviços, por determinação anterior do Tribunal de Contas da União, continuou sendo registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, nas diversas unidades gestoras criadas exclusivamente para a finalidade. Também para o MMA, o Decreto supracitado não veda a criação de unidade gestora para cada projeto, e, por conseguinte, várias UG's foram criadas para que se

processassem as descentralizações relativas a tais recursos. A relação destas UG's, no âmbito deste MMA, segue em anexo a este Relatório de Gestão de 2005.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

BASE: SIAFI/2005

2.7 - SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS – SBF SECEX

Identificação:

2.7.1 - Programa Nacional de Florestas (PNF)

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo Geral: Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas públicas e privadas e a expansão sustentável da base florestal plantada, estimulando o desenvolvimento das cadeias produtivas, gerando emprego e renda e conservando a integridade dos ecossistemas e suas funções ecológicas.

Beneficiários: Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

- Área de Florestas Plantadas;
- Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável;
- Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação;
- Áreas Degradadas que foram Recuperadas.

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Gestão dos Recursos Florestais - (ESTADO APOIADO/UNIDADE)	5,00	3,00	3.857.901,00	1.548.368,00
Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas - (AREA RECUPERADA/ha)	7.250,00	347,18	2.813.434,00	2.556.056,00
Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável - 6242 (Agricultor assistido/UNIDADE)	7.250,00	3.200,00	6.483.685,00	5.136.553,00
Capacitação em Atividades Florestais - 4950 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	550	120	1.650.000,00	1.588.265,00
Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos - 2943 (autorização concedida/UNIDADE)	1.200	1.200,00	1.215.000,00	1.152.989,00
Certificação Florestal de Produtos Extrativistas(produtos certificados)	15,00	0,00	337.500,00	300.000,00
<i>Manejo de Florestas Públicas (hectares de área florestal manejada)</i>	50.000,00	0,00	3.500.000,00	2.054.797,00
Publicidade de Utilidade Pública	Sem Produto/Unidade de Medida		600.000,00	150.000,00
Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais (sistema implantado/porcentagem)	20,00	3,00	800.000,00	296.000,00
Fomento a Projetos de Extensão Florestal - 6429 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	7,00	6,00	1.500.000,00	728.523,00
Recomposição Florestal de Matas Ciliares (Nascentes Recuperadas /unidade)	2.000,00	0,00	2.000.000,00	1.999.970,00
Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal - 7598 (centro instalado/UNIDADE)	3,00	0,00	1.600.000,00	1.021.962,00
Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais - 7594 (Sistema aperfeiçoado/% de execução física)	60,00	40,00	9.341.186,00	7.915.105,00
Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória - 6046 (Projeto fiscalizado /UNIDADE)	15,00		700.000,00	575.731,00
Pesquisa e Desenvolvimento Florestal - 6035 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	10,00	10,00	800.000,00	479.664,00
TOTAL			27.857.520,00	

Descrição e tipo de indicador do Programa - Fórmula de cálculo e método de medição:

INDICADOR 1	Área de Florestas Plantadas
Unidade de Medida	(ha)
Índice de Referência	280.000,000 (Data de Apuração: 31/12/2002)
Previsão do Índice para 2004	300.000,000
Previsão do Índice para 2005	400.000,000
Previsão do Índice para 2006	500.000,000
Previsão do Índice para 2007	550.000,000

Previsão do Índice para 2008	550.000,000
Fonte	SBS, Ibama, Bracelpa, AMS, Abimóvel, ABRAF, etc
Periodicidade	Anual
Base Geográfica	Nacional

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área de plantio em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas florestais plantadas em projetos empresariais e não empresariais.

Responsável: Nelson Barboza Leite – Gerente de Projeto

INDICADOR 2	Área de Florestas Naturais Manejadas para a Produção Sustentável
Unidade de Medida	ha
Índice de Referência	350.000,000 (Data de Apuração: 31/12/2002)
Previsão do Índice para 2004	1.000.000,000
Previsão do Índice para 2005	3.000.000,000
Previsão do Índice para 2006	6.000.000,000
Previsão do Índice para 2007	15.000.000,000
Previsão do Índice para 2008	15.000.000,000
Fonte	Ibama
Periodicidade	Anual
Base Geográfica	Nacional

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área total sob manejo em cada ano ao longo do PPA. É igual à soma das áreas de projetos de manejo florestal madeireiro + soma de área de projetos de manejo não madeireiros, considerados aptos pelo Ibama.

Responsável: Joberto Veloso de Freitas – Gerente de Projeto

INDICADOR 3	Área de Florestas Protegidas com Alto Valor para Conservação
Unidade de Medida	ha
Índice de Referência	105.000,000 Data de Apuração: 31/12/2003
Previsão do Índice para 2004	200.000,000
Previsão do Índice para 2005	600.000,000
Previsão do Índice para 2006	1.200.000,000
Previsão do Índice para 2007	3.000.000,000
Previsão do Índice para 2008	3.000.000,000
Fonte	Ibama, FSC, Cerflor
Periodicidade	Anual
Base Geográfica	Nacional

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área total protegida em projetos de manejo, em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas de reserva absoluta e de áreas de preservação permanente em projetos de manejo florestal. Para efeito deste planejamento consideramos 20% da área manejada (indicador 2), mas os valores serão estimados (%) para os planos de manejo não certificados e para os projetos certificados utilizaremos dados reais.

Responsável: Joberto Veloso de Freitas – Gerente de Projeto

INDICADOR 4	Áreas Degradadas que foram Recuperadas
Unidade de Medida	ha
Índice de Referência	5.000,000 (Data de Apuração: 31/12/2003)
Previsão do Índice para 2004	20.000,000
Previsão do Índice para 2005	40.000,000
Previsão do Índice para 2006	70.000,000
Previsão do Índice para 2007	70.000,000
Previsão do Índice para 2008	70.000,000
Fonte	FNMA, Propflora, Pronaf Florestal, SBS, Associações de Reposição, Ibama, OEMAs.
Periodicidade	Anual
Base Geográfica	Nacional

Fórmula de Cálculo - Refere-se à área degradada que foi recuperada em cada ano ao longo do PPA. É o somatório das áreas de projetos financiados para a recuperação de áreas degradadas + somatório das áreas recuperadas em projetos não financiados.

Responsável: Nelson Barboza Leite – Gerente de Projeto

Análise dos Resultados

a) Apoio à Gestão dos Recursos Florestais

O limite orçamentário estabelecido para essa ação foi de R\$3.857.901,00, com a seguinte composição: (i) Na Fonte 195 - recursos de doação do governo Japonês no valor de R\$2 milhões e internalizado no Orçamento da União, com a finalidade de apoiar a elaboração do projeto de empréstimo junto ao Banco Mundial, aprovado em Carta Consulta pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, em maio de 2002. Esses recursos foram cancelados pelo Banco Mundial, alegando dificuldade em prorrogar a vigência da Carta Consulta vencida em maio de 2004, apesar de estar vigorando a Carta de Acordo assinada pelo Governo Federal e o Banco Mundial destinada a operacionalizar os recursos de doação. (ii) Na Fonte 148 - R\$ 200.000,00 que foi inviabilizada. Portanto, o limite orçamentário disponibilizado para essa ação foi de R\$1.555.330,00. Esses recursos foram destinados ao pagamento de parte dos salários de pessoal temporário e terceirizado, além de outras despesas de custeio, em prol do objetivo da ação de promover a descentralização da execução do Programa Nacional de Florestas, atendendo 3 dos 5 estados previstos no PPA.

b) Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas

Por meio dessa ação, implementou-se o uso de imagens de satélite, com vistas a reduzir as incertezas no cálculo do desmatamento anual da Amazônia Legal, realizado em uma parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Foi também desenvolvido com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, propostas visando maior sustentabilidade no uso dos recursos florestais, com ênfase em sistemas agroflorestais, em benefício da população assentada na Região de Ribeirão Preto – SP.

Outro passo importante foi o lançamento do Edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água, no qual está previsto que aproximadamente um terço dos projetos selecionados será destinado para atender a região do Vale do Rio São Francisco no âmbito do Programa de Revitalização daquela Bacia Hidrográfica. Por fim, essa ação atendeu também parte dos custos da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos.

c) Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável

Encontra-se empenhado o valor de R\$2.879.576,72, o que corresponde a quase totalidade do limite. Os recursos foram destinados ao atendimento de 3.200 pequenos produtores rurais assistidos pelo Pronaf/Florestal das regiões de Mata Atlântica, Cerrados e Caatinga.

Os recursos foram utilizados também para atender ao convênio com o Governo do Estado do Amazonas em apoio a projetos de incorporação do pequeno produtor rural em atividades agroflorestais e manejo florestal em pequena escala, como também para financiar parte dos custos com a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos.

Atendeu-se também parte do Convênio com a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, para diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga, promovendo a animação social para a internalizar a importância do tema florestal no contexto da promoção da reforma agrária.

O PNF já contratou os serviços de assistência técnica para a região da Caatinga e estamos em processo de seleção para a região do Cerrado. A região de Mata Atlântica já está sendo atendida atingindo cerca de 8 mil produtores rurais. Para o ano de 2006 está previsto o lançamento de Edital para atender a região Amazônica.

O volume de recursos acessado por pequenos produtores rurais no Pronaf/Florestal também está aumentando. Na safra de 2004/2005, o valor acessado foi da ordem de R\$8,23 milhões contra R\$2,88 milhões da safra anterior.

Há que considerar também o acréscimo ocorrido no acesso aos recursos do Propflora. Na safra 2003/2004 o volume de recursos acessado foi de 10,56 milhões e na safra atual 2004/2005 o valor foi de R\$29,60 milhões - cerca de 64% maior. O valor total disponibilizado pelo Banco do Brasil para a safra 2004/2005 foi de R\$50 milhões e para a próxima safra o Banco já garantiu a negociação de recursos com BNDES no valor de R\$100 milhões.

Merece menção ainda, o lançamento do Programa BB Florestal, com objetivo de incrementar a produção de madeiras em florestas plantadas e naturais por meio de financiamentos rurais - custeio, investimento e comercialização. O Programa BB Florestal possibilitará um acréscimo de 150.000 hectares de florestas plantadas no período de 05 anos a partir da atual safra 2004/2005, proporcionando maior oferta de madeira no mercado, redução de impacto nas florestas nativas e autonomia na comercialização do produto.

Está em processo de discussão final e posterior consulta pública, a elaboração de uma Instrução Normativa alterando o foco da reposição florestal, destinando o uso de matéria-prima florestal provenientes dos desmatamentos autorizados, o que anteriormente não era exigido.

d) Certificação Florestal de Produtos Extrativistas

Os recursos alocados à essa ação no montante de R\$ 303.500,00 foram assim distribuídos: (i) Convênio com o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal – CBMF para a realização da Assembléia Geral do FSC Internacional que foi realizado em Manaus/AM, a II Feira Brasil Certificado, e a I Feira Latino Americano de Produtos Certificados FSC, com o objetivo de promover o manejo florestal sustentável no Brasil. (ii) Colaborar com parte do pagamento de pessoal Temporário, alocados ao Programa Nacional de Florestas, com vistas a dar suporte técnico em diferentes áreas em prol das metas estabelecidas no PPA.

e) Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos

O número de autorizações concedidas prevista inicialmente está muito abaixo do valores reais atingidos anualmente. Em anos anteriores sugerimos atualização dessa previsão. O número atual (1.200 autorizações) é facilmente atingido por exemplo para o Pará, Estado com grande demanda por atividades de licenciamento.

F) Fomento a Projetos de Extensão Florestal

A ação teve como dotação orçamentária na LOA 2005 o valor de R\$ 1.500.000, sendo que inicialmente foram previstos 7 projetos apoiados . Esses projetos foram orçados tendo como valor médio R\$ 214.285, valor esse correspondente a média de 3 anos que o concedente descentraliza ano por ano. Como o orçamento é anual, os valores previstos a cada ano no plano de trabalho somente serão descentralizados com relação ao orçamento do ano correspondente . Assim, a execução física dos projetos poderia ultrapassar o que foi previsto na LOA , pois os valores correspondente ao ano (exercício financeiro) são em média equivalente a um terço do valor de cada projeto.

Dos projetos empenhados neste exercício, 03 eram projetos novos cujos convênios não foram celebrados no exercício, portanto os empenhos foram cancelados e 04 termos aditivos foram inscritos em Restos a Pagar.

O valor da LOA 2005 para o FNMA foi R\$ 47.687.777,00 e o limite orçamentário disponibilizado foi R\$ 17.287.738,31 ou seja 36,25%. Esse limite teve que ser distribuído de acordo com as prioridades entre os projetos, por este motivo tivemos uma execução baixa.

Um decreto de 30 de março de 2005 publicado no DOU em 31 de março de 2005, seção 1, cancela todas dotações a conta da fonte “985 – Desvinculação Parcial de Recursos e Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural”, constantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União. A ação 0718 tinha o valor de R\$ 1.500.000,00, composto de R\$ 379.743,00 na fonte 985 . Um decreto de 19 de setembro de 2005 devolve parte desta fonte,

porém o nosso limite orçamentário não foi expandido, portanto não pudemos utilizar este crédito.

g) Manejo de Florestas Públicas

Essa ação contou com o recebimento de recursos de doação, fonte 0195, no valor de R\$ 1.000.000,00 para execução do projeto do ITTO. Esse projeto está previsto para ser executado até o final do ano de 2006. Já foram realizadas algumas reuniões e workshops dentro do projeto.

Utilizou-se parte dos recursos para atender a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos; e parte para atender despesas administrativas como passagens, diárias, material de consumo e serviços de terceiros.

Paralelamente e visando estabelecer as condições técnicas e operacionais para viabilizar os objetivos dessa ação, foi proposto ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4.776/2005 – aprovado na Câmara dos Deputados pelo Substitutivo do Relator Beto Albuquerque, que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Iniciou-se, também nesse ano, a estruturação do primeiro Distrito Florestal para a gestão de florestas públicas do País – denominado Distrito Florestal da BR-163. O seu objetivo é estabelecer um mosaico de áreas públicas com projetos de uso sustentável dos recursos florestais, a geração de desenvolvimento econômico e social da área de influência da BR-163.

Ainda como suporte às atividades previstas nesta ação, encontra-se em elaboração a metodologia para massificação da capacitação em manejo florestal. Foi também iniciado o levantamento de áreas prioritárias para o manejo da Caatinga com vistas à promoção de 100 assentamentos envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido, com a implementação inicial de 30 assentamentos; e promovida a discussão com a Secretaria do Tesouro Nacional sobre a possibilidade de conversão da dívida externa em um “Fundo” para pagamento dos serviços ambientais prestados pelas florestas e a implementação da gestão florestal em áreas públicas, além de ações de proteção de florestas tropicais.

h) Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal – CENAFLOR

O limite orçamentário para essa ação foi de R\$ 422.000,00, especificamente para atender a construção de um Centro Nacional Florestal – CENAFLOR. O contrato com a construtora, vencedora do processo de licitação, foi assinado em dezembro de 2005, tendo ela o prazo de 180 dias para conclusão da obra.

O limite foi ampliado para atender os custos da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos; e para pagamento de temporários.

i) Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais

A modernização dos sistemas de controle tiveram, no ano de 2005, um avanço considerável frente às dificuldades financeiras enfrentadas. Este fato se explica fundamentalmente

porque o desenvolvimento e integração dos sistemas são etapas que independem de grande quantidade de recursos. No entanto, a aquisição de equipamentos e eventuais contratações de serviços fizeram com que a modernização dos sistemas não alcançasse a plenitude da execução física.

j) Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória

O número de projetos fiscalizados previstos inicialmente está muito abaixo dos valores reais atingidos anualmente. Em anos anteriores sugerimos atualização dessa previsão. O número atual (15 projetos fiscalizados) está muito abaixo do número de projetos fiscalizados por exemplo no Mato Grosso, Estado com grande demanda de projetos a serem fiscalizados.

l) Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

Sete projetos de pesquisa executados com relatórios finais elaborados, e 768 eventos de disseminação de informações e transferência de tecnologias. Resultados repassados ao Segmento Florestal (Órgãos do Sisnama, setor produtivo de base florestal, instituições de ensino e pesquisa e organizações não-governamentais), na forma de publicações, participações congressos e eventos afins e transferência de tecnologia.

Em pesquisa concluída recentemente no LPF foi estudada a substituição da fibra de amianto, de origem mineral, pela de celulose de bambu e de madeira, de origem natural, na produção de chapas planas de fibrocimento. O estudo consistiu na produção e caracterização de chapas planas de fibrocimento com fibras de papelão, bambu, pasta mecânica (polpa de celulose usada para produção de jornal) e pinus. Os resultados foram satisfatórios e comparados a uma chapa plana cimentícia produza comercialmente.

Com propriedades como resistência a umidade, intempéries (pode ser usada externamente), imunes a fungos e insetos e ser praticamente incombustível, as chapas pesquisadas são leves (1.200 kg/m³) se comparadas às comerciais planas (1.700 kg/m³). Podem ser usadas em aplicações como paredes internas e externas, áreas úmidas, fachadas, beirais e oitões, recortes, divisórios e módulos construtivos, entre outras.

m) Publicidade de Utilidade Pública

A dotação orçamentária prevista para ação era de R\$ 600.000,00, no entanto, 75% desse valor ficou inviabilizado por ser de fonte 0985, cujos recursos não foram liberados. Dessa forma, restou para execução orçamentária apenas R\$ 150.000,00, que foi utilizado em serviço de comunicação para divulgação do Programa Nacional de Florestas, em que foi feita uma parceria junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e para a realização da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos. Parte dos recursos destinou-se a pagamento de pessoal temporário.

n) Recomposição Florestal de Matas Ciliares

A ação foi utilizada para atender parte dos custos da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus

componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos e a realização de serviços gráficos para divulgação das ações. Um passo importante foi o lançamento do Edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água, cuja meta é recuperar cerca de 20 mil nascentes em todo o País, sendo que um terço será destinado para a seleção de projetos no Vale do Rio São Francisco no âmbito do Programa de Revitalização daquela Bacia Hidrográfica.

o) Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

A preocupação antes da implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais foi com a formação de sua base de dados, que parte dela foi realizada por meio do convênio com a Fundação do Paraná - FUNPAR na implantação de uma rede de parcelas permanentes no bioma Mata Atlântica. O objetivo do convênio é de reunir a maior quantidade possível de informações sobre a composição, estrutura e dinâmica das diferentes formações vegetais do Bioma, se constituindo no primeiro passo para o monitoramento contínuo das mudanças temporais de médio e longo prazo ocorrentes no Bioma.

Atendeu-se também a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos. E utilizou-se parte dos recursos para pagamento de Temporários.

p) Capacitação em Atividades Florestais

O valor empenhado no ano de 2005 foi de R\$ 1.588.256,00 foram destinados para: (i) atender parte dos custos da reunião COP 8 - Convenção da Biodiversidade – que visa implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos. (ii) apoiar a realização de um workshop organizado pela SIF, para atender parte do Convênio com a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, que visa diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga, promovendo a animação social para a internalização do tema e formação técnica para a qualificação da intervenção no processo, potencializando o componente florestal no contexto da promoção da reforma agrária. Essa ação atendeu ainda os convênios firmados pelo Edital Cerrado, capacitando cerca de 120 produtores rurais.

Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas:

Com relação a meta de plantio florestal:

- x Financiamento: O programa negociou com os agentes financeiros novas regras para facilitar o acesso a recursos de financiamento para atividade florestal, propondo ajustes nas taxas de juros e exigências de garantias dos financiamentos de forma compatível com a atividade.
- x Proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Florestal, dada a inexistência de mecanismo de longo prazo de estímulo ao investimento privado e ao fomento de atividades sustentáveis de base florestal e de promoção da inovação tecnológica do setor.

- x Merece menção ainda, o lançamento do Programa BB Florestal, com objetivo de incrementar a produção de madeiras em florestas plantadas e naturais por meio de financiamentos rurais - custeio, investimento e comercialização. O Programa BB Florestal possibilitará um acréscimo de 150.000 hectares de florestas plantadas no período de 05 anos a partir da atual safra 2004/2005, proporcionando maior oferta de madeira no mercado, redução de impacto nas florestas nativas e autonomia na comercialização do produto.
- x Está em processo de discussão final e posterior consulta pública, a elaboração de uma Instrução Normativa alterando o foco da reposição florestal, destinando o uso de matéria-prima florestal proveniente dos desmatamentos autorizados, o que anteriormente não era exigido.

Com relação ao manejo florestal:

- Foi proposto ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas nº 4.776/2005 – aprovado em 06 de Fevereiro de 2006, que trata da criação do Serviço Florestal Brasileiro, instituição do Fundo de Desenvolvimento Florestal e promove a gestão dos recursos florestais em áreas públicas.
- Está sendo estruturado o primeiro Distrito Florestal para a gestão de florestas públicas do País – denominado Distrito Florestal da BR-163. O seu objetivo é estabelecer um mosaico de áreas públicas com projetos de uso sustentável dos recursos florestais, a geração de desenvolvimento econômico e social da área de influência da BR-163.
- Está também em andamento a estruturação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal com a responsabilidade de elaborar a metodologia para massificação da capacitação em manejo florestal.
- Foi também iniciado o levantamento de áreas prioritárias para o manejo da Caatinga com vistas à promoção de 100 assentamentos envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido, com a implementação inicial de 30 assentamentos.
- Foi também promovida a discussão com a Secretaria do Tesouro Nacional sobre a possibilidade de conversão da dívida externa em um “Fundo” para pagamento dos serviços ambientais prestados pelas florestas e a implementação da gestão florestal em áreas públicas, além de ações de proteção de florestas tropicais.
- Foi lançado o Edital para a Região Amazônica para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação dos recursos florestais por meio da expansão da Base Florestal Plantada consorciada com a recuperação de áreas degradadas e da expansão da Área Florestal Manejada consorciada com proteção de áreas de alto valor para conservação.

Com relação à Recuperação de Áreas Degradadas:

Foi lançado o Edital de recuperação e conservação de nascentes e de margens dos cursos d'água e um terço dos recursos a serem alocados será destinado para a seleção de projetos no Vale do Rio São Francisco no âmbito do Programa de Revitalização daquela Bacia Hidrográfica.

Outro fato que merece registro, refere-se à proposta do Ministério da Fazenda em conjunto com

o Ministério da Agricultura, Produção e Abastecimento de regulamentação de mecanismos de Reserva Legal (Art.44 – Inciso III e Art. 44C da Lei nº 4.771/67 – Código Florestal), mediante a negociação no mercado de Títulos sobre áreas de “Servidão” para a compensação da Reserva Legal em nível de propriedade rural.

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Demonstrativo do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação	Custo Total	Empréstimo contratado	Contrapartida Internacional	Valores das transferências de recursos			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou da etapa	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providência adotadas para correção
ITTO	US\$ 1.325.394,00	-	US\$ 878.157	Realizar estudos para a introdução do “Regime de Concessões Florestais” no Brasil, para a produção sustentável de madeira	US\$ 25.365,85	US\$ 25.365,85		
Banco Mundial	US \$ 805.000	-	US \$ 805.000	Apoiar a elaboração do projeto de empréstimo junto ao Banco Mundial	US \$ 805.000	US \$ 805.000	Cancelamento pelo BIRD em razão do vencimento da Carta Consulta na COFIEIX (Maio de 2004).	
FAO	US\$ 2.569.739,00	-	US\$ 2.569.739,00	Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas	US\$ 328.287,91	US\$ 2.569.739,00		
GEF – Caatinga	US\$ 4,1 milhões	-	US\$ 4,1 milhões	Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas na Caatinga	US\$ 4,1 milhões	US\$ 4,1 milhões		

Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos

a) ITTO - PROJETO ITTO PD 142/02 Rev.2 (F): Produção Sustentada de Florestas Nacionais sob o Regime de Concessões Florestais.

O Projeto tem por objetivo realizar estudos necessários para a introdução do “Regime de Concessões Florestais” no Brasil, para a produção sustentável de madeira, bem como elaborar os planos de manejo relativos e as regras e procedimentos para as concessões. Três Florestas Nacionais da Amazônia serão estudadas para preparar essas concessões: Floresta Nacional de Caxuanã no estado do Pará, Floresta Nacional de Jamari no estado de Rondônia e Floresta Nacional de Tefé, no estado do Amazonas. Os estudos preparatórios a serem realizados incluem: estudos socioeconômicos, estudos ambientais (incluindo biodiversidade) e inventários florestais preliminares. Técnicas de sensoriamento remoto serão utilizadas, complementadas com fotografias aéreas e visitas de campo (unidades amostrais). Esses estudos conterão informações para que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) possa preparar diretrizes para assegurar o manejo sustentável das Florestas Nacionais.

As atividades de campo realizadas até o momento foram:

- Em agosto de 2005 foi realizado um Workshop em Belém para apresentação e discussão dos resultados a serem alcançados pelo Projeto, bem como para reunir possíveis parceiros para realizar as atividades previstas no plano de trabalho.
- Em setembro/outubro de 2005 foi realizado o levantamento socioeconômico da FLONA de Caxuanã e iniciado a estruturação do seu conselho consultivo.

- Capacitação dos técnicos do IBAMA lotados nas FLONAS de Caxiuanã, Itaituba I e II e Altamira, para executar e dar apoio aos trabalhos do projeto.

b) FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - UTF/BRA062 - Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas.

O Projeto UTF/BRA/062/BRA visa consolidar os Instrumentos Políticos e Institucionais de Implementação do Programa Nacional de Florestas - PNF. Sua atuação tem sido, até então, marcada pela difusão e aproveitamento de experiências bem sucedidas em projetos anteriores (UTF/BRA/047/BRA e TCP/BRA/8923 e TCP/BRA/2902), ao tempo em que apoiou a busca de alternativas financeiras para a conformação e o fortalecimento institucional do PNF.

Sua operacionalização foi, portanto, concebida de forma a integrar uma matriz técnica e operacional que permitisse a implementação do PNF de modo transversal e compatibilizado com outros programas e projetos afins do governo federal. O projeto permitiu dar continuidade à estruturação do planejamento do Setor Florestal Brasileiro, fornecendo os subsídios necessários para compatibilizar e harmonizar as políticas públicas setoriais em prol do desenvolvimento sustentável.

Os principais resultados foram:

Mapeadas as áreas com potencial para proteção e uso sustentável na Região Norte do País;

Realizados os estudos para a demarcação do zoneamento agro-ecológico nas regiões de influência da BR-163, Terra do Meio e áreas de conflitos do Estado do Pará;

Formulação dos instrumentos e mecanismos de políticas públicas direcionadas para as atividades sustentáveis das comunidades locais;

Estruturado o Centro de Apoio ao Manejo Florestal – Cenaflor – que visa apoiar e elaborar a metodologia para massificação em manejo florestal;

Lançado os Editais de atividades agro-florestais nos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

A meta de plantio anual de 400 mil hectares já foi ultrapassada;

O processo de descentralização do Programa Nacional de Florestas foi implementado via PPA, estimulando os estados a desenvolverem os seus programas florestais;

As instituições de assistência técnica foram selecionadas e estão atuando em 7 (sete) Unidades da Federação;

O Plano Nacional de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta está em processo de elaboração e previsto o seu lançamento no início do próximo ano.

Lançamento do Edital de Nascentes pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, visando o financiamento de 22 projetos, dos quais 10 serão na Bacia do Rio São Francisco;

Elaborada a proposta de criação do projeto “Bolsa Verde” – que prevê o pagamento de R\$200,00 por cada hectare recuperado pelo pequeno produtor rural em sua propriedade;

- Iniciada a implantação da Rede Nacional de Sementes e Mudanças;
- Elaborado para o Tesouro Nacional a proposta de criação do Pronaf Florestal Diferenciado – que prevê o abatimento da dívida do produtor rural em 35% pela recuperação de APP e Reserva Legal em nível da propriedade;
- Iniciada a discussão com o Setor Elétrico sobre a aplicação em recuperação de áreas degradadas, de parte dos recursos provenientes da compensação financeira aos estados e municípios pela exploração de recursos hídricos na geração de energia. Criada a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas – Conaflor (Decreto nº 4.864/03) – com vistas a fortalecer a participação da sociedade no processo de implementação do programa;
- Estabelecidas as condições para a constituição de uma base de dados florestais, com vistas ao desenvolvimento de um sistema de informações florestais. Essa base de dados será composta por:

a) Inventário Florestal Nacional;

b) Mapeamento dos remanescentes florestais dos biomas brasileiros;

c) Sistemas de Parcelas Permanentes;

d) Rede de manejo florestal da Caatinga;

e) Redes Regionais de Parcelas Permanentes (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica);

f) Plano Nacional de Silvicultura de Espécies Nativas e Agrofloresta;

g) Rede Nacional de Sementes Florestais.

3. Concluído o diagnóstico sobre Política Florestal dos Estados brasileiros;

4. Criado o Centro de Apoio ao Manejo Florestal.

c) GEF – Caatinga:

A objetivo deste projeto é desenvolver um esquema, em nível de bioma, para o manejo integrado do ecossistema da Floresta Tropical Seca da Caatinga do Brasil por meio da implementação de uma combinação de demonstrações locais específicas no nível estadual e de ações de capacitação multi-setorial para estimular a sua replicação através do bioma, ampliando a sustentabilidade do desenvolvimento básico e dos programas de redução da pobreza e a captação de benefícios globais múltiplos.

Até o presente, foi realizada a identificação de duas Unidades de Conservação: Flona de Parnamirim (4.000 há) em Pernambuco (AP Araripe) e Parque Nacional do Cânion do São Francisco; oficinas sobre o manejo e beneficiamento de frutas nativas (umbu e maracujá de boi); foi elaborada uma estratégia para coleta de sementes florestais nativas em parceria com a Rede de Sementes Florestais nativas da Caatinga, a serem utilizadas em atividades de recuperação de áreas degradadas, recomposição de matas ciliares, recuperação de nascentes; aprovou-se um Projeto de Manejo da Biodiversidade junto à Cooperação Brasil - Itália, no valor de US\$ 300.000, para os produtos florestais não madeireiros na AP Araripe.

Foi feito levantamento do potencial florestal dos assentamentos Santa Maria e Lagoa Grande na AP de Petrolina visando a implementação de Planos de Manejo. Disponibilizou-se mão de obra capacitada para atuar na elaboração desses planos de manejo.

Implementou-se Planos de Econeócio para o pequi (AP Araripe) e o umbu (AP Petrolina) com agregação de valor e sustentabilidade da produção extrativista. Houve a celebração de convênio com o Instituto Amigos da Caatinga objetivando fortalecer o processo de gestão da Reserva da Biosfera da Caatinga por meio dos seus Comitês Estaduais

Realizou-se oficina sobre manejo agrosilvopastoril e de duas sobre gestão da energia familiar nos municípios de Curaçá, Paulo Afonso e Delmiro Golveia (AP de Xingo), prevendo o envolvimento de 36 comunidades e 90 produtores rurais. Elaborou-se plano de Econeócio para produção sustentável do pequi na AP do Araripe.

Além disso, foram realizadas diversas atividades de apoio ao manejo e sustentabilidade na utilização dos recursos florestais.

2.7.2 - Programa Áreas Protegidas do Brasil

Identificação:

Trata-se do Programa 0499 - Áreas Protegidas do Brasil, o qual é coordenado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF).

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo central: Expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

Objetivo específico: criar unidades de conservação e implantar ferramentas para melhorar a gestão do SNUC.

Beneficiários: População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

- Taxa de Proteção Integral dos Biomas

1.Taxa de Uso Sustentável dos Biomas

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0884 – Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação	10,000	20,000	1.520.000	1.517.001
0884 (0002) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Boquim/SE (Fonte da Mata)	1,000	0,000	300.000	0,000
0884 (0004) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Recreio/MG	1,000	0,000	250.000	0,000
0884 (0006) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Acreúna/GO	1,000	0,000	100.000	0,000
0884 (0008) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Estado de Rondônia/RO	10,000	0,000	50.000	0,000
0884 (0010) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação – Anápolis/GO	1,000	0,000	150.000	0,000
0884 (0012) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação em Municípios do Estado de Goiás	1,000	0,000	200.000	0,000
0884 (0014) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação - Volta Redonda/RJ (APA - Jardim Vila Rica)	1,000	0,000	100.000	0,000
6249 – Capacitação Para Gestão de Áreas Protegidas	184,000	40,000	360.000	360.000
2272 – Gestão e Administração do Programa	0,000	0,000	796.380	796.379
2950 – Fomento a Projetos Orientados ao Manejo e Consolidação de Áreas Protegidas	11,000	17,000	2.600.000	1.375.215
09AY – Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar)	0,000	0,000	480.000	160.000
2566 – Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas	5,000	9,000	100.000	100.000

Pesquisa e Desenvolvimento Florestal - 6035 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	10,00	10,00	800.000,00	479.664,00
TOTAL				

Descrição e tipo de indicador do Programa - Fórmula de cálculo e método de medição:

As taxas tem como objetivo verificar a expansão do Sistema Nacional de Unidade de Conservação de forma a demonstrar a eficácia e eficiência da gestão do programa.

Taxa de Proteção Integral (percentual) = Relação percentual entre a soma das áreas de proteção integral dos biomas e a área total dos biomas.

- Índice Referência 2004 (2,88%), Índice Referência 2005 (3,39%) e Índice Final PPA em 2007 (5,06%).

- A porcentagem atingida de ampliação de UC de Proteção Integral ainda está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007, no entanto, os estudos e negociações adiantados nesta fase de execução do PPA, permitem a viabilização das metas e o alcance dos objetivos estabelecidos para o final do PPA.

Taxa de Uso Sustentável (percentual) = Relação percentual entre a soma das áreas de uso sustentável dos bioma se a área total dos biomas.

- Índice Referência 2004 (4,15%), Índice de Referência 2005 (4,36%) e Índice Final PPA em 2007 (5,32%).

•A porcentagem atingida de ampliação de UC de Uso Sustentável também ainda está abaixo do necessário para atingir a meta prevista para 2007, no entanto, os estudos e negociações adiantados nesta fase de execução do PPA, permitem a viabilização das metas e o alcance dos objetivos estabelecidos para o final do PPA.

Obs: 1- área das unidades de conservação federais calculada pelo Núcleo de Geoprocessamento/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente; 2- área continental do Brasil = 851.487.659,9ha (Fonte: IBGE)

Ministério do Meio Ambiente – Coordenador Fábio França Silva Araújo

Análise dos Resultados

a) Ação 0884: Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação

A ação 0884, Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação, tem com objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes. Os principais beneficiários do programa são as populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação. Os principais parceiros são: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Organismos Internacionais, ONGs, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Universidades e Instituições de Pesquisa, Estados e Municípios.

Resultados alcançados em 2005:

•Ampliado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 6,2 milhões de hectares, resultante da criação de 20 unidades federais: duas Estações Ecológicas: Mata Preta/SC e Terra do Meio/PA; quatro Florestas Nacionais: Ibura/SE, Palmares/PI, Anauá/RR e

Balata-Tufari/AM; quatro Parques Nacionais: Serra do Pardo/PA, Araucárias/SC, Chapada das Mesas/MA, Serra da Itabaiana/SE; uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Itatua-Baquia; uma Reserva Biológica: Serra do Cachimbo/PA; e oito Reservas Extrativistas: Ipaú-Anilzinho/PA, Arióca Pruanã/PA, Caetéperaçu/PA, Arai-Peroba/PA, Gurupi-Piriá/PA, Tracuateua/PA, riozinho da Liberdade/AC e AM, Mapuá/PA;

- Criado o Grupo de Trabalho Ministerial para elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, por meio da Portaria MMA nº 044/2005, e um grupo técnico especializado para elaborar as metas e estratégias específicas para a zona costeira e marinha. O GT trabalhou durante o ano de 2005 numa dinâmica de aproximadamente 15 reuniões e oficinas participativas, com a contribuição de mais de 400 participantes, entre especialistas, gestores de unidades de conservação, lideranças de organizações e movimentos sociais. O documento se encontra disponível para consulta pública no período entre os dias 11 e 30 de janeiro de 2006, no endereço eletrônico www.mma.gov.br/planoap.pdf;

- Implantado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no âmbito federal e estadual, bem como disponibilizadas informações sobre UC federais no site www.mma.gov.br/cadastro_uc;

- Assinada a Portaria MMA nº 380, de 27/12/2005, que regulamenta o acesso dos órgãos gestores ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;

- Aprovados três temas para discussão no Fórum Nacional de Áreas Protegidas (monitoramento da biodiversidade, sustentabilidade econômica e gestão participativa). Os documentos base que subsidiarão as discussões estão em fase final de elaboração;

- Reconhecida a Serra do Espinhaço (MG) como Reserva da Biosfera brasileira, pelo Programa o Homem e a Biosfera da UNESCO;

- Elaborado projeto de âmbito nacional voltado para as ações de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável de biodiversidade em terras indígenas, por meio do Grupo Interministerial Indígena, o qual será submetido ao Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF;

- Criado o Grupo Interministerial Monte Pascoal, Portaria nº 908/2005, com o objetivo de elaborar e implementar um modelo de gestão ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrando as comunidades indígenas Pataxó. Como resultado dessa atividade foram realizados plantios de subsistência beneficiando 600 famílias de nove aldeias Pataxó;

- Reeditados os cadernos 1 e 2 da Série Áreas Protegidas que abordam, respectivamente, os seguintes temas: “*Conhecimentos e representações sociais das Unidades de Conservação pelos delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003*” e “*Gestão Participativa do SNUC*”.

- Sistematizadas as informações de 40 unidades de conservação inscritas no Programa Voluntariado em Unidades de Conservação e confeccionado o protótipo do site que disponibilizará as vagas e os perfis dos voluntários requeridos pelas UC;

- Disponibilizado material do Programa Conduta Consciente em Ambientes Naturais para 65 instituições parceiras oficiais;

- Aprovação da Resolução CNZU nº 001/05, sobre o impacto da carcinicultura em manguezais;

- Elaborada 1ª fase do diagnóstico nacional de zonas úmidas, em parceria com o WWF-Brasil;

- Estabelecida cooperação técnica multilateral com Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai para construção de um Programa para Sustentabilidade do Sistema de Zonas Úmidas da Bacia do Prata;

- Aprovado o Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, por meio de portaria ministerial nº. 366, de 14 de dezembro de 2005.

b) Ação 2950: Fomento a Projetos Orientados ao Manejo e Consolidação de Áreas Protegidas

Com objetivo de selecionar projetos orientados à formação de mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas e à elaboração e implementação de planos de

Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista - DTBC, que contribuam para a implementação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, foi lançado em janeiro de 2005 o edital n.º 001/2005 do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

O Edital previu a aplicação de quatro milhões por intermédio de apoio financeiro a projetos em duas Chamadas:

o Chamada I: Mosaicos e DTBC no bioma Amazônia.

▪ seleção de 4 projetos cujos valores a serem apoiados pelo FNMA variaram entre R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) a 500.000,00 (quinhentos mil reais).;

• Chamada II: Mosaicos e DTBC nos biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Cerrado, Campos Sulinos e na Zona Costeira e Marinha;

• seleção de 6 projetos, cujos valores a serem apoiados pelo FNMA variaram entre R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) a 330.000,00 (quinhentos mil reais).

O Conselho Deliberativo do FNMA recomendou a execução de nove projetos, três na Chamada I e seis na Chamada II. Entretanto, esses ainda não foram conveniados.

c) Ação 6249: Capacitação Para Gestão de Áreas Protegidas

Com a finalidade de estabelecer ações concretas e eficazes na adoção de boas práticas de gestão nas unidades de conservação realizou-se um diagnóstico sobre a oferta e demanda de capacitação para a gestão do SNUC. Com base nesse documento foi confeccionada a proposta Estratégia para a Capacitação Continuada de Gestores de Unidades de Conservação, acreditando que, o competente gerenciamento resultará na devida proteção e conservação ambiental e na repartição dos benefícios decorrentes.

No exercício de 2005, quarenta gestores de vinte e três estados foram capacitados para o manuseio do Sistema do Cadastro Nacional de Unidades Conservação.

Transferências de Recursos (Convênios e outros meios)

Os recursos provenientes de emendas parlamentares não foram conveniados em decorrência da não apresentação de projetos ou devido às inconsistências técnicas dos projetos analisados.

Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

O número de projetos apoiados (para a criação de unidades de conservação) foi superior a meta estabelecida e as ações do Programa viabilizaram a construção de instrumentos políticos e institucionais que permitem a adoção de boas práticas na gestão das unidades de conservação (vide item 3.1). Esse escopo demonstra que os objetivos e o público alvo do Programa estão sendo alcançados de forma a permitir uma gestão transparente e participativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

O sucesso no gerenciamento do Programa, principalmente nas ações conduzidas pelo Ministério do Meio Ambiente, está relacionado ao envolvimento dos atores sociais e políticos no planejamento e na construção de ferramentas/diretrizes para o setor. Soma-se a isso a equipe técnica capacitada para lidar com os diversos públicos que envolve a temática, bem como para administrar conflitos entre os segmentos envolvidos. Destaca-se que a condução de todas as atividades foram planejadas e que as estratégias para alcançar as metas estipuladas foram exaustivamente discutidas com o quadro técnico da Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas.

Como fatores limitantes a execução das atividades da Diretoria destacam-se:

1) redução no quadro de pessoal (servidores temporários solicitaram o cancelamento dos contratos de trabalho);

- contingenciamento de recursos (dificulta a execução das atividades planejadas na escala temporal);

2)ação 09AY: com a liberação reduzida de recursos, o país continua devedor do tratado, situação esta exposta em plenária da 9a conferência das Partes da Convenção, realizada em Uganda, em novembro de 2005. Essa situação coloca o País em situação frágilç diante da comunidade internacional e pode gerar restrição ao recebimento de apoio financeiro para implementação do tratado no país.

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
1.779/2005 – TCU – 1ª Câmara	Implantação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC	O Sistema do CNUC está implantado, fase inicial, e disponível via internet. Atualmente, 24 órgãos gestores de unidades de conservação de 20 estados estão acessando o Sistema e disponibilizando informações sobre 721 unidades de conservação estaduais. Esses dados estarão disponíveis no site do Cadastro (www.mma.gov.br/cadastro_uc) em março de 2006. Quanto às UC municipais, o início do cadastramento ocorrerá em agosto de 2006. Saliento que os dados das UC federais estão armazenados no Sistema de Informações de Unidades de Conservação – SIUC/IBAMA e podem ser acessados no supracitado site.
1.779/2005 – TCU – 1ª Câmara	Elaboração do Relatório de Avaliação Global da situação das unidades de conservação federais do País	O Relatório de Avaliação Global está sendo confeccionado no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas e estará disponível para envio ao Congresso Nacional e ao TCU em março de 2006.
1.547/2004 – TCU	Recomendar ao Ibama e à Fundação Nacional do Índio – Funai que analisem a oportunidade, a conveniência e a viabilidade de solicitar o reconhecimento do MMA com vista à constituição formal do mosaico a ser composto pelas Florestas	De acordo com o Decreto n.º 4.340/2002, que regulamenta artigos da Lei do SNUC, o Ministério do Meio Ambiente reconhecerá mosaicos de unidades de conservação em decorrência de pedidos dos órgãos gestores dessas áreas. Como o Ibama e a Funais não se manifestaram favoráveis à criação do mosaico proposto pelo TCU, este Ministério não pode formalizar ato para o reconhecimento dessa forma integrada de gestão de unidades de conservação.

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
	Nacionais de Carajás, do Tapirapé-Aquiri, do Itacaiúnas, da Reserva Biológica do Tapirapé, da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado e da Reserva Indígena Xicrin.	
1.676/2004 – TCU	Elaborar o Plano Nacional de Unidades de Conservação.	O Plano Nacional de Áreas Protegidas está na fase final de consulta pública e será apresentado para deliberação do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA em março de 2006.
1.676/2004 – TCU	Estipular, por meio de norma a obrigatoriedade de preenchimento e atualização do Cadastro Nacional de UC.	<u>Assinada a Portaria MMA n.º 380, de 27/12/2005, que regulamenta o acesso dos órgãos gestores ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação</u>
1.676/2004 – TCU	Encaminhar ao CONAMA, proposta de reativação do GT de superposição de TI com UC.	A superposição de TI com UC está sendo tratado no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas e da proposta de projeto intitulada “Proteção, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas no Brasil”, enviado para o GEF.
1.676/2004 – TCU	Articular a SBF, SCA, SDS e Ibama para desenvolver Plano Estratégico Operacional para fomentar ações sustentáveis nas unidades de conservação e entorno.	Tratado no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas.
1.676/2004 – TCU	Definir e implementar ações conjuntas de seus programas: PPG7, PROBIO, Proambiente, PADEQ, ARPA, ProManejo, no entorno e quando possível nas unidades de conservação.	Tratado no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas.
1.676/2004 – TCU	Desenvolver e ministrar cursos de capacitação e de extensão em práticas sustentáveis no entorno das	Confeccionada a proposta Estratégia para a Capacitação Continuada de Gestores de Unidades de Conservação, acreditando que, o

Número do Acórdão	Descrição da Determinação ou Recomendação	Providências Adotadas pela Unidade
	unidades de conservação.	competente gerenciamento, resultará na devida proteção, conservação ambiental, envolvimento da sociedade e na repartição dos benefícios decorrentes.
1.676/2004 – TCU	Identificar, selecionar, catalogar e divulgar para todas as unidades de conservação e entorno, práticas sustentáveis desenvolvidas pelo MMA, para facilitar sua disseminação.	O PDA e o FNMA fomentam projetos de apoio a criação e a gestão de unidades de conservação e áreas no entorno. Essas unidades do MMA dispõem de métodos de acompanhamento, avaliação e sistematização das experiências apoiadas e promovem a divulgação dos projetos exitosos.
1.676/2004 – TCU	Encaminhar ao BASA, listagem de projetos sustentáveis, com bons resultados, selecionados pelos programas do MMA, para que esta instituição possa instituir mecanismos para que as linhas de crédito como Profloresta e Prodex, possam se direcionar para ações mais efetivas.	Os mecanismos de sustentabilidade econômica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza estão sendo tratado no âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas.
1.676/2004 – TCU	Definir áreas de entorno das unidades de conservação, como áreas prioritárias para desenvolvimento do ZEEs a serem financiados pelo MMA.	

Identificação

2.7.2 – Programa 1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo central: Enfoque sistêmico para Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros, garantindo uma abordagem que leva em consideração as especificidades socioculturais, ambientais e territoriais de cada Bioma.

Objetivo: Conservar e recuperar os Biomas Brasileiros da Mata Atlântica e Campos Sulinos, do Cerrado, Caatinga e da Zona Costeira e Marinha.

Beneficiários: populações tradicionais, produtores rurais, pescadores, gestores de Unidades de Conservação, governos estaduais e municipais.

Os índices de referência ainda não foram finalizados, pois refletem as áreas de remanescentes por Biomas, que estão sendo levantadas atualmente. Mas, a previsão é de incremento da área do Bioma, considerando a conservação e recuperação no limite das ações propostas pelo Programa.

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio a Projetos para o Uso Sustentável dos Biomas - 001J (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	3,000	3,000	900.000,00	900.000,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (Não Informado / Não Informado)	Sem Produto/Unidade de Medida		415.520,00	415.520,00
Implantação de Corredores Ecológicos - 101V (Corredor implantado/ha)	100,00	100,00	14.960.275,00	5.122.438,00
Monitoramento da Ação Antrópica - 6455 (área monitorada/ha)	5.330.000,000	5.300.000,000	200.000,00	200.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas - 6454 (AREA RECUPERADA/ha)	464,000	320,000	100.000,00	100.000,00
TOTAL			16.575.795,00	6.737.958

Descrição e tipo de indicador do Programa:

Taxa de Remanescentes do Bioma da Mata Atlântica, do Bioma da Caatinga, do Bioma da Zona Costeira e Marinha, do Bioma de Campos Sulinos, e do Biomas Cerrado - Relação percentual entre a área total remanescente do Bioma e a área total desse Bioma.

Fórmula de cálculo e método de medição:

Relação percentual entre a área total protegida do Bioma e a área total desse Bioma.

Responsável pelo cálculo/medição:

Ministério do Meio Ambiente-Coordenador-Leonel Graça Generoso Pereira.

Análise dos Resultados

Foram criados no âmbito da Secretaria, os Núcleos dos Biomas da Mata Atlântica e Pampa (Portaria n.º 221, de 09 de abril de 2003), Caatinga Caatinga (Portaria n.º 321, de 21 de dezembro de 2004), Cerrado e Pantanal (Portaria n.º 361, de 12 de setembro de 2003) com representação paritária com membros do governo e da sociedade civil e Zona Costeira e Marinha que está prevista a criação do Grupo de Trabalho-GT, com o objetivo de integrar e articular as políticas públicas para essas áreas.

a) Núcleo do Cerrado e Pantanal

Edição do Decreto n.º 5.577, de 8 de novembro de 2005, que institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável, e a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER.

Obtenção do financiamento de US\$13milhões, provenientes do GEF (Fundo para o Meio Ambiente Mundial), para o projeto *Brazil Sustainable Cerrado Initiative*” (Iniciativa GEF Cerrado Sustentável). Esse resultado decorre do esforço do Núcleo Cerrado e Pantanal, do GT Cerrado, especificamente criado para esse fim, e do Banco Mundial.

Implementação de Módulos Demonstrativos de Recuperação de Áreas Degradadas de Cerrado com Espécies Nativas de Uso Múltiplo, em parceria com DCBio/MMA, DEA/MMA, UnB e EMBRAPA, em oito áreas distintas, sendo 1 ha em cada área, em Brasília e entorno.

Realização, em conjunto com os outros núcleos de bioma, da oficina para definição da metodologia a ser utilizada no processo de atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, em novembro de 2005.

b) Núcleo do Bioma Caatinga

Em abril de 2005 foi realizada a primeira reunião do GT-Caatinga, tendo sido realizadas outras três reuniões durante o ano. A principal atuação do Núcleo foi viabilizar e secretariar as reuniões do GT; reuniões estas que resultaram no início do processo de elaboração do Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade da Caatinga, na definição de áreas prioritárias para criação de unidades de conservação e numa primeira avaliação dos resultados do projeto “Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e de Bacias Hidrográficas no Bioma Caatinga”.

Além disso, o Núcleo participou da organização da oficina “Atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade – Alvos de Conservação e Ferramentas” e “Conservação e Uso Sustentável em Áreas Protegidas e Corredores: Uma Contribuição para a Superação da Pobreza nos Biomas Caatinga e Cerrado”.

c) Núcleo do Bioma Zona Costeira e Marinha

Foi iniciado o processo de atualização dos polígonos das Áreas Prioritárias para a Conservação da Zona Costeira e Marinha do Probio, através do levantamento preliminar dos dados necessários, e da realização de um Workshop em Rio Grande, RS, focado na determinação de áreas prioritárias para a conservação de espécies marinhas ameaçadas;

Foi dada continuidade ao acompanhamento técnico do convênio com o Instituto Recifes Costeiros “Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros - Reef Check”;

Sob coordenação do Núcleo, foi criado no âmbito do GT do Plano Nacional de Áreas Protegidas um grupo de trabalho técnico que elaborou metas e atividades para o Plano contemplando as especificidades marinhas;

Foi lançado e distribuído um vídeo educativo para a divulgação dos princípios de conduta consciente para a visitação destes ambientes, dando continuidade às ações da “Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais”, que visa despertar a atenção e participação, de forma democrática de professores, estudantes, agentes de turismo, entre outros, na conservação dos recifes de corais;

Houveram iniciativas para disseminação do conceito do uso de áreas protegidas como instrumento de gestão pesqueira, envolvendo os setores interessados, principalmente em congressos científicos e em consultas públicas para a criação de unidades de conservação marinhas.

d) Núcleo do Bioma Mata Atlântica:

Acompanhamento dos Projetos bilaterais do KfW-Group com os Estados (RS, SC, PR, SP, RJ, MG e corredores ecológicos), com objetivo de compartilhar informações, convergir metodologias e viabilizar a atuação integrada no processo de monitoramento da Mata Atlântica, entre esses projetos estaduais e as iniciativas nesse sentido do MMA, com destaque para o PDA Mata Atlântica, na implementação dos recursos destinados à esta finalidade (*Linha temática: Implantação de um programa de monitoramento participativo da Mata Atlântica em âmbito Nacional*);

Aquisição de equipamentos e materiais para estruturação do NAPMA e do Laboratório de Geoprocessamento

Capacitação de técnicos e consultores do NAPMA e do Laboratório de Geoprocessamento em programas de informações geográficas;

Elaboração de chamadas/editais e acompanhamento dos projetos do PDA Mata Atlântica. Foram realizadas 02 (duas) chamadas – receberam 170 propostas e aprovaram 50 projetos.

Criação e implantação do Grupo de Trabalho Araucárias Sul que realizou estudos técnicos de campo em 10 áreas do Paraná e Santa Catarina, o que resultou, até o presente, na efetiva criação das seguintes unidades de conservação:

- Parque Nacional das Araucárias em Santa Catarina – 12.839 hectares. (criado em out.2005);
- Estação Ecológica da Mata Preta em Santa Catarina – 6.563 hectares. (criado em out.2005);
- Iniciadas discussões com o IBAMA e projetos Bilaterais do KFW para lançamento da chamada nacional na linha temática “Monitoramento Participativo da Mata Atlântica”;
- Contratação de consultora e realização do segundo Seminário para elaboração de um Programa de Conservação da Mata Atlântica;
- Contratação de consultor e início das atividades para revisão das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Mata Atlântica e Pampa.

Obs: As atividades foram realizadas com recursos do Projeto Mata Atlântica (Banco Mundial – GEF/RFT), complementados pela contrapartida financeira do Governo Federal.

O público é constituído por populações tradicionais, produtores rurais, pescadores, gestores de unidades de conservação, governos estaduais, entre outros. Esses atores tem representação nos grupos de trabalho, o que garante o atendimento do programa aos diversos segmentos, ainda que muitas vezes haja interesses divergentes.

Como já observado em item anterior, não há mecanismos sistemáticos de avaliação de satisfação do beneficiário, mas os próprios grupos de trabalho são indicadores da satisfação, uma vez que o objetivo de recuperação e conservação dos biomas é tema central das reuniões dos grupos. A elaboração dos programas, a articulação das políticas para os biomas, realizadas pelos núcleos, permite maior integração e participação dos diversos grupos atuantes nessas áreas, o que contribui para o compartilhamento dos resultados.

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado – Tabela na folha seguinte

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos:

Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida Internacional	Valor das transferências e recursos*		
				Motivo **	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
Projeto Corredores Ecológicos	R\$ 110.965.000	US\$ 5.000.000 € 23.000.000	R\$ 21.165.000		R\$ 5.122.438	R\$ 14.941

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle

Interno, especificar:

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve o recebimento de denúncias.

Identificação**2.7.4 – Programa 1140 - Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos****Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:**

Objetivo: Promover o acesso, o uso sustentável, a biossegurança e a repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

Beneficiários: Comunidades locais, povos indígenas, pequenos agricultores, organizações não-governamentais, comunidade acadêmica e setor empresarial.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

- Taxa de Variação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos;
- Taxa de Variação na Variedade de Sementes do Banco de Sementes.

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Capacitação em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados - 4978 (TECNICO CAPACITADO/UNIDADE)	130,00	133,00	147.560,00	147.560,00
Capacitação para o Combate à Biopirataria - 6008 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	32	51	738.680,00	678.574,00
Capacitação para o Combate à Biopirataria – 6008 (RAP 2004)	-	-	104.000,00	104.000,00
Promoção da Repartição de Benefícios decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado - 4976 (Contrato firmado/Unidade)	3,00	3,00	100.000,00	90.700,00
Fomento a Projetos de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos - 4992 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	4,00	4,00	45.520,00	45.520,00
Fomento a Projetos de Pesquisa e Proteção do Conhecimento Tradicional Associado à Biodiversidade (Crédito Extraordinário) (2A24)	-	-	150.000,00	150.000,00
Fomento à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade (6460) (SISTEMA IMPLANTADO/UNIDADE)	6,0	7,00	706.469,00	706.469,00
Total	175	198	1.992.229,00	1.922.823,00

Descrição e tipo de indicador do Programa - Fórmula de cálculo e método de medição:

- Taxa de Variação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos - Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o número de sistemas comunitários de conservação e uso sustentável de recursos genéticos em funcionamento no ano e a quantidade destes sistemas em funcionamento no ano anterior.

- Taxa de Variação na Variedade de Sementes do Banco de Sementes - Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade total de espécies de sementes no Banco de Sementes no ano e a quantidade total de espécies de sementes no ano anterior.

Análise dos Resultados

Os principais resultados obtidos no programa foram os seguintes:

- Capacitação de 51 pessoas, sendo: 42 servidores do IBAMA, 3 policiais federais, 2 servidores da FUNAI, 2 militares da Marinha do Brasil e 2 agentes da ABIN.– Ação Capacitação para o Combate a Biopirataria;

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para integrar ações visando coibir a prática da biopirataria no território Nacional.

- Elaboração, discussão e publicação do Decreto nº 5.459, de 7 de junho de 2005, que disciplina as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

- Assinatura de três contratos de repartição de benefícios entre interessados e a União (IBAMA) - Ação Promoção da Repartição de Benefícios decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado;

- Repasse do valor de R\$ 80.000,00, em maio/2005, a instituição Amazonlink.org (sociedade civil) para a execução do Projeto Aldeias Vigilantes, por meio do Convênio MMA/SBF nº 2004CV00033. O valor de R\$24.00,00 restante foi utilizado para custear as atividades de implementação da Ação.

- Capacitação de 133 agricultores, professores, pesquisadores e servidores técnicos, sobre ‘biossegurança de OGMs’ .

- Capacitação para elaboração de Projetos visando a implementação de 12 Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade em Assentamentos de Reforma Agrária – previstos para serem implementados em 2006, contribuindo para a meta física da ação Fomento à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade;

- Apoio à realização de Eventos estaduais de sementes crioulas e de Capacitação em sistemas agroflorestais, produção de sementes crioulas e produção de plantas medicinais e produtos fitoterápicos, todas sob enfoque agroecológico.

1. Participação do GT Interministerial sobre a elaboração da Política para Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos – Não se aplica

Gastos com Cartões de Crédito

Não houve a utilização de cartão de crédito para a realização de despesas, saques ou qualquer série histórica de registros no mesmo.

Informações sobre o Cumprimento das Determinações do TCU e Controle Interno

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido determinações e recomendações do CGU ou das Setoriais de Controle Interno, especificar:

Não houve o recebimento de determinações e/ou recomendações

Caso tenham recebido Denúncias, detalhar quanto à apuração, para cada caso:

Não houve o recebimento de denúncias.

Identificação

2.7.5 – Programa 0508 - Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade

Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo: Conhecer, conservar e recuperar a diversidade biológica e promover e controlar sua utilização sustentável.

Beneficiários: Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional.

Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

- Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas.

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Apoio à Integração de Jardins Botânicos(% de execução)	0,00	0,00	100.000,00	62.000,00
Apoio à Integração de Jardins Botânicos (jardim botânico apoiado/unidade)	4,00	4,00	20.000,00	20.000,00
Banco Genético de Espécies de Peixes da Região Nordeste(espécie identificada/unidade)	3,00	3,00	100.000,00	57.122,00
Conservação das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção(Espécie beneficiada/unidade)	43,000	171,000	1.115.000	1.052.103,
Conservação do Acervo Botânico Especializado(acervo consevado/unidade)	14.900,000	0,00	74.500,00	74.493,00
Conservação do Acervo de Coleções Vivas, Botânicas de Referência e de Sementes do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro(espécie conservada/unidade)	114.474,00	263.688,00	300.000,00	260.947,00
Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura(unidade mantida)	3,00	4,00	62.983,00	62.983,00
Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores na Agricultura (Crédito Extraordinário)produto não informado	0,00	0,00	195.800,00	195.800,00
Controle e Monitoramento da Captura, Coleta, Transporte, Importação e Exportação de Recursos Genéticos(autorização emitida/unidade)	2.000,000	1.910,00	350.000,00	320.708,00
Controle, Manejo e Monitoramento de Fauna Invasora e em Desequilíbrio(espécie manejada/unidade)	17,00	14,00	500.000,00	234.408,00
Controle, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres(animal recuperado/unidade)	660.000,000	44.617,000	17.300.200,00	9.466.094,00
Fiscalização de Fauna Silvestre(fiscalização realizada/unidade)	158,00	141,00	395.000,00	393.774,00
Fomento a Bionegócios de Uso Sustentável da Biodiversidade(Bioempreendimento apoiado/unidade)	5,00	0,00	231.184,00	231.184,00
Fomento a Projetos de Conservação e Manejo Sustentável da Flora e da Fauna(projeto apoiado/unidade)	1,00	0,00	100.000,00	0,00
Fomento a Projetos de Conservação e Manejo Sustentável da Flora e da Fauna(projeto apoiado /unidade)	11,00	20,00	2.800.000,00	1.729.068,00
Fomento a Projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica (PROBIO) (projeto apoiado/unidade)	85,00	47,00	8.280.755,00	6.651.157,00
Fomento a Projetos de Manejo de Recursos Faunísticos por Comunidades Tradicionais (projeto apoiado/unidade)	3,00	0,00	100.000,00	62.242,0
Gestão e Administração do Programa	Sem Produto/Unidade de Medida		874.394,00	874.394,00
Gestão e Administração do Programa	Sem Produto/Unidade de Medida		500.000,00	342.132,00
Gestão e Administração do Programa	Sem Produto/Unidade de Medida		25.000,00	25.000,00
Gestão e Administração do Programa (Crédito Extraordinário)Nacional - 44206	Sem Produto/Unidade de Medida		75.000,00	74.992,00
Licenciamento para Manejo de Espécies da Fauna com Potencial de Uso(estabelecimento concedido/unidade)	31,00	326,00	750.000,00	583.986,00
Monitoramento e Controle da Flora Invasora(especie controlada/unidade)	3,00	0,00	56.640,00	18.511,00
Pesquisa em Diversidade Vegetal do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (pesquisa divulgada/unidade)	9.060,000	9.987,000	96.254,00	94.816,00
Pesquisa em Diversidade Vegetal do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Crédito Extraordinário)não informado	0,00	0,00	107.250,00	106.135,00
Proteção, Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora (espécie consevada/unidade)	3,00	3,00	215.000,00	74.834,00
Rede de Informações em Biodiversidade(informação disponibilizada/gigabyte)	100,00	0,00	387.760,00	387.760,00
Revisão Taxonômica da Flora Neotropical(família botânica)	2,00	0,00	65.207,00	65.207,00
Revisão Taxonômica da Flora Neotropical (Crédito Extraordinário)	0,00	0,00	195.300,00	195.300,00

Descrição e tipo de indicador do Programa - Fórmula de cálculo e método de medição:

•Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas - Fórmula de cálculo e método de medição: Relação percentual entre o número de espécies classificadas como ameaçadas de extinção e que estão sendo manejadas, e o número total de espécies constantes da lista oficial de espécies em extinção divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Análise dos Resultados

Dos 85 projetos previstos na Ação 2987, foram executados 84, ou seja, alcançamos 99% da meta física. Na meta financeira foi previsto R\$ 8.280.755, desse montante só foi liberado para empenho R\$ 6.658.412, e foi realizado R\$ 6.651.151, dados extraídos do SIAFI. Em relação ao liberado para empenho executamos 99,9%, se considerarmos o previsto em Lei, a execução passa para 82,7%, devido ao valor contingenciado de R\$ 234.290.

Transferências de Recursos (Convênios e outros meios):

As tabelas seguintes referem-se aos Convênios firmados por toda a Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
Convênio	504.309	02000.001066/2004-84 2004CV000006 01/07/2004 a 31/08/2006	Ações Estruturais para o fortalecimento do setor florestal no Estado do Acre/AC	02/07/04	217.122,00	150.000,00	67.122,00	Estado do Acre (63.606.479/0001-24)	Em andamento Termo Aditivo (TA) 3
Convênio	519.284	02000.003899/2004-80 2004CV000036 27/12/2004 a 31/12/2006	Projeto "Revitalização do Parque Ecológico Dr.Daisaku Ikeda"	31/12/04	60.000,00	50.000,00	10.000,00	Município de Londrina (75.771.477/0001-70)	Em andamento TA-2
Convênio	519.292	02000.003228/2004-19 2004CV000033 27/12/2004 a 31/12/2006	Aldeias Vigilantes, Uma Nova Abordagem na Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e no Combate à Biopirataria na Amazônia	31/12/04	86.600,00	80.000,00	6.600,00	Amazonlink.org (04.739.253/0001-32)	Em andamento TA-1
Convênio	521.332	02000.003744/2004-43 2004CV000034 23/12/2004 a 31/03/2006	Projeto "viabilização socioambiental das comunidades indígenas no	10/01/05	361.400,00	200.000,00	56.880,00	Instituto de Estudos Sócioambientais do Sul da Bahia - IESB (40.740.391/0001-	Em andamento

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
			entorno do Monte Pascoal".					03)	
Convênio	521.658	02000.002836/2004-14 2004CV000016 13/12/2004 a 31/12/2005	Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil	21/12/04	97.915,10	80.155,10	17.760,00	Instituto Recifes Costeiros - IRCOS (04.752.840/0001-61)	Em andamento
Convênio	...	02000.005228/2005-34 ... 23/12/2005 a 31/10/2007	Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil	26/12/05	284.834,00	-	26.000,00	Instituto Recifes Costeiros - IRCOS (04.752.840/0001-61)	Restos a Pagar
Convênio	522.628	02000.003993/2004-39 2004CV000035 23/12/2004 a 28/02/2006	Ações Estruturais para o fortalecimento do setor florestal no Estado do Acre/AC	29/12/04	3.387.300,00	2.900.000,00	487.300,00	Estado do Acre (63.606.479/0001-24)	Em andamento TA-1
Convênio	522.804	02000.002976/2004-84 2004CV0000032 23/12/2004 a 30/03/2006	Fomento ao Resgate, Conservação e Uso da Agrobiodiversidad e com enfoque agroecológico nos Assentamentos da Reforma Agrária	30/12/04	270.880,00	100.854,00	45.640,00	Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária - CONCRAB (68.342.435/0001-58)	Em andamento TA-1

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
Convênio	...	02000.003256/2005-17 ... 23/12/2004 a 30/03/2006	Diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga	27/12/05	498.800,00	...	84.220,00	Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária - CONCRAB (68.342.435/0001-58)	Restos a Pagar
Convênio	522.805	02000.002493/2004-80 2004CV000017 13/12/2004 a 31/12/2005	Projeto "Centro de Resgate e Conservação de Variedades Crioulas e de Valorização das Questões de Gênero"	30/12/04	253.940,00	110.910,00	45.000,00	Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal - ACAP (67.664.524/0001-58)	Em andamento
Convênio	522.870	02000.003016/2004-31 2004CV000027 23/12/2004 a 20/12/2005	Implantação de uma rede de parcelas permanentes nos Biomas Cerrado e Pantanal, visando conhecer o padrão e a dinâmica do crescimento das diferentes formações vegetais dos dois	30/12/04	107.065,00	88.129,00	18.936,00	Instituto Vida Verde (03.958.213/0001-19)	Em andamento TA-2

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
			biomas						
Convênio	522.924	02000.000571/2004-10 2004CV000025 23/12/2004 a 31/12/2005	Inclusão Social no PNF: GT Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento	30/12/04	232.805,00	163.640,00	69.165,00	RMA- Rede de ONGs da Mata Atlântica (01.721.361/0001-90)	Em andamento
Convênio	523.062	02000.003807/2004-61 2004CV000001 25/01/2005 a 30/09/2006	Projeto Corredores Ecológicos - Corredor Central da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo	25/01/05	713.335,00	499.335,00	214.000,00	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA (05.200.358/0001-81) TA-1	Em andamento
Convênio	523.166	02000.000973/2005-97 2005CV000001 18/05/2005 a 30/04/2006	Projeto Corredores Ecológicos - Corredor Central da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo	18/05/2005	186.180,00	155.150,00	31.030,00	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA (05.200.358/0001-81)	Em andamento
Convênio	526.348	02000.002443/2005-83	Projeto Corredores	28/09/2005	327.543,11	233.502,00	94.041,11	Ministério Público do Estado da Bahia	Em andamento

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
		4400012005000002 27/09/2005 a 30/06/2006	Ecológicos - Corredor Central da Mata Atlântica no Estado da Bahia					- MP/BA (04.142.491/0001- 66	
Convênio	526.561	02000.002038/2005- 65 2005CV000002 12/09/2005 a 30/06/2006	Projeto Corredores Ecológicos - Corredor Central da Amazônia	12/09/2005	866.912,40	518.465,00	89.215,00	IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (03.659.166/0001- 02)	Em andamento
Convênio	...	02000.004363/2005- 62 ... 29/12/2005 a 31/12/2006	Projeto Corredores Ecológicos - Corredor Central da Mata Atlântica no Estado da Bahia		1.170.570,00	-	356.500,00	IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (03.659.166/0001- 02)	Em andamento
Convênio	527.765	02000.003296/2005- 69 2005CV000003 21/10/2005 a 01/12/2006	Projeto Corredores Ecológicos - Corredor Central da Amazônia	24/10/2005	237.650,00	213.750,00	23.800,00	IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (66.831.223/0001- 09)	Em andamento
Convênio	531.468	02000.002688/2005- 19 2005CV000004 30/11/2005 a 31/05/2006	Apoio ao desenvolvimento de mercado para produtos certificados -	07/12/2005	727.570,00	234.000,00	493.570,00	CBMF - Conselho Brasileiro de Manejo Florestal/FSC (04.862.253/0001-	Em andamento

* Tipo	Código Siafi / Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do termo, data, assinatura, vigência, etc.)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido / Transferido no Exercício	Contra - partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE- S/N?)
			SFC, como estratégia de promoção do manejo florestal no Brasil.					25)	
Convênio	551.880	02000.005337/2005-51 2005CV000012 30/12/2005 a 30/11/2006	Polo Biotecnológico da Mata Atlântica do Vale do Ribeira	11/01/2006	251.140,00	199.300,00	51.840,00	FUNEP – Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (50.511.286/0001-48)	Restos a Pagar
Convênio	552.601	02000.005290/2005-26 2005CV000013 30/12/2005 a 30/11/2006	Produzir e distribuir mudas nativas para recuperação de áreas degradadas e adensamento das florestas nativas que estejam sob o regime de manejo florestal sustentável	11/01/2006	222.250,00	-	22.250,00	Estado do Acre (63.606.479/0001-24)	Restos a Pagar

Ações de responsabilidade da SBF

Identificação:

2.7.6 – Ação: Monitoramento das mudanças ambientais locais e globais observadas na Antártica - Programa PROANTAR

Descrição da ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

O Programa Antártico Brasileiro tem como objetivo efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos. A Gerência do Programa no PPA encontra-se no Ministério da Defesa, entretanto o Ministério do Meio Ambiente, através da SBF, é responsável pela ação de monitoramento das mudanças ambientais locais e globais observadas na Antártica desde 2005. Essa ação visa a avaliação de impactos sobre o meio ambiente antártico referentes às atividades brasileiras naquele continente e o estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes. Além disso, a ação investiga os reflexos das alterações ambientais globais lá percebidas e seus efeitos sobre o território brasileiro.

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Monitoramento das Mudanças Ambientais e Locais e Globais observadas na Antártica - 6618 (Relatório Ambiental elaborado/Unidade)	102,000	2,000	510.000,	510.000
TOTAL			510.00,00	510.00,00

Descrição e produto da ação - Fórmula de cálculo e método de medição

Produto: Quantidade de relatórios elaborados.

A elaboração de relatórios indica o estado do meio ambiente da região bem como aponta os principais indicadores para estabelecer uma sistemática de monitoramento ambiental.

Fórmula de cálculo e método de medição: Relação percentual entre o número de pesquisas realizadas e o número de relatórios elaborados.

Responsável pelo cálculo/medição: Ministério do Meio Ambiente - Tânia Aparecida Silva Brito.

Análise dos Resultados

Consta no sistema que o produto da ação deve ser constituído por 102 relatórios elaborados enquanto que, na realidade, o produto correto são 02 relatórios elaborados. Os dois relatórios foram realizados com êxito, entretanto não foi possível alimentar o SIGPLAN. As medidas saneadoras encontram-se em andamento.

Identificação:

2.7.7 - Programa 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais – 0681

Ação: Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar, Irã, 1971)

Descrição da ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Objetivo: Atender aos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro ao ratificar a Convenção – Artigo 6 (6. - conforme emendado pela Conferência Extraordinária das Partes Contratantes em 28/05/1987) do Texto da Convenção que diz: “cada Parte Contratante deve contribuir ao orçamento de acordo com uma tabela de contribuições adotada por unanimidade das Partes Contratantes presentes e votantes em uma reunião ordinária da Conferência das Partes Contratantes”.

Beneficiários – Contribuição à Convenção.

Metas Físicas e Financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional (Ramsar, Irã, 1971)	Não se aplica		480.000,	160.000,
TOTAL			480.000,	160.000,

Descrição e produto da ação

O Brasil é parte contratante da convenção de Ramsar desde 1993 e como tal, deve quitar, em 1º de janeiro de cada ano, sua contribuição anual do tratado.

A previsão orçamentária dessa ação visará quitar as dívidas de 2004, 2005 e 2006. Com a liberação reduzida de recursos, o país continua devedor do tratado, situação exposta em plenária durante a 9ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção de Ramsar, realizada em Uganda, em novembro de 2005. Essa situação coloca o País em situação frágil diante da comunidade internacional e pode gerar restrições ao recebimento de apoio financeiro para implementação do tratado no país.

Análise dos resultados

O pagamento anual da contribuição obrigatória por meio de transferência à conta do Secretariado da Convenção de Ramsar em Gland, Suíça confere o cumprimento do Governo brasileiro junto ao tratado.

Identificação:

Ação 2566: Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas - Programa0151 - Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Descrição da ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários:

Os recursos orçamentários desta ação foram aplicados no desenvolvimento de duas atividades no ano de 2005:

A. Projeto Monte Pascoal

Objetivo geral: elaborar e implementar um modelo de gestão ambiental participativa do Parque Nacional Monte Pascoal, integrada com 9 Comunidades Indígenas Pataxó.

Objetivo específico: Recompôr a vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no entorno do Monte Pascoal, visando a recuperação dos ecossistemas e a melhoria das condições de vida da população indígena na área em questão.

Beneficiários: Comunidades indígenas Pataxó do entorno do Parque Nacional Monte Pascoal abrangendo as Aldeias do Trevo do Parque, Guaxuma, Pé do Monte, Boca da Mata, Meio da Mata, Barra Velha, Aldeia Nova, Corumbauzinho e Águas Belas.

B. Elaboração de uma proposta de projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas

Objetivo central: Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas

Objetivo específico: Promover, resgatar, valorizar disseminar e preservar o conhecimento tradicional sobre o meio ambiente dos povos indígenas, visando a conscientização e manutenção do equilíbrio ecológico e o uso sustentável dos seus recursos naturais, inclusive no sentido de dirimir os conflitos advindos da sobreposição de terras indígenas e unidades de conservação

Beneficiários: sociedades indígenas

Descrição e produto da ação:

Produto: Comunidade Assistida

A. Projeto Monte Pascoal

- Grupo de Trabalho Interministerial: GT Instalando
- Hectares Plantados: 1 hectare por família envolvida no projeto

- Recuperação da cobertura vegetal: Fotos de satélite ou aéreas
- Produção de artesanato com selo Pataxó: Processo de reconhecimento de origem (selo) implementado e aumento na produção de artefatos
- Controle da visitação feito pelo Parque: Aumento na visitação
- Número de focos de Incêndio dentro do Parque e na zona de amortecimento: Diminuição dos focos de incêndio
- Publicação com as experiências do Projeto: Publicação elaborada e lançada

Fórmula de cálculo e método de medição:

- Soma da área das roças medidas com o auxílio de GPS
- Porcentagem de áreas recuperadas, obtidas através de fotos de satélite ou aéreas para verificar recuperação da cobertura vegetal
- Acompanhamento da produção de peças produzidas ou comercializadas
- Porcentagem de aumento verificado pelo livro de visitantes
- Acompanhamento das ocorrências e análise por porcentagem de diminuição ou aumento em relação ao ano anterior

B. Elaboração de uma proposta de projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas

C. Elaboração de uma proposta de projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas

Metas físicas e financeiras:

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas		Metas Financeiras	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas (2566)	5,000	9,000	100.000,	100.000,
TOTAL	5,000	9,000	100.000,	100.000,

Análise dos Resultados

- Gestão participativa do projeto com a Comunidade Indígena Pataxó do entorno do Monte Pascoal.
- Foi instalado um Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria Interministerial Nº 908 06/06/2005) do Acordo de Cooperação Técnica, com a finalidade de elaborar, escolher e implementar planos, programas e projetos, bem como dar acompanhamento técnico, captação de recursos e supervisão de prestação de

contas.

- Diversas reuniões foram realizadas no decorrer do projeto, visando identificar necessidade de ações e atividades a serem desenvolvidas. Foi também realizado acompanhamento técnico para a implementação de Projeto, envolvendo a comunidade indígena. A gestão participativa com a comunidade foi de suma importância para a confiabilidade da comunidade em relação às ações do Ministério.

Sistema Agro-Florestal (SAF) difundido e implementado

Difusão e implementação de Sistemas Agro-Florestais (SAFs) nas aldeias Pataxó do entorno do Monte Pascoal. Esta atividade incluiu:

- A elaboração de um diagnóstico sobre o Comércio de Madeira no Extremo Sul da Bahia;
- Implantação de 200 hectares de SAFs, tendo em vista a produção imediata de alimentos para 200 famílias por ano e recuperação de áreas degradadas no entorno do Monte Pascoal;
- Treinamento da comunidade indígena Pataxó na seleção e produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica;
 - Implantação de 8 viveiros nas aldeias para produção de mudas para os SAFs, recuperação de áreas degradadas e matéria prima de artesanato.
- O processo iniciou com a abertura de 120 ha de área para plantio em Sistema Agro-Florestal, hoje a Comunidade Indígena conta com mais de 300 ha, em amplo processo de implementação, beneficiando diretamente cerca de 700 famílias.
- Foram capacitadas aproximadamente 720 pessoas das aldeias do entorno do Parque através de 63 oficinas tratando de temas como agroecologia, banco de sementes, adubação verde, entre outros. Estas oficinas contaram com a participação da ONG Flora Brasil e o apoio da GTZ. Está também em processo de implantação 18 viveiros e hortas comunitárias em nove aldeias da Comunidade Patax

Vegetação Original do Bioma Mata Atlântica dentro do Parque Nacional do Monte Pascoal e no entorno recuperada.

O processo de recuperação do bioma é um processo lento e gradual, devido à complexidade de atuação. O projeto vem trabalhando no intuito de não ocorrer desmatamento e agressões à rica biodiversidade existente na região.

Devido ao atraso na implantação dos viveiros nas aldeias, não houve uma produção maciça de mudas para a recuperação de áreas degradadas. Porém, alguns membros das comunidades que produzem suas próprias mudas têm plantado espécies nativas em diversas áreas degradadas nas aldeias.

Artesanato Pataxó, usando produtos renováveis, organizado e valorizado.

Foi realizado um diagnóstico sobre o Comércio de Madeira no Extremo-Sul da Bahia, com a denominação de: Avaliação de Impacto Sobre os Remanescentes de Mata Atlântica na Região do Parque Nacional de Monte Pascoal.

Em paralelo com visitas de campo, está sendo realizado um levantamento rápido pela equipe técnica do Projeto do potencial de desenvolvimento de artesanato nas aldeias como alternativa para geração de renda. Neste diagnóstico, estão sendo identificados os principais artesãos e seu nível de organização, tipologias atuais e potenciais de artesanato, o processo de produção e comercialização e as principais organizações envolvidas neste processo, tanto na área de capacitação técnica quanto na área de comercialização.

Estão sendo realizadas ainda negociações com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae para ampliar um projeto de capacitação de artesãos em Barra Velha para as outras aldeias. Como parte destas negociações, será marcada uma visita de reconhecimento do Sebrae para fazer um diagnóstico rápido com os artesãos em cada aldeia.

Mediante parceria informal com a ONG IBio, será realizado um diagnóstico sócio-econômico da fabricação e comercialização de artesanato nas aldeias Barra Velha e Boca da Mata. Estes estudos deverão dar subsídios para definir uma estratégia concreta para desenvolver melhor o potencial do artesanato nas aldeias e elaborar propostas para atividades concretas nesta área.

Atividades ligadas ao turismo ecológico e cultural, no Parque Nacional do Monte Pascoal e entorno.

Foram realizadas 04 oficinas de 40 horas de duração para a formação de aproximadamente 40 membros das aldeias Pé do Monte e Barra Velha como condutores de visitantes em trilhas ecológicas e passeios culturais no Parque e seu entorno. Como resultado destas oficinas, está sendo formada uma associação de um grupo de guias da aldeia Pé do Monte. Estes cursos contaram com apoio direto ONG Flora Brasil, GTZ e Conservação Internacional.

Através destes cursos foram implantadas 03 trilhas ecológicas no Parque, porém a infra-estrutura do Parque ainda se encontra em condições precárias para a recepção de visitantes. Recentemente foi aprovado um projeto elaborado pela gerência do Parque para fazer melhorias ainda neste ano na infra-estrutura da guarita e centro de visitantes.

Diversas discussões estão sendo realizadas com a comunidade, IBAMA, FUNAI e MMA, para que possa ser definida estratégia de atuação com relação à abertura do Parque Nacional para uso público.

Vigilância e combate a incêndios florestais, implementados.

Através de 03 cursos de prevenção e combate aos incêndios florestais do programa PREVFOGO, o IBAMA capacitou 90 brigadistas Pataxó das aldeias do entorno. Através do mesmo programa foi contratado um total de 63 brigadistas Pataxó das aldeias desde o início do Projeto. Os brigadistas,

tanto os contratados como os não contratados, estão formados em três equipes atuantes na prevenção e combate aos incêndios florestais dentro do Parque e no seu entorno.

O desenvolvimento e capacitação da comunidade, na atuação de vigilância e combate a incêndios florestais, fizeram com que o Parque sofresse menos danos. Os próprios índios atuando no trabalho de combate e vigilância, mediante o uso de rádios HT, entram em contato direto com o IBAMA quando ocorre algum foco. Devido ao alto conhecimento da região os índios deslocam com maior rapidez ao local, colaborando com a equipe do IBAMA para o controle. Esse trabalho comprova a importância da parceria desenvolvida e estimulada pelo projeto.

Resultados do projeto divulgados.

O projeto e suas atividades têm sido divulgados por vários meios incluindo: folder com o apoio de GTZ e Flora Brasil; apresentações em seminários, conferências e eventos; palestras; artigo no livro sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza (ISA 2004).

Como atividade complementar, o projeto prevê contribuir para a instalação de farinhas para o processamento de farinha de mandioca produzida nas aldeias. Desta forma, o projeto fornece os equipamentos necessários para a implantação das farinhas (fornos, prensas e motores) como contrapartida da FUNAI e a comunidade para instalar a infra-estrutura necessária para seu bom funcionamento.

Elaboração de uma proposta de projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas:

A partir da demanda de lideranças indígenas desde a I Conferência Nacional de Meio Ambiente em 2003 e após um processo de pactuação entre MMA e FUNAI, criou-se, em dezembro de 2004, um Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria Interministerial nº 325/04) com o objetivo de elaborar uma proposta de projeto a ser submetida à aprovação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

O Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, da FUNAI (Ministério da Justiça) e por lideranças indígenas das cinco regiões, elaborou um Project Development Facility Block B (PDF B), documento que apresenta de modo mais amplo os objetivos e os resultados do projeto para solicitar recursos para sua construção mais detalhada.

O projeto denominado “Proteção, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas no Brasil” é resultado de cinco reuniões do grupo de trabalho (março a agosto de 2005) e está em consonância com a Convenção 169 da OIT (art. 4º e 6º - 1989/Decreto 5051/04), com a CDB (Programa de Trabalho de Áreas Protegidas – COP7/2004), com as deliberações da I Conferência Nacional de Meio Ambiente (2003) e com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei 9985/00, art. 26/Decreto 4340/02).

O PDF B recebeu o endosso do governo brasileiro em 24 de agosto de 2005. Se aprovado, está prevista para 2006 a liberação dos recursos para a elaboração detalhada do projeto.

O projeto tem como objetivo garantir a conservação, proteção, recuperação, uso sustentável da biodiversidade e o etnodesenvolvimento em Terras Indígenas, apoiando as iniciativas indígenas de conservação e recuperação ambiental, valorizando os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, suas inovações e práticas e promovendo a etnogestão da biodiversidade das Terras Indígenas.

A. Projeto Monte Pascoal

No contexto de apoio às Comunidades Tradicionais, um acordo de cooperação técnica foi firmado entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, incluindo o IBAMA e a FUNAI. O objetivo dessa cooperação foi elaborar e implementar um modelo participativo de gestão ambiental no Parque Nacional Monte Pascoal, integrado com as comunidades Indígenas Pataxó e a comunidade de seu entorno.

Para a Comunidade Indígena a cooperação esteve focada em atividades de recuperação de áreas degradadas e na promoção do desenvolvimento econômico dessas comunidades, assegurando o uso sustentável dos recursos florestais e o equilíbrio ambiental do conjunto Parque Nacional e terras indígenas, de modo a disciplinar o uso e amenizar a degradação dos últimos fragmentos de Mata Atlântica e garantir a proteção de sua biodiversidade, conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Foi uma experiência valiosa caracterizada por um modelo de implementação do desenvolvimento sustentável na região do Extremo-Sul da Bahia. Enfoca a gestão compartilhada de áreas protegidas com o ecoturismo, agroecologia e com o manejo de espécies florestais nativas, propiciando segurança alimentar, alternativas de renda, fonte sustentável de matéria-prima para artesanato, recuperação e preservação dos ecossistemas da Mata Atlântica, contando com a participação direta das populações do entorno do Monte Pascoal.

Trata-se de uma experiência concreta de gestão ambiental envolvendo populações indígenas, com potencial de indicar princípios de ação nos vários casos de sobreposição de áreas protegidas com terras indígenas, bem como em iniciativas de preservação ambiental efetiva nas grandes terras indígenas do país.

Este projeto pode ser considerado como referência para ações semelhantes em todo o Corredor Central da Mata Atlântica. Sua concepção foi baseada nos princípios da UNESCO “o Homem e a Biosfera” (MAB), os quais defendem a promoção da integração do ser humano com a natureza. O Monte Pascoal constitui-se na área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

É necessário assegurar a continuidade das atividades que estão em andamento para atender a totalidade dos objetivos propostos pelo projeto;

O Projeto ainda sofre de dificuldades operacionais graves em função da falta de transporte, tanto para o deslocamento da equipe técnica para o campo, quanto para o transporte de insumos e equipamentos, fator esse que poderá prejudicar severamente a implementação das demais atividades do projeto;

Remanejar o saldo final do Projeto (Aporte Adicional MMA Pataxós) para assegurar os recursos adequados para a continuidade e término das atividades previstas e não realizadas em função de atrasos administrativos do Projeto UTF/BRA/047 - Objetivo Imediato 3 e o alcance de seus objetivos originais.

Assegurar continuidade nas melhorias de agilização e eficiência nos processos de licitação para a aquisição de materiais e equipamentos do projeto.

Efetivar o Grupo de Trabalho e assegurar a continuidade e ampliação do Acordo de Cooperação Técnica com novos aportes de recursos e participação mais efetiva dos partícipes.

B. Elaboração de uma proposta de projeto de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas

O contingenciamento e a liberação do total dos recursos previstos somente no último mês do ano prejudicam o desenvolvimento das atividades planejadas. Nesse caso, durante o exercício de 2005 como essa ação foi priorizada pela Diretoria, foram utilizados recursos de outros projetos para evitar descontinuidade na ação, contudo não é uma solução adequada a longo prazo.

